

ARNALDO JOSÉ FRANÇA MAZZEI NOGUEIRA 

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICALISMO BRASILEIRO:

A EXPERIÊNCIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE

SÃO PAULO (1978 - 1983)

*Este exemplar corresponde à
edição final da dissertação
aprovada pelo autor e
e aprovada pela Comissão
Julgadora*



Dissertação apresentada ao Departamento
de Ciências Sociais do Instituto e
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade de Campinas para obtenção do
título de Mestre.

6670799

São Paulo, 1990

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ARNALDO JOSÉ FRANÇA MAZZEI NOGUEIRA

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICALISMO BRASILEIRO:
A EXPERIÊNCIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE
SÃO PAULO (1978 - 1983)

Dissertação apresentada ao Departamento
de Ciências Sociais do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade de Campinas para obtenção do
título de Mestre.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Antunes †.

São Paulo, 1990

Dedico essa dissertação
aos meus pais
à Carmen e
à Beatriz, nossa filha

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi resultado de um conjunto de experiências, não apenas acadêmicas, vivenciadas por mim e diversas pessoas, que de alguma maneira contribuíram para a definição do objeto e do problema de estudo. Foi um processo longo de trabalho, permeado de avanços e recuos, cujo resultado que ora apresento, ao primeiro julgamento "público", só foi possível pela colaboração de diversos agentes.

No momento de sua concepção, ainda com muitas indefinições propusemo-nos estudar a atuação da esquerda tradicional entre 1945 e 1954 e contamos com o apoio da CAPES, do CNPq em convênio com a UNICAMP, para a realização dos créditos de mestrado.

Agradecemos também o apoio recebido pelo CEPE da PUC-SP, pelo incentivo a pesquisa necessária à carreira docente, e ao arquivo do Centro Pastoral Vergueiro (CPV), cuja documentação sobre o movimento operário e sindical contribuiu para a gestação do presente trabalho, centrado centrado nesse momento, na questão da organização dos trabalhadores na fábrica. Aqui, agradeço a orientação de Maria Hermínia Tavares de Almeida pela contribuição de diversas formas, ao nosso trabalho.

Já com maior clareza do problema de estudo - A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro: A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - agradeço à Carmem, minha mulher, pelo

incentivo constante e apoio de fato e de afeto necessários ao processo de elaboração do projeto.

Especialmente quero registrar meu agradecimento a Ricardo Antunes, que tem me apoiado em todos os momentos de minha formação acadêmica na área extensa da questão do "Trabalho Humano", e que ao assumir a orientação desse projeto contribuiu efetivamente para transformá-lo em Dissertação de Mestrado.

Por último, quero registrar meu agradecimento à Fundap pelo apoio material, administrativo e técnico, através também da Dilsa e do Newton, que em muito contribuíram para a elaboração desse produto final.

Í N D I C E

AGRADECIMENTOS	04
APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO I - ESTRUTURA INDUSTRIAL E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA METALÚRGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	16
1. ESTRUTURA DO SETOR METALÚRGICO	18
1.1 - A Indústria Metalúrgica no Estado de São Paulo.....	27
1.2 - A Indústria Metalúrgica no Município de São Paulo.	30
2 - PERFIL E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS METALÚRGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	43
CAPÍTULO II - O MOVIMENTO E A DIVERSIDADE POLÍTICA DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO NA DÉCADA DOS 70: A GESTAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO	68
1 - AS ORIGENS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO....	69
2 - A GESTAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO NO PÓS-64.....	76
3 - AS GREVES DE 1978 E 1979 E A DIVERSIDADE POLÍTICA DOS METALÚRGICOS.....	83

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO (1980/83).....	101
1 - O MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO DA CRISE DA DÉCADA DOS 80	102
2 - UM RETRATO DO MOVIMENTO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA CRISE	107
3 - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO.....	116
4 - ELEIÇÕES NO SINDICATO, DIVISÃO DAS OPOSIÇÕES E A ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	125
5. O SINDICATO NA OFENSIVA (1982/83).....	137
6 - A OPOSIÇÃO NAS FÁBRICAS, SOBREVIVE	148
7 - A GREVE GERAL DO DIA 21 DE JULHO, A EFETIVAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO E A DIVISÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO.....	159
CONCLUSÃO	178
ANEXOS	187

BILBIOGRAFIA 232

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho centra-se na análise da dimensão política do movimento operário e sindical do setor metalúrgico do Município de São, Paulo entre 1978 e 1983.

Objetivamos fundamentalmente entender e explicitar como um dos casos mais exemplares do velho sindicalismo brasileiro posicionou-se frente às questões trazidas pelo novo movimento operário e sindical, com destaque para àquelas que dizem respeito à fábrica, ao sindicato e à política no Brasil.

O período pesquisado revela uma dinâmica interessante da ação do operariado metalúrgico do município: da resistência na fábrica e da presença constante dos movimentos neste âmbito às tentativas dos movimentos grevistas e reivindicações da categoria como um todo, inserindo-se aí de uma forma peculiar a questão sindical. A direção conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos cuja conduta até 1979, era definida pelo atrelamento à estrutura sindical oficial, dependente do estado e desestimuladora das lutas operárias, vive um processo de modernização a partir de 1980, cuja finalidade era a direção e o controle dessas lutas em busca da legitimidade perdida no pós-64, e que teve como ponto culminante a greve geral de 21 de julho de 1983. Que forma de sindicalismo estava emergindo na Indústria Metalúrgica da Capital? Não era o novo sindicalismo, mas também não era o velho. Qual o impacto disso nos rumos do sindicalismo brasileiro?«1»

(1) Os termos "velho" e "novo" sindicalismo foram introduzidos originalmente na Inglaterra para conceituar a prática do Sindicato de Ofício, surgido nos primórdios do processo de industrialização, cuja abrangência se restringia à força de

Acrescente-se a essas questões a atuação mais organizada das oposições sindicais, a partir de 1978, o que ameaçava o "status-quo" da direção do Sindicato. Tendo sua base de apoio no interior das fábricas do setor, essas oposições estavam presentes na maioria dos movimentos reivindicatórios. Nas eleições sindicais, disputavam a direção do Sindicato, ameaçando de fato, pela via legal, os grupos que o vinham controlando desde o golpe militar de 1964.

As oposições, devido a sua forma de emergência a partir das fábricas e sua pauta de reivindicações no campo sindical, econômico e político, representavam, no período tentativas de estabelecer um novo sindicalismo dos metalúrgicos no Município. No entanto, divergências entre a tendência de oposição mais moderada - representada pela "unidade sindical" - e uma tendência mais radical - representada pela Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) - acabaram por enfraquecer essa tentativa, beneficiando a própria direção do Sindicato no processo de reciclagem do velho sindicalismo conservador.

Reside nesse ponto outra preocupação central do trabalho: compreender e explicitar as diferentes orientações político-ideológicas presentes no movimento dos metalúrgicos do Município, com o potencial de reconfigurar o sindicalismo que aí se desenvolvia.

trabalho especializada, em contraposição à prática do Sindicato Geral ou de Indústria que, criado algumas décadas mais tarde, incorporava a massa de operários não qualificados. A respeito desse assunto ver Dobb, M., Os Salários, pp.160 a 177, Cultrix, 1966 e Hobsbawm, E., Mundos do Trabalho, pp.221 a 250, Paz e Terra, 1987. Para efeito deste trabalho entendemos por "velho" sindicalismo aquele surgido na década dos 30 através da legislação que atrelou os sindicatos ao Estado, e que persiste até os dias de hoje, enquanto que "novo" sindicalismo refere-se àquele gestado no bojo dos movimentos que surgem a partir de 1978 que buscavam a independência e a autonomia dos sindicatos.

O contexto no qual o presente estudo se insere, é marcado pelo ressurgimento das greves e pelo retorno da mobilização sindical no país. Essas greves evidenciaram a importância política do movimento e da organização dos trabalhadores dentro das fábricas, pois, a partir da emergência operária, novas questões foram sendo colocadas ao velho sindicalismo brasileiro. Ao ultrapassarem os "muros" das fábricas, os movimentos acabaram ganhando um significado político maior, trazendo novo conteúdo à luta pela democracia no Brasil.

Em um só tempo, o movimento operário questionou as bases do regime político e econômico estabelecido no Brasil em 1964. No campo econômico, envolvendo as relações diretas entre o capital e o trabalho no mundo fabril e no campo político, em nível do Estado e das suas políticas, particularmente a política salarial.

No mundo fabril, esse questionamento ficou evidenciado pelos movimentos reivindicatórios e grevistas e pela busca de alternativas organizatórias nos locais de trabalho, cujos resultados foram as chamadas comissões de fábrica e o deslocamento do confronto e das negociações para esse âmbito em significativos setores industriais.

Mais importante ainda, foi o questionamento à forma assumida pelo Estado capitalista no Brasil, principalmente à política econômica e salarial no pós-64, uma vez que a movimentação operária e sindical se concentrou na luta contra o arrocho salarial. A partir dessa, aprofundou-se a luta política pela democratização, travada por outros

segmentos da sociedade, quando o movimento atingiu caráter de massa e saiu às ruas.

Aí estão as características fundamentais do chamado novo sindicalismo: em primeiro lugar, sua emergência estando referida ao desenvolvimento das lutas na fábrica, indicando novas tendências organizatórias e de encaminhamento do confronto entre capital e trabalho; em segundo lugar, sua independência em relação ao Estado, desafiando e rompendo com o sistema oficial de relações de trabalho, fundado na CLT de 1943; e, em terceiro lugar, sua oposição à forma assumida pelo Estado em relação à Sociedade no pós-64, expressa pelas suas políticas econômicas e sociais, particularmente a política salarial.

Existe consenso de que o novo sindicalismo tendo sua maior expressão no ABC em São Paulo, foi resultado de uma conjugação favorável entre fatores objetivos (concentração de grandes empresas modernas com novas tecnologias, concentração de trabalhadores, situação econômica marcada pelo arrocho salarial, condições de trabalho precárias etc.) e subjetivos (orientações das lideranças operárias e sindicais em busca de maior nível de organização e mobilização das bases, organização por fábrica, união de interesses de dirigentes e bases, política sindical contrária ao atrelamento do sindicato ao Estado, via CLT, e favorável à liberdade e autonomia sindicais). O ABC, ao romper com o silêncio de tantos anos da classe trabalhadora, através das greves históricas de 1978, 1979 e 1980, se tornou centro de referência concreta do movimento operário brasileiro. É fato, também, que a atenção dispensada ao

movimento operário do ABC acabou deixando em certo abandono a compreensão dos rumos do velho sindicalismo brasileiro, principalmente ante as questões trazidas pelo novo sindicalismo.

O nosso estudo também pretende recolocar essa discussão. Para isto, introduzimos desde já a hipótese da modernização conservadora do velho sindicalismo brasileiro, que vem orientando o nosso entendimento sobre o objeto em questão. Aqui adiantamos o nosso ponto de vista: é através da apreensão articulada entre os aspectos estruturais objetivos e os aspectos superestruturais subjetivos que devem ser entendidas, de um lado, as dificuldades encontradas para o avanço e desenvolvimento de uma nova concepção sindical e, de outro, a predominância de uma via de modernização conservadora do velho sindicalismo na Indústria Metalúrgica do Município. Objetivamos com isso analisar as visões que entendem existir correspondência direta entre setor moderno - e novo sindicalismo - e setor tradicional - e velho sindicalismo.

A estrutura por si só da Indústria Metalúrgica do Município não explica a forma de sindicalismo aí desenvolvido, entendido por nós como moderno-conservador. A chave da questão está na compreensão das dimensões subjetiva e política do fenômeno, que reafirmam e não conseguem superar os limites colocados em nível estrutural. (2) E aqui

(2) As tendências de estudo acerca da questão operária e sindical por tradição, são bastante politizadas e ideologizadas. Hobsbawn em "História Operária e Ideologia" classifica em geral essas tendências da seguinte maneira: os estudos de "dentro do movimento operário" e fora da universidade que privilegiaram aspectos políticos e ideológicos, que propiciaram um conhecimento importante, porém, limitado do movimento operário como um todo; os estudos acadêmicos que em certa medida corrigiram as distorções dos estudos "de dentro", devido à exigência técnica e metodológica da pesquisa acadêmica, ampliando o conhecimento do tema e os estudos dos pesquisadores comprometidos com a esquerda que na maioria das vezes incorreram em erros por falta de clareza dos temas abordados. Cf. Hobsbawn, "Mundos do Trabalho, op.cit., pp.17 a 33. A nossa tendência de estudo resgata a análise da dimensão política da classe operária brasileira, tendo como pano de fundo um determinado processo de desenvolvimento e acumulação capitalista, com o qual a política sindical estabelece uma relação articulada e dialética, abrindo possibilidades concretas de atuação. No Brasil as tendências dos estudos acadêmicos foram

coloca-se o problema essencial da diversidade política e sindical presente no setor.

No desenvolvimento do trabalho, indicaremos ainda algumas pistas que podem ajudar a entender as relações entre a postura política assumida pela direção sindical dos metalúrgicos do município e os rumos seguidos posteriormente pelo movimento operário e sindical no país. Haja vista a consagração da divisão, já no ano de 1983, do movimento sindical, com a criação em agosto da CUT (Central Única dos Trabalhadores). A CUT representava o desdobramento político sindical do novo sindicalismo em nível nacional, tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. O outro lado, explicitado em novembro do mesmo ano, através da realização de outro CONCLAT, apresentava o velho sindicalismo brasileiro em processo de reciclagem, tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, apesar de sua postura oscilante em torno da unidade sindical.

Por fim, reafirmamos que este trabalho, centrado na análise da dimensão política do movimento operário e sindical dos metalúrgicos tem a finalidade de esclarecer a modernização conservadora do velho sindicalismo brasileiro. Para isso, dividimos o presente estudo em três capítulos, dos quais: - o primeiro se refere ao levantamento e análise da estrutura industrial e da situação sócio-econômico dos metalúrgicos do Município, a partir dos quais se discute a problemática sindical; - o segundo se volta a um breve exame das origens da modernização

analisadas sinteticamente por Viana, L.W. em "Estudos Sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências", BIB, RJ, 1978, pp.9 a 24 e "Atualizando uma Bibliografia: Novo Sindicalismo, Cidadania e Fábrica", BIB, RJ, 1984, pp. 53 a 68.

conservadora do Sindicato entre 1930 e 1964, e à análise da diversidade política e sindical no movimento dos metalúrgicos de São Paulo da década dos 70, principalmente nas greves de 1978/79, a partir da qual se compreende a gestação da modernização conservadora do Sindicato; - o terceiro analisa o processo de modernização conservadora do Sindicato, no início da década dos 80, e sua consolidação e/ou efetivação em 1983, a partir da greve de julho de 1983 e da divisão do sindicalismo brasileiro.

Por último, uma conclusão que articula as questões principais do trabalho elaborado, em busca de uma visão de conjunto das bases, da gestação, do processo e da consolidação da modernização conservadora do Sindicato.

CAPÍTULO I

**ESTRUTURA INDUSTRIAL E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS
METALÚRGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Este capítulo faz um levantamento das características estruturais do complexo metalúrgico do Município. Iniciando pela análise da estrutura industrial a que os metalúrgicos estão vinculados, examinamos em seguida as características internas da categoria, buscando definir o seu perfil e a sua situação sócio-econômica no período 1978-83.

Objetivamos, com isso, examinar as relações existentes entre as características estruturais do setor, particularmente a situação sócio-econômica dos metalúrgicos e o movimento operário e sindical aí desenvolvido.

Há dois momentos da análise: o primeiro verifica o que as características estruturais sugerem em nível da modalidade de sindicalismo e o segundo, dado o perfil sócio-econômico dos metalúrgicos no período, sugere qual o sindicalismo "necessário" para encaminhar os problemas essenciais deste segmento da classe operária brasileira.

1 - ESTRUTURA DO SETOR METALÚRGICO

No Brasil, considera-se Indústria Metalúrgica o conjunto de quatro ramos de atividade industrial, constituído respectivamente pelas indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e de comunicações, e de material de transporte.

Vários estudos têm verificado que a Indústria Metalúrgica foi profundamente modificada a partir de meados da década dos 50, em razão do avanço da industrialização, determinado pelo ingresso e desenvolvimento de grandes empresas, principalmente nos setores de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis etc.) e de bens de capital e intermediários (máquinas, equipamentos, bens siderúrgicos etc.).⁽¹⁾

As grandes empresas metalúrgicas passaram a ocupar papel dominante na dinâmica econômica da sociedade brasileira e, em particular, na estrutura empresarial, aparentemente dividida entre um setor moderno monopolista, concentrado e com altas taxas de acumulação, e um setor tradicional concorrencial, cada vez mais à margem do sistema. Analisemos mais detidamente essa questão.

É inegável o crescimento da Indústria Metalúrgica nos últimos anos, como resultado de um processo de concentração da produção, de um

(1) Ver OLIVEIRA, F. "Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil" e "Expansão Capitalista, Política e Estado no Brasil: Notas sobre o Passado, o Presente e o Futuro", 1975, in: A Economia da Dependência Imperfeita, Graal, RJ, 1977; e MANTEGA, G. e MORAES, K. "Acumulação Monopolista e Crises no Brasil", Paz e Terra, RJ, 1979.

lado, e de um grande aumento do contingente trabalhador, de outro.⁽²⁾ A análise da Tabela 1 permite-nos visualizar a evolução dessa Indústria no Brasil em comparação com as demais, através, da distribuição da população economicamente ativa (PEA), que na Indústria Metalúrgica aumentou oito vezes (atingindo quase 3 milhões de trabalhadores), entre 1950 e 1976.

A concentração da produção pode ser percebida pela presença de grandes empresas nacionais privadas e estatais - estas últimas ligadas principalmente à indústria siderúrgica - e pela expressiva penetração do capital estrangeiro na forma produtiva, principalmente nos ramos mecânico, de material de transporte e de material elétrico e de comunicações.⁽³⁾

Confirmando o dado acima, observamos que, somadas as grandes empresas da Indústria Metalúrgica representam cerca de 35% do total do patrimônio líquido da Indústria de Transformação, considerando as 5.113 maiores empresas do Brasil, conforme a Tabela 2. A participação das empresas estatais é significativa no ramo metalúrgico, (34%); as grandes empresas privadas nacionais destacam-se no ramo mecânico e metalúrgico (53% e 54% respectivamente); e o predomínio das empresas estrangeiras estabeleceu-se no ramo de material elétrico e de

(2) Conforme TAVARES, K. da C. "Estrutura Industrial e Empresas Líderes". FINEP, SP, 1978, mimeo, pp.93 a 126. Cf. também, a análise de RATTNER sobre a concentração econômica em "A Evolução da Economia Brasileira entre 1963 e 1976: Panorama Geral e a Situação da Pequena e Média Empresa", em RATTNER, H. (coord.) Pequena e Média Empresa no Brasil, Símbolo, Coleção Ensaio e Memória nº 15, SP, 1979, pp.23 a 47.

(3) Cf. MANTEGA, G. "... os setores produtivos que se distinguiram pelas suas taxas de crescimento no período 1966/73 foram Mecânica, Material Elétrico e Material de Transporte, justamente onde a participação estrangeira (no capital das maiores do setor) perfaz respectivamente 74,65%, 76,16% e 96,44%". op.cit., p.57.

comunicações e no de material de transporte (61% e 63%, respectivamente).

Enquanto as grandes empresas metalúrgicas constituem parte significativa do chamado pólo dinâmico e moderno da economia brasileira, as empresas "tradicionais" da Indústria Metalúrgica, cuja presença não é desprezível, permanecem à margem da economia, ou estabelecem com as grandes empresas uma relação de subordinação, vista pelos aspectos tecnológico e econômico.

Em outras palavras, ocorre a fusão no mesmo momento histórico de características da estrutura industrial das fases de crescimento industrial e industrialização restringida, com as características da fase da industrialização pesada⁽⁴⁾ e da conseqüente formação do setor monopolista e oligopolista, ainda que no contexto de um capitalismo atrasado e subordinado, em nível internacional.

Reafirmamos no entanto que, os pontos de contato entre essas situações são marcados pela dependência e subordinação das empresas "tradicionais" que representam o elo mais fraco do capitalismo industrial brasileiro, em relação às empresas "modernas" dominantes.⁽⁵⁾

(4) Ver MELLO, J.M.C. "O Capitalismo Tardio", mimeo, Campinas, 1973.

(5) Interessante para ilustrar o nosso argumento, a seguinte passagem de um estudo sobre o ramo de autopeças da Indústria Metalúrgica na sua relação com o ramo automobilístico: "...o tipo de empresa mais freqüente na amostra analisada - pequena e especializada, dependente de um sistema quase monopolista que combina oligopsonia e oligopolio, e que é administrada de maneira tradicional e pouco formalizada, como resultado de um sistema de propriedade e controle familiar - parece ser representativo de uma expressiva maioria das empresas do setor de autopeças. Além disso, o universo mais amplo das pequenas e médias empresas industriais brasileiras apresenta algumas características muito semelhantes às do setor de autopeças. Deste ponto de vista, pode-se considerar o setor de autopeças como uma manifestação particular do processo mais geral de formação do elo mais fraco do capitalismo industrial brasileiro, ou seja, deste ensaio de constituição da fração mais subcapitalizada - social, econômica e politicamente - da burguesia industrial..." VIEIRA, J.P.C. e VENOSA, R. "O Empresário e a Empresa: Controle e Sucessão", cap. 12, in: RATNER, H. (coord.) "Pequena Empresa - O Comportamento Empresarial na Acumulação e na Luta pela Sobrevivência". CNPq/Brasiliense, 1985, vol.12, p.168.

Desta configuração baseada no contraste entre setor moderno e setor tradicional na situação brasileira, emerge a aplicação do conceito de heterogeneidade estrutural, que servirá como um dos recursos explicativos dos rumos do sindicalismo brasileiro entre a modernização e a conservação, o novo e o velho. «6»

A heterogeneidade estrutural constitui um problema resultante da forma como se processou a passagem da última etapa da industrialização no país. Em conseqüência, há uma diferenciação profunda da estrutura produtiva quanto à padrões tecnológicos e produtividade e a conseqüente diferenciação do mercado de trabalho, em termos de qualificação, situação e condições de trabalho e salários, uma e outra derivadas da concentração do progresso técnico e da modernização em alguns pólos da economia. «7»

A heterogeneidade estrutural coaduna-se com as teorias de segmentação do mercado de trabalho, ambas exercendo influência nas interpretações da problemática sindical, no sentido de visualizar a divisão de interesses entre trabalhadores de empresas tradicionais e modernas. Os primeiros têm como destinatário o Estado antes dos capitalistas. Os segundos tendem a priorizar os problemas no contexto direto da fábrica e a enfrentar diretamente os capitalistas. «8»

(6) Conforme ALMEIDA, M.H.T. DE. "Desarrollo Capitalista y Accion Sindical", em Revista Mexicana de Sociologia, 2/78, Anexo XL, Vol.XL, pp.476 a 478.

(7) Idem, ALMEIDA, M.H.T. op. cit., citando os ensaios de ANNIBAL PINTO "La Concentracion del Progreso Técnico y de sus Frutos en el Desarrollo Latino Americano", Trimestre Económico nº 125, México, 1965; e FOXLEY & MUNOZ "Políticas de Empleo en Economías Heterogéneas", Revista Paraguaya de Sociología nº 38, Assuncion, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1977, pp.81-100, p.477.

(8) Idem, ALMEIDA M.H.T., referindo-se a Carlo Danolo em "Sviluppo Ineguale e Disgregazione Sociale: note per l'analisi delle classi nel meridione". Quaderni Piacentini nº 40.

Não há consenso sobre essa perspectiva da teoria da segmentação e da heterogeneidade da classe trabalhadora. Limitamo-nos a indicar uma idéia oposta, baseada no argumento de que na fase monopolista do capitalismo há uma tendência geral à degradação do trabalho, que envolve o conjunto da classe trabalhadora. Isso implica certa "homogeneidade" ou a imposição de problemas comuns que afetam o conjunto dos trabalhadores, cuja essência é a deterioração e a alienação crescente do trabalho humano. (9)

Do nosso ponto de vista, a dualidade (tradicional e moderno, rural e urbano, heterogeneidade e homogeneidade) aplicada ao caso brasileiro vem de longa data, a começar pelos estudos sobre sindicalismo e movimento operário. (10)

Ficamos, para efeito deste trabalho, com o argumento de que o operariado brasileiro surgiu já no contexto da grande indústria, cujo caráter era plenamente capitalista, estabelecendo uma relação contraditória e sintética com o mundo agrário predominante. Nessas condições, o operariado brasileiro passou por um processo de

(9) Dentre outros, BRAVERMANN representa este pensamento em "Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX" Zahar, RJ. Sobre esta questão há um debate, cuja posição contrária a de Braverman, é defendida por Burawoy que compreende que as relações capitalistas de produção resultam na fragmentação e individualização do trabalho fabril como parte essencial do processo de mascaramento das formas de dominação e controle do capital sobre o trabalho; e isso é mais importante que a homogeneização. Cf. BURAWOY, M. Toward a Marxist Theory of the Labor Process - Braverman and Beyond, mimeo. No Brasil, HUMPHREY, é um dos principais críticos das teorias da segmentação e heterogeneidade estrutural, argumentando que elas mais obscurecem que revelam os problemas da classe trabalhadora e suas formas de organização sindical em "As Raízes e os Desafios do (novo) Sindicalismo da Indústria Automobilística", Estudos Cebrap nº 26, 1980, SP, pp.8 a 13.

(10) Cf. VIANNA, L.M. "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências" op.cit. . Neste artigo o autor classifica em três vertentes estes estudos: a interpretação sociológica; a interpretação política; e a interpretação crítica, baseada na idéia de classe operária e capitalismo.

incompletude, caracterizado especialmente pelo atraso do elemento subjetivo. «11»

Neste sentido, questionamos o argumento da heterogeneidade estrutural não em termos da sua constatação empírica, mas enquanto interpretação baseada na oposição entre setor moderno e tradicional, que tende a obscurecer um aspecto essencial ao nosso ver: o caráter capitalista constitutivo das relações de trabalho, tanto na empresa "tradicional" como na "moderna". Em outras palavras, o fundamento da organização capitalista do trabalho tem como base: - a relação social contraditória entre proprietários e expropriados, que, começando na sociedade, se concretiza na organização; - a relação de trabalho contraditória constitutiva do capital, baseada na exploração do trabalho, na produção da mais-valia e na apropriação privada da produção social; e - a forma capitalista de organização e controle da força de trabalho baseada na dominação e alienação. «12»

Em vez, da oposição entre os setores, ocorre um processo de síntese, no qual o grande capital nacional e estrangeiro se impõem através da articulação com o Estado, subordinando os demais setores, cujo papel desempenhado na dinâmica econômica global é caracterizado pela manutenção das condições periféricas reforçadoras do centro dominante. Estabelece-se uma relação entre os diversos segmentos

(11) Cf. ANTUNES, K. "A Particularidade da Classe Operária" in "Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil", Cortez Editora, SP, 1982, pp.57 a 61.

(12) Estes argumentos estão em artigo por nós produzidos: NOGUEIRA, A. "Conflito e Administração" in "Organização, Trabalho e Tecnologia", coletânea organizada por BRUNO, L. e SACCARDO, C., Atlas, SP, 1986, Pp.74-75. Originalmente os fundamentos da organização capitalista do trabalho foram desenvolvidos por MARX, K. - O Capital, Livro I: O Processo de Produção do Capital, volume 1, Civilização Brasileira, 1975. No que se refere a etapa monopolista do capitalismo, estes fundamentos foram retomados por LENIN, V. "O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo", Obras Escolhidas, Ed. Alfa Omega.

industriais e empresariais cujo sentido é a manutenção da totalidade do capitalismo brasileiro, no contexto do capitalismo monopolista internacional. É a este capitalismo de feição moderno-conservadora, configurado pela ação decisiva do Estado, em nível político e na criação das condições modernizantes, que a classe operária brasileira, em particular os operários metalúrgicos do Município, está submetida.

Com isto não queremos dizer que a atuação político-sindical dos trabalhadores já esteja pré-determinada. Pelo contrário, para a compreensão deste aspecto é preciso ultrapassar a "estrutura" geral, aproximarmo-nos do caso concreto e captar a dinâmica propriamente política do fenômeno.

TABELA 1

DISTRIBUICAO DA PEA NA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO POR RAMO DE ATIVIDADE

ANO	INDUSTRIA TEXTIL	INDUSTRIA DO VESTUARIO	INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA	INDUSTRIA DE ALIMENTOS	INDUSTRIA METALURGICA E MAT. ELETRICO	TOTAL
1950	368.960	28.240	75.419	288.653	174.607	935.879
1960	319.983	72.359	87.448	301.366	282.869	1.064.025
1970	386.789	93.560	145.633	501.668	809.329	1.936.979
1976	424.229	285.823	234.561	547.205	1.420.210	2.912.028

FONTE: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho, citado por Gitahi em "Operária: Sindicalização e Reivindicações 1970-1980"; Revista de Cultura e Política No. 8, SP, Cortez/CEDEC

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, PELO PATRIMONIO LIGADO DAS EMPRESAS
ENTRE AS 5113 MAIORES DO BRASIL EM 1974

SETORES	PATRIMONIO LIQUIDO		EMPRESAS ESTATAIS %	EMPRESAS ESTRANGEIRAS %	EMPR. PRIVADAS NACIONAIS %
	Milhoes Cr\$	%			
Ind.de Transformacao	161.571	100%	20	29	51
Ind. Metalurgica	27.771	17%	34	12	54
Ind. Mecanica	8.293	5%	1	46	53
Ind.Mat.Eletrico e Coa.	6.476	4%	-	61	39
Ind.Mat.de Transporte	15.155	9%	4	63	33
Total da Ind.Metalúrgica		35%			

FONTE: "Quem e Quem na Economia Brasileira", Revista
Visao, 31/08/1975, p.29.

Adaptado de RATTNER, H. "A Evolucao da Economia Brasileira
entre 1963 e 1976: Panorama Geral e a Situacao da Pequena
e Media Empresa", in RATTNER, H. e outros Pequena e Media Empresa
no Brasil, SP., Simbolo, 1979.

1.1 - A Indústria Metalúrgica no Estado de São Paulo

O cenário principal do processo de modernização capitalista foi São Paulo, com destaque para a região metropolitana e para Indústria Metalúrgica. Configurou-se aí o centro nervoso da indústria moderna brasileira, devido à tensão entre a concentração do capital e a concentração de trabalhadores, engendrando a base sobre a qual o confronto entre o trabalho e o capital no Brasil foi ganhando novas dimensões e novas formas de ser.

Passemos a verificar mais especificamente a estrutura da Indústria Metalúrgica no Estado, em uma data média (1980) do nosso período de estudo.

Segundo os dados da Tabela 3, a Indústria Metalúrgica representa 25% dos estabelecimentos industriais, da totalidade da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo, e 42% do total do pessoal ocupado. Em termos de valor da transformação industrial (valor da produção menos despesas com operações industriais) apenas a Indústria Metalúrgica é responsável por 41,6% do total da Indústria de Transformação, e 51,7% do total de salários. Esses dados demonstram sua importância e complexidade no Estado de São Paulo.

Os metalúrgicos exercem suas atividades profissionais em um conjunto de indústrias de características bastante diversas. Basta

observar a quantidade de indústrias elencadas no 14º Grupo da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - para que isso seja notado. «13»

Considerando esse rol de indústrias agrupadas nos quatro ramos, podemos observar de forma mais específica a complexidade da Indústria Metalúrgica, tomando o caso do Estado de São Paulo conforme os dados que se seguem.

Os quatro ramos têm a seguinte participação percentual em estabelecimentos e pessoal ocupado em 1980 em relação ao total da Indústria Metalúrgica no Estado de São Paulo: ramo metalúrgico, 40,6% e 31,2%; ramo de mecânica 35,8% e 33,6%; material elétrico e comunicações 13,7% e 17%; e de material de transporte, 9,8% e 18%. «14»

No interior de cada ramo, as diferenças começam pela própria dimensão dos estabelecimentos que, de acordo com o número de empregados, podem ser classificados como micro e pequenos (de 01 a 49 empregados), médios (de 50 a 499 empregados) e grandes (acima de 500 empregados), conforme a Tabela 4. Enquanto as indústrias metalúrgica e mecânica são responsáveis por 76,3% do total dos estabelecimentos industriais com uma forte presença de micro e pequenos estabelecimentos, a indústria de material elétrico e de comunicações e a indústria de material de transporte são responsáveis por 23,4% dos estabelecimentos, sem que se verifique uma presença marcante de pequenos e micro estabelecimentos. As colunas de pessoal ocupado e valor da transformação industrial revelam o alto grau de concentração da produção e dos trabalhadores nos grandes

(13) Ver Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, 14º Grupo.

(14) Dados extraídos da Tabela 3, considerando o total dos valores da Indústria Metalúrgica como 100%.

estabelecimentos, principalmente das indústrias de material de transporte. Apesar da concentração da produção e trabalhadores nas outras indústrias (metalúrgica, mecânica e material elétrico), nota-se a presença significativa dos médios e pequenos estabelecimentos, o que mediatiza o próprio grau de concentração e caracteriza uma certa dispersão industrial.

A análise mais detida dos dados da Tabela 4 corroboram esse argumento: no ramo de material de transporte, 5,3% de 1.504 estabelecimentos são responsáveis por 71% do valor da transformação industrial e 57,9% do pessoal ocupado. Nos três outros ramos esse percentual cai significativamente - entre 20% e 35% do valor da transformação industrial -, quando se toma a quantidade de estabelecimentos considerados grandes, o mesmo ocorrendo com a percentagem de pessoal ocupado, entre 19% e 29%.

No ramo metalúrgico, 98,5% dos pequenos e médios estabelecimentos são responsáveis por 66,8% do valor de transformação industrial e por 77,3% do pessoal ocupado. A situação é diferente em comparação com o ramo de material de transporte, onde 94% dos pequenos e médios estabelecimentos são responsáveis por 28,6% do valor de transformação industrial e por 41,9% do pessoal ocupado.

Podemos acrescentar ainda, a título de complemento, a existência de níveis diferenciados de tecnologia de produção (empresas automatizadas, semi-automatizadas e não-automatizadas) que traduzem

formas diversas de organização e controle do processo de trabalho.⁽¹⁵⁾ Geralmente, há uma relação direta entre a base técnica e a dimensão dos estabelecimentos no sentido, por exemplo, de que os pequenos e médios estabelecimentos possuem sistemas técnicos menos sofisticados em comparação com os grandes.

Os dados acima confirmam a situação peculiar da Indústria Metalúrgica, visivelmente constituída, de um lado, por indústrias modernas e dinâmicas - caso da automobilística no ramo de material de transporte, concentrada basicamente na região do ABC, e caso da eletroeletrônica na região da Grande São Paulo, - e de outro lado, por indústrias tradicionais cuja maior presença, apesar de distribuídas nos quatro ramos, está nos ramos metalúrgico e mecânico, dispersos pelo interior do Estado e pelo Município de São Paulo.

1.2 - A Indústria Metalúrgica no Município de São Paulo

A Indústria Metalúrgica do Município de São Paulo representa 29% do total dos estabelecimentos da Indústria de Transformação do Município e 42% do total do pessoal ocupado. Os quatro ramos têm a seguinte participação percentual em relação ao total da Indústria Metalúrgica em termos de quantidade de estabelecimentos e de pessoal ocupado: indústria metalúrgica, 42,7% e 35%; indústria mecânica, 31,6% e 28,1%; indústria

(15) "... 1) não-automatizadas, são sistemas de produção em que a relação homem-produto é a primordial para a obtenção do produto; 2) automatizadas, são aquelas em que a relação básica é a relação máquina-produto; e 3) semi-automatizadas, são os sistemas de produção que não apresentam preponderância de homens ou de máquinas para a consecução do produto final..." Cf. FLEURY, A.C. "Rotinização do Trabalho: o Caso das Indústrias Mecânicas", in: "Organização do Trabalho", Atlas, 1983. Nesse estudo, há uma breve análise da relação entre diferentes tecnologias e a organização do trabalho no caso das indústrias mecânicas.

de material elétrico e de comunicações, 17,5% e 23,6% e indústria de material de transporte, 8% e 13%, conforme a Tabela 5.

Estes dados indicam, que no Município de São Paulo, a Indústria Metalúrgica na realidade apresenta um quadro pouco diferenciado da de outras regiões do Estado, mantendo as características de complexidade e diversidade. Do total dos estabelecimentos e do pessoal ocupado do Indústria Metalúrgica do Estado, o setor no Município representa 48% e 40% respectivamente (Tabela 6). Isso significa 7.369 estabelecimentos industriais e 387.813 trabalhadores, segundo o censo de 1980. O ramo da indústria metalúrgica tem o maior peso no setor, seguida pela indústria mecânica, de material elétrico, e por último, pelo ramo da indústria de material de transporte.

Nota-se que o ramo de material de transporte, o de maior concentração da produção e trabalhadores em grandes estabelecimentos no Estado, tem uma participação no Município menos relevante em relação aos demais ramos que, conforme já verificamos, têm grau de concentração mediatizado diante da presença expressiva de pequenos e médios estabelecimentos.

Segundo os dados da Tabela 7, nota-se que a significativa presença, em termos quantitativos, de micro e pequenos estabelecimentos, atinge 83% do total, responsáveis, no entanto, por uma parcela relativamente pequena do emprego, 19,8% do total. Somando a este dado a participação dos médios estabelecimentos com 15,1% do total e responsáveis por mais de 47% do emprego, é possível verificar uma

estrutura empresarial relativamente desconcentrada. "Relativamente", porque os grandes estabelecimentos, apesar de representarem 1,3% do total, são responsáveis por 32,8% do emprego. Isso significa que, no Município de São Paulo, a concentração industrial mescla-se com a dispersão industrial, confirmando a característica de uma estrutura heterogênea e diferenciada no interior de si mesma. Ao lado de grandes empresas modernas subsiste grande quantidade de empresas (pequenas e familiares) tradicionais.

Ainda segundo a RAIS/84, a Tabela 8 revela que os quatro ramos no Município, apesar da heterogeneidade, têm uma estrutura empresarial que se assemelha, considerando os percentuais entre os pequenos, médios e grandes estabelecimentos e sua capacidade de emprego no período. Isto indica que o dado da dispersão industrial no setor metalúrgico cidade de São Paulo não é ofuscado pelo dado da concentração de trabalhadores nas empresas. Diferente, por exemplo, de São Bernardo, no ABC.

Observe-se a Tabela 9 e a seguinte passagem da pesquisa sobre o operariado metalúrgico do ABC paulista: "Em São Bernardo sobretudo, o domínio de cinco grandes firmas automobilísticas, empregando 66.000 operários, junto com outras 10 que empregam 18.000 nos setores mecânico-metalúrgicos, levou a uma concentração de trabalhadores nas grandes empresas. Dois terços de todos os operários metalúrgicos da área trabalham em empresas com mais de 1.000 operários e três quartos trabalham em firmas com mais de 500 operários. Em Osasco e Santo André,

o grau de concentração é mais baixo, mas ainda bem acima do índice da Cidade de São Paulo.”(16)

Realmente, é o caso de se chamar a atenção para o fato de na Cidade de São Paulo, a concentração industrial no setor metalúrgico ser menor que nas regiões indicadas na Tabela 9. Há maior equilíbrio se considerarmos que um terço dos metalúrgicos, aproximadamente, trabalha em estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores; um terço trabalha em estabelecimentos entre 100 e 499 trabalhadores; e um terço em estabelecimentos com até 99 trabalhadores.

A enorme extensão territorial do Município (1.516 km²) obriga algumas empresas a se distanciarem entre si 70 km. Em cada região do Município de São Paulo (Sul, Leste, Oeste, Norte) os estabelecimentos da Indústria Metalúrgica existem de forma diversa, abrangendo ora os quatro ramos ao mesmo tempo, ora o aglomerado de empresas de um determinado ramo. Para concluir esse ponto, levantamos as seguintes indagações: há uma especificidade estrutural do setor metalúrgico do Município no contexto capitalista brasileiro? O que esta especificidade sugere em relação ao movimento e à organização sindical dos metalúrgicos?

Os dados analisados compõem um quadro que, se não chega a definir uma especificidade exclusiva da Cidade de São Paulo, aponta para uma problemática mais ampla do processo industrial no Brasil, no sentido de representá-lo mais fidedignamente. Em outras palavras, a política do

(16) Cf. HUMPHREY, J. "Fazendo o Milagre - Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística", Vozes/CEBRAP, RJ, 1982, p.57.

Estado brasileiro de modernização capitalista baseada na grande empresa monopolista ou oligopolista desenvolveu-se em um contexto no qual a conservação ou sobrevivência da pequena e média empresa nacional faz-se sentir significativamente. O fato é que esse segmento representa o elo frágil da indústria brasileira - entre a sobrevivência e a extinção - não contemplado diretamente pelo mesmo Estado em sua política de modernização, em crise e pleno esgotamento no período deste estudo.

Contudo, convém enfatizar alguns aspectos que para nós se mostraram essenciais na caracterização do setor metalúrgico do Município:

- a dispersão industrial em grande extensão territorial;
- um certo "equilíbrio" entre a pequena e a média empresas, ou um quadro mediatizado da concentração industrial;
- a provável diferenciação no seio das camadas operárias, devido à presença de grandes indústrias modernas em contraste com as indústrias tradicionais.

Parece-nos óbvio que a dispersão das indústrias metalúrgicas pelas regiões do Município dificulta em muito a organização sindical, que tende a se pulverizar em termos de ação e política sindical. Conquistar a unidade de ação em torno do Sindicato em meio a tamanha diversidade é uma tarefa bastante complexa, que exige o empreendimento de diferentes esforços em torno de núcleos comuns mas, que responda ao dado da

heterogeneidade da estrutura industrial. Se não houver concentração de esforços, a política sindical tende a ceder aos dados da estrutura.

O segundo e o terceiro aspectos indicam que é significativo o contingente de metalúrgicos assalariados nas indústrias "tradicionais" ou de pequeno e médio portes. Aceitando-se a idéia de que esse conjunto ao tender a uma certa homogeneidade, sugere um sindicalismo dependente do Estado, cupulista, minoritário e de pouco enraizamento nas fábricas. É possível também, diante da presença significativa das indústrias modernas, sugerir o contrário: um sindicalismo independente, de massa, voltado para as bases e enraizado nas fábricas.

Qual o quadro formado?

No caso da Indústria Metalúrgica do Município, o esquema acima não se sustenta e obscurece a compreensão da forma de sindicalismo aí desenvolvido. Isto porque as características modernas e tradicionais da estrutura industrial, a concentração e a dispersão industriais estão condensadas na própria base territorial de um mesmo Sindicato, sugerindo ora uma divisão sindical de si mesmo ora outra possibilidade entre o velho e o novo sindicalismo. Remetemos então a outras dimensões de investigação e análise a resolução desse problema.

TABELA 3

CENSO INDUSTRIAL - SAO PAULO
1980

SETORES	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO		SALARIOS (Em %)	VR. TRANSFORMACAO INDUSTRIAL VR. PRODUCAO - DESPESAS COM OP. IND. (Em %)
	QUANT.	%	QUANT.	%		
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	61.555	100	2.278.378	100	421.270.046 (100%)	
INDUSTRIA METALURGICA	15.381	25	962.532	42	51,7	2.099.773 (100)
Metalurgica	6.751	10	300.531	13,1	13,9	41,6
Mecanica	5.516	9	324.198	14,2	20,6	11,7
Material Eletrico e Com.	2.110	3,5	165.038	7,2	7,7	12,7
Material de Transporte	1.504	2,5	172.765	7,5	9,5	9,6

FONTE: Censo Industrial - Sao Paulo - 1980, IBGE/SEPLAN.

Obs.: Quadro Adaptado.

TABELA 4

DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, SEGUNDO GRUPOS DE PESSOAL
OCUPADO E GENEROS DE INDUSTRIA - 1980

INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	TAMANHO DA INDUSTRIA	VR. TRANSFORMACAO INDUSTRIAL (%)	ESTABELECIMENTOS ANO DE 1980 (%)	PESSOAL OCUPADO EM 31/12/1980 (%)
METALURGICA			6.251 (100%)	300.531 (100%)
	Pequeno (1)	14,1	79,0	23,14
	Medio (2)	52,7	19,4	54,2
	Grande (3)	33,0	1,1	22,5
MECANICA			5.516 (100%)	324.198 (100%)
	Pequeno (1)	16,3	71,1	20,3
	Medio (2)	62,7	27,2	60,4
	Grande (3)	20,7	1,2	19,2
MATERIAL ELETRICO E COMUNICACOES			2.110 (100%)	165.038 (100%)
	Pequeno (1)	10,0	69,0	24,9
	Medio (2)	55,6	28,1	55,3
	Grande (3)	34,1	2,4	29,5
MATERIAL DE TRANSPORTE			1.504 (100%)	172.765 (100%)
	Pequeno (1)	4,2	69,2	9,6
	Medio (2)	24,4	25,0	32,3
	Grande (3)	71,3	5,3	57,9

Tabela organizada a partir do Censo Industrial - Sao Paulo 1980, pp.264/265.

- Obs.: (1) Pequeno Estabelecimento: De 01 a 49 pessoas;
 (2) Medio Estabelecimento: De 50 a 499 pessoas ocupadas;
 (3) Grande Estabelecimento: De 500 a mais pessoas ocupadas.

TABELA 5

DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, SEGUNDO
MICRORREGIOES, MUNICIPIOS E GENEROS DE INDUSTRIAS

MUNICIPIO DE SAO PAULO - 1980

GENEROS DE INDUSTRIA	=VALOR DA TRANSFORMACAO :INDUSTRIAL		:ESTABELECIMENTO		:PESSOAL OCUPADO :EM 31/12/1980	
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	:(1)731.838.394	*	: 24.842	*	: 920.481	*
	: 100%					
Metalurgica	: 13,0%	30,6%	: 12,6%	42,7%	: 14,7%	35,0%
Mecanica	: 11,8%	27,7%	: 9,3%	31,6%	: 11,8%	28,1%
Mat.Elet.Com.	: 11,7%	27,6%	: 5,2%	17,5%	: 9,9%	23,6%
Mat.Transportes	: 5,7%	13,5%	: 2,3%	8,0%	: 5,5%	13,1%
Total Ind.	: 42,5%	100%	: 29,4%	100%	: 42%	100%
Metalurgica(*)		311050567(1):		7369		387813

FONTE: Adaptado do IX Recenseamento Geral - 1980.

Obs.: (1) Em mil cruzeiros.

Ler a 2a. coluna de cada item de baixo para cima.

TABELA 6

DADOS COMPARATIVOS ENTRE O SETOR METALURGICO DO
MUNICIPIO E DO ESTADO DE SAO PAULO

Em percentagem

SETOR METALURGICO	ESTABELECIMENTOS: MUNICIPIO/ESTADO	PESSOAL OCUPADO: MUNICIPIO/ESTADO	VR. TRANSFORMACAO INDUSTRIAL MUNICIPIO/ESTADO
IND. METALURGICA	50%	45%	39,4%
IND. MECANICA	42%	34%	32,6%
IND. DE MATERIAL ELETRICO E COM.	61%	56%	53,3%
IND. DE TRANSPORTE	39%	29%	20,6%
TOTAL DO SETOR	48%	40%	35,5%

FONTE: Tabela organizada a partir do CENSO INDUSTRIAL - SAO PAULO, 1980.

TABELA 7

ATIVIDADE TOTAL DO GRUPO 14 - MUNICIPIO DE SAO PAULO(*)
31/12/84

TAMANHO	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	%	EMPREGOS	%
0	327	4,8	0	0
1 - 4	1.847	27,5	4.226	1,3
5 - 9	1.144	17,0	7.695	2,4
10 - 19	1.107	16,5	15.407	4,8
20 - 49	1.156	17,2	36.156	11,3 19,8(a)
50 - 99	484	7,2	34.594	10,8
100 - 249	371	5,5	58.401	18,2
250 - 499	163	2,4	57.713	18,0 47(b)
500 - 999	64	0,9	41.750	13,0
1.000 - mais	33	0,4	63.243	19,8 32,8(c)
TOTAL	6.696		319.185	

FONTE: Relacao Anual de Informacoes Sociais - RAIS, de 31/12/84.

(*) Tabela organizada a partir da RAIS data-base 31/12/84, Ministerio do Trabalho. A RAIS, segundo informacoes do DECAD-FIESP, passou a organizar os dados relativos ao Municipio de Sao Paulo a partir de 1984.

Obs.: (a) corresponde a pequena empresa; b) media empresa; c) grande empresa.

Tabela 8
TAMANHO DOS ESTABELECIMENTO, EMPREGO, POR RAMOS DA
INDUSTRIA METALURGICA(*)

Tamanho do estabelecimento:	INDUSTRIA METALURGICA							
	Indústria Metalúrgica	Emprego %	Indústria Mecânica	Emprego %	Ind.Mat.Elé- trico e Com.	Emprego %	Indústria de Material Transp.	Emprego %
(a)	:	:	:	:	:	:	:	:
0 - 49	85,3	23,1	85,4	27,1	79,4	15,8	72,5	11,2
(b)	:	:	:	:	:	:	:	:
50 - 499	13,1	48,0	13,5	53,4	17,8	44,5	23,5	41,7
(c)	:	:	:	:	:	:	:	:
500 - 1000 ou mais	1,0	28,6	0,4	19,1	2,5	39,2	3,5	47,7

FONTE: (*) Tabela Adaptada da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, de 1984.

Ods.: a) Pequena empresa;
b) Média empresa;
c) Grande empresa.

Tabela 9
DISTRIBUIÇÃO DE OPERÁRIOS POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO
NAS INDUSTRIAS MECANICO-METALURGICAS
EM AREAS SELECIONADAS DA GRANDE SAO PAULO(1)

(2) Area	(3) Ano	Todos os metalúrgicos		Estabelecimento com mais de 1 000 operários		Estabelecimento com mais de 500 operários	
		Número de operários	Número de estabelecimentos	% do número total de trabalhadores metalúrgicos	Número de estabelecimentos	% do número total de trabalhadores metalúrgicos	Número de estabelecimentos
Osasco	1978	32.885	272	3,76%	5	52,2%	12
Santo André	1977	46.081	322	48,6%	10	60,7%	19
Sao Bernardo	1978	125.557	575	67,2%	15	74,0%	26
Sao Paulo (cidade)	1976	421.277	10.076	20,8%	41	32,9%	113

FONTE: Dados nao-publicados do DIEESE, computados do Guia de Contribuição Sindical

Obs.: Tabela extraída de Humphrey, J. Fazendo o "Milagre" ... op cit, pág. 57

- Notas: 1. Estas áreas correspondem à base territorial dos sindicatos.
2. Os dados para Sao Caetano nao eram disponíveis.
3. O ano em questao é o único para o qual se dispunha de informacao.

2- PERFIL E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS METALÚRGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Para o desenvolvimento deste ponto, foram considerados dados disponíveis no início da década dos 80 sobre os trabalhadores da Indústria Metalúrgica, segundo faixa etária, ocupação, sexo, grau de instrução, classes de salário e situação econômica e salarial, a partir de duas fontes básicas: a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS Data Base 31/12/1984 e os documentos do DIESSE.

Este referencial empírico, ainda que limitado contribui bastante para a visualização aproximada do perfil do metalúrgico paulistano e da sua condição social e econômica no período estudado. Interessamos aqui dar um passo adiante e discutir a relação entre esses aspectos e a problemática da atuação sindical dos metalúrgicos do Município.

Iniciamos esta discussão com as seguintes perguntas: quem são os metalúrgicos da Capital e qual o seu lugar no mundo do trabalho e na sociedade ?

De uma maneira geral, trata-se de assalariados da produção e da administração das indústrias metalúrgicas, mecânicas, e de material elétrico e comunicações e de material de transporte. Já vimos a distribuição desses ramos no item anterior deste capítulo. Para o Município de São Paulo, conforme a Tabela nº 10, verifica-se que 62% do emprego metalúrgico é ocupado pelos trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas e assemelhados. Esses metalúrgicos

constituem a base operária propriamente dita e representam a maioria em relação aos outros estratos, distribuídos da seguinte maneira: 14% são trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados; 7,8% são trabalhadores de profissão técnica e científica e assemelhados; 9% são trabalhadores que não podem ser classificados segundo a profissão; e 7% vinculam-se a outras profissões.

Os dados acima permitem discutir as características internas à categoria dos metalúrgicos, dos quais, em princípio, se evidencia a heterogeneidade do mundo do trabalho. Comum a todos os estratos é o fato de serem assalariados do capital; mas, uma vez que se considera a organização do trabalho no interior das empresas, a diferenciação se estabelece. Essa diferenciação está diretamente relacionada à divisão social do trabalho, entre o trabalho material e o trabalho intelectual, isto é, entre as atividades ligadas à concepção, ao planejamento, ao controle e à execução do trabalho. Depreende-se daí o conjunto de atividades exercidas no mundo do trabalho, que formam uma rede geralmente hierarquizada, conforme se visualiza através da presença dos mestres, contramestres, pessoal técnico de nível superior, supervisores, chefes, gerentes e diretores na Tabela 11.

Esses assalariados constituem uma porcentagem pequena do trabalho metalúrgico e, geralmente, ocupam as chamadas estruturas de poder nos diversos níveis do processo de trabalho. Poder técnico e administrativo exercido principalmente sobre os operários da produção e trabalhadores de execução dos serviços administrativos.

Todos esses assalariados são considerados metalúrgicos no que diz respeito ao enquadramento sindical, salvo algumas exceções de profissionais e técnicos. Fato que traz de imediato a seguinte questão: há metalúrgicos e metalúrgicos, ou seja, a diferenciação básica entre os trabalhadores é dada pela relação mantida com as estruturas de poder e propriedade da empresa, representadas, diretamente, pelos proprietários ou sócios e membros da família, presidentes e diretores e, indiretamente, pelos gerentes e chefias em geral. Esses últimos oscilam entre os interesses dos "de baixo" e dos "de cima".

A estrutura de propriedade e de poder em cada empresa varia segundo os fatores: tipo de empresa e de indústria, tamanho, grau de incorporação de tecnologia, origem do capital, características do ramo (oligopolizado ou não), estilo de direção e gerência etc. Esses fatores vão influenciar as indústrias metalúrgicas no contexto do mercado capitalista. No entanto, não podem obscurecer um aspecto central: a empresa capitalista baseia-se na apropriação privada dos resultados do processo de trabalho, no qual os assalariados de base ligados à produção constituem a força produtiva essencial, pois são os responsáveis diretos pela transformação da matéria-prima em mercadoria pela valorização do capital, sem as quais o restante do processo perde o sentido.

Com isto, há uma diferença de qualidade quando se abordam os operários de produção no contexto capitalista. O fato de esses assalariados ocuparem uma posição essencial no modo de produção capitalista, isto é, na base do processo de valorização do capital, acabou por atribuir-lhes o papel nuclear na noção de classe operária e,

por conseguinte, na luta de classes expressa no confronto entre trabalho e capital. Daí se desenvolve a idéia de que os operários tendem a manifestar necessidades e interesses mais comuns entre si e diferentes das dos demais trabalhadores mesmo com o dado da diferenciação estrutural. Válida ou não esta discussão, o fato é que geralmente as questões práticas e teóricas ligadas à mobilização e à organização dos trabalhadores deitam historicamente suas raízes na ação espontânea e/ou organizada deste segmento dos assalariados. O ressurgimento do movimento sindical no Brasil e os seus desdobramentos políticos deveram-se fundamentalmente à paralização do trabalho realizado pelos operários da produção industrial.

Aqui introduzimos uma questão importante para este trabalho, no que diz respeito à afirmação anterior da heterogeneidade do mundo do trabalho: em que condições pode ocorrer a partir dos operários da produção um comportamento homogêneo no interior da heterogeneidade da categoria dos metalúrgicos do Município?

Antes, cumpre analisar um pouco mais outras características internas dos metalúrgicos, começando pela referência à variável sexo. A presença da mulher no total do emprego, em 1984, não era desprezível, pois atingia 18,7%. Do total das mulheres empregadas no setor, 55,5% eram trabalhadoras de produção, isto é, são operárias metalúrgicas; 27,2% são trabalhadoras do setor administrativo; e 7,8% sem classificação (Tabela nº 10). No setor metalúrgico, o crescimento da participação das mulheres no trabalho deveu-se principalmente à indústria de material elétrico e comunicação, que vem incorporando cerca

de 30% ou mais da força de trabalho feminina. Secundariamente, aparece 15% na indústria metalúrgica, onde as empresas de autopeças tem papel significativo. Nos outros ramos metalúrgicos, como a indústria mecânica, automobilística e siderúrgica, predomina a mão-de-obra masculina, e a participação feminina não é significativa (ver Gráfico 1).

É muito forte a conotação de o trabalho operário em geral, e particularmente na Indústria Metalúrgica, ser exclusivamente exercido por homens. E isto se reproduz no movimento operário. Com a incorporação do trabalho feminino, cuja tendência parece aumentar paulatinamente em alguns setores, fica evidenciado mais um elemento de diferenciação que não pode ser desprezado e que certamente altera as condições de organização e mobilização dos metalúrgicos. <17>

Outra característica a ser notada refere-se à faixa etária dos metalúrgicos, ainda na Tabela 10. A grande maioria dos metalúrgicos (72,3% do total) tinha entre 20 e 39 anos, faixa etária conhecida como a mais produtiva. A faixa entre 40 e 49 anos diminui para 14%, enquanto 7,5% estava abaixo de 19 anos 5,8% tinha mais de 50 anos.

O fator idade representa uma diferenciação importante no interior da categoria metalúrgica, pois envolve a questão da experiência de trabalho, qualificação adquirida em nível de especialização e tempo de serviço, experiências de organização e mobilização e vivência nas lutas da categoria. Uma pesquisa sobre os motivos de sindicalização constatou que os trabalhadores mais jovens

(17) Ver artigo de HUMPHERY, J. que faz referência a este aspecto. "Sindicato, um Mundo Masculino", in: Novos Estudos Cebrap, vol.2 nº 1, abril de 1983.

mudavam mais de emprego e tinham menos interesse pelos problemas de organização da categoria.⁽¹⁸⁾ À medida que a idade e a experiência de trabalho são maiores, a preocupação com o emprego e com os problemas de organização também se tornaram maiores.

O grau de instrução representa outro fator importante para a análise do perfil do trabalhador metalúrgico. Observando a Tabela 12, verificamos que do total do emprego, em 1984, 22,5% da categoria tinha instrução acima do nível ginasial completo; 18,3% da categoria nem sequer concluíra o primário; e do primário completo até o ginasial estavam aproximadamente 60% (ver Gráfico 2).

Esses dados revelam que a grande maioria dos metalúrgicos (78% aproximadamente) ocupa cargos e executa funções e tarefas que requerem pouco grau de instrução. Geralmente, esses cargos constituem os níveis mais baixos da organização, a chamada base da hierarquia, bastante distante e separada dos processos de planejamento e decisão.

Cruzando as variáveis grau de instrução e faixa etária, observamos que à medida que aumenta a idade dos trabalhadores metalúrgicos crescem as porcentagens dos graus de instrução até primário completo e diminuem as porcentagens até o nível superior. Isso significa que o metalúrgico, a partir de uma certa idade, não melhora o seu nível de instrução, fato que pode indicar uma dependência significativa em relação ao emprego que ocupa e certamente pouca mobilidade na hierarquia da empresa.

(18) Cf. GRONDIH, K. e VIEZZER, H. "Diagnóstico dos Motivos de Sindicalização", mimeo, dezembro de 1982.

A pesquisa mencionada anteriormente verificou ainda que quanto maior for o grau de instrução, maior o interesse pelos problemas de organização da categoria.⁽¹⁷⁾ Além disto, o grau de instrução constitui fator relevante, pois serve como referência para a estratificação e divisão dos metalúrgicos, em nível tanto do cargo ocupado na estrutura de poder da empresa como do salário recebido.

Aqui começamos a lidar mais propriamente com a problemática das condições de vida, isto é, das condições sócio-econômicas dos metalúrgicos.

É nesse campo a questão salarial ganha dimensão essencial para a verificação mais aproximada das reais condições de vida dos metalúrgicos. A Tabela 13 indica a classificação da categoria em classes de salário mínimo, em 31/12/1984.

A primeira observação em relação aos dados da tabela diz respeito ao elevado número de classes de salários em que a categoria está distribuída. A partir de um salário mínimo, existem 13 escalas com uma quantidade expressiva de trabalhadores para cada uma, pelo menos até 15 salários.

Utilizaremos o seguinte parâmetro para análise dos dados:

- salário mínimo necessário (SMN), média anual/1984 calculada pelo DIEESE = Cr\$ 538.410;
- salário mínimo oficial (SMO), média anual/1984 = cr\$109.268;

(17) Cf. GRONDI, M. e VIEZZER, M. *idem*, *op.cit.*

- salário mínimo necessário DIEESE = 4,92 SM0.

Considerando o parâmetro do DIEESE, aproximadamente 60% dos metalúrgicos não atingiam o salário mínimo necessário para uma família sobreviver. Acima do SMN (entre 4 e 5 SM0 na tabela) até 2 SMN (10 SM0), 22,6%; acima de 2 SMN até 4,5 SMN, aproximadamente 9%, e acima de 4,5 SMN, apenas 3,3% .

É possível afirmar que à medida que cresce o salário, diminui explicitamente a quantidade de metalúrgicos, confirmando neste setor a pirâmide de distribuição desigual da renda. Os baixos salários, com seu reflexo imediato nas condições de vida dos trabalhadores, atingem a maioria dos metalúrgicos do Município, o que fica evidenciado pela comparação da situação destes e o salário mínimo necessário para uma família sobreviver.

As pesquisas sobre os salários dos trabalhadores, tendo como base o salário mínimo, demonstram as conseqüências da política de arrocho salarial adotada no pós-64, pois, a perda do poder aquisitivo do salário mínimo iniciada em 1962 (entre 1952 e 1962 o salário mínimo atingiu seus maiores valores reais) manteve-se e daí por diante, ficou sistematicamente abaixo do primeiro salário mínimo, instituído em julho de 1940. Para se ter uma idéia do agravamento da questão salarial, em março de 1982, o salário mínimo representava 55% do valor do primeiro salário mínimo do trabalhador brasileiro (conforme Tabela 14).

O impacto disso na deterioração das condições de vida é evidente, pois, é de se esperar que o trabalhador de salário mínimo tenha uma esperança de vida menor, sendo que uma pequena melhoria de salários aumenta em 5 anos a estimativa de vida (ver quadro abaixo).

Quadro 1
TEMPO DE VIDA SEGUNDO GRUPOS DE RENDA MENSAL
Brasil 1980

Em anos e meses

Renda Mensal	Esperança de Vida ao nascer (estimativa)
Até 1 SM	54,8
de 1 a 2 SM	59,5
de 2 a 5 SM	64,0
mais de 5 SM	69,6

Fonte: IBGE - Indicadores sociais - tabelas selecionadas 1979 e dados preliminares do censo de 1980 (organizada pelo DIEESE - Salário Mínimo edição especial abril de 1982)

O cruzamento desses dados com os da situação salarial dos metalúrgicos revelam que cerca de 64,74%, tinha esperança de vida de no máximo 64 anos, pois em 1984 recebiam até 5 salários mínimos oficiais.

É por essa razão, e outras conseqüentes, que a questão dos salários representa o essencial nos movimentos reivindicatórios dos metalúrgicos, bem como nos seus problemas de organização. A questão salarial acaba subordinando os demais problemas do mundo do trabalho, pelo fato de envolver diretamente o campo das necessidades básicas e da própria sobrevivência dos trabalhadores. Nos capítulos seguintes,

principalmente no terceiro, contamos com esses dados como pano de fundo para a análise do movimento sindical dos metalúrgicos do Município.

Importa ainda frisar que essa situação de deterioração dos salários resultou de um conjunto de leis e decretos do Estado militar brasileiro. (20) Esse conjunto de leis e decretos, conhecidos vulgarmente como "pacotes", reajustava periodicamente os salários, com algumas exceções, abaixo da inflação e do real custo de vida (ver a título de exemplo o Gráfico 3), o que implicava constantes perdas do poder aquisitivo e condições precárias de vida e existência para a maioria da classe trabalhadora e dos metalúrgicos de São Paulo, em particular.

O arrocho salarial não foi o único traço da política econômica do período militar. Até 1980, a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores e do seu padrão de vida conviveu com o crescimento de taxas de emprego e da massa de salários, principalmente a partir da incorporação de novos trabalhadores no mercado de trabalho, como as mulheres e outros. Porém, a partir do final de 1980, começou a ser implementada uma política econômica recessiva, cujos resultados foram queda de renda do país, a queda do PIB "per capita" (ver Tabela 15), e por consequência a diminuição da população e do emprego. (21)

(20) A começar pela Lei nº 4.725 de julho de 1965, que foi alterada na prática por inúmeras categorias a partir do surto grevista de 1970 e 1979; a Lei nº 6.700-79 de 30 de outubro de 1979 que estabeleceu os reajustes semestrais dos salários com base no INPC e produtividade; a Lei 6886-80, de dezembro de 1980, que alterou a Lei anterior introduzindo novas faixas de salários e percentuais do INPC; o Decreto-Lei 2012 de 25 de janeiro de 1983 que retirou os 10% acima do INPC para os reajustes dos salários até 3 mínimos, e para as demais faixas reajustes menores que o INPC; o Decreto-Lei 2.024 de 25 de maio de 1983 de duração de apenas um mês; o Decreto-Lei nº 88.482 de 5 de julho de 1983 conhecido pelo "expurgo" do INPC; e o Decreto-Lei 2.045 de 13 de julho de 1983 que estabeleceu um reajuste único de 80% do INPC para todos os trabalhadores. Dados retirados do artigo "A história do arrocho" - Revista do Sindicato, publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nº 2, Ano 1, outubro de 1983.

(21) Cf. Boletim do DIEESE, Conjuntura, Recessão deixa brasileiros mais pobres, out. de 1983, pp.3 e 4.

Com esse quadro, fica evidenciado que, além do empobrecimento, a maioria da população brasileira passava a vivenciar, a partir de 1981, a máxima do problema social, que é o não-trabalho, o desemprego.

Em São Paulo, no ano de 1983, aproximadamente um terço da população em condições de trabalhar estava desempregada ou tentando sobreviver com "bicos". (22) A situação dos metalúrgicos de São Paulo também se agravou a partir de 1981, em virtude da recessão econômica e da política de demissão em massa do empresariado. Segundo um documento apresentado no 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, dos 535 mil desempregados de São Paulo, 15,6% (aproximadamente 80 mil) eram metalúrgicos, principalmente nas faixas de salário de até 3 salários mínimos. (23)

Na Tabela 16, com dados organizados pelo DIEESE sobre a situação salarial dos metalúrgicos de São Paulo, constata-se o agravamento de suas condições de vida, através da perda do poder aquisitivo dos salários somado ao fato de que cerca de 145.368 metalúrgicos perderam o emprego entre 1980 e 1984. Destes metalúrgicos desempregados, 79,5% ganhavam até três salários mínimos; 19,9% de três a sete; 1,6% de sete a quinze; e 1% mais de quinze. Esses dados indicam que ocorreu maior rotatividade na faixa dos baixos salários cujos trabalhadores são mais facilmente recontratáveis. (24)

(22) Idem, Boletim do DIEESE, p.5

(23) Cf. Documento "Desemprego e Salário", do 6º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, p.7, 1983.

(24) Cf. artigo publicado na Folha de São Paulo de 01/02/85 "O Salário Cai e a Massa de Salário Também", no qual foi analisada a questão dos salários em contraposição aos dados publicados pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) na imprensa, na mesma semana.

O alto índice de rotatividade no emprego metalúrgico agrava ainda mais a situação de instabilidade econômica e social do trabalhador. Segundo, documento do Sindicato citado, a maioria dos trabalhadores, ao abrir sua carteira de trabalho, verifica que já trabalhou em diversas fábricas, sendo que mais da metade dos metalúrgicos trabalha menos de dois anos no atual emprego. Essa política perversa do empresariado visa diminuir ainda mais o valor da força de trabalho no mercado, provocando muitas vezes o rebaixamento salarial na carteira de trabalho de um mesmo metalúrgico quando consegue um novo emprego. Quando essa política de rotatividade é praticada em conjunturas de agravamento da crise (como a verificada após 1981), cresce o número de meses que o trabalhador fica sem emprego. <25>

Com o exposto até aqui, podemos discutir a questão colocada: em que condições pode ocorrer um comportamento homogêneo no interior da heterogeneidade do mundo do trabalho metalúrgico? A heterogeneidade estrutural, somada às diferenciações internas da categoria metalúrgica, influencia sobremaneira as questões de organização sindical, seja dentro ou fora da fábrica, colocando limites e dificuldades à tarefa de mobilização, dado que os interesses, as necessidades e os problemas dos metalúrgicos tendem a ser diferentes. Daí o problema da unidade no seio da categoria, no sentido das dificuldades em atingi-la. A superação da divisão a que estão submetidos os operários metalúrgicos na ordem industrial capitalista da cidade de São Paulo é um objetivo difícil de ser atingido. Acrescente-se a isso o fato de, no capitalismo brasileiro,

(25) "Desemprego e Salário", já citado.

o Estado ser o grande mantenedor das condições desiguais em que capital e trabalho se confrontam no mercado, e na sociedade e de, no período analisado (1978/83), essa interferência explicitar-se através da política econômica e salarial implantada, e da repressão e intervenções nos sindicatos que as confrontavam.

No entanto, concretamente, após o exame das condições sociais e econômicas dos metalúrgicos no período entre 1978 e 1983/84, evidencia-se a existência de fortes motivos para o desenvolvimento da solidariedade e unidade entre eles. As precárias condições de vida e de salários da maioria dos metalúrgicos, tendem, do nosso ponto de vista, a favorecer uma certa homogeneidade de situação, cuja centralidade está na questão dos salários, que como vimos subordina as demais questões. Ao trazermos à luz a situação sócio-econômica dos metalúrgicos no contexto da crise do modelo econômico brasileiro, constata-se uma base possível de convergência de problemas e de interesses a serem canalizados de alguma forma.

Dai a necessidade do desenvolvimento de um sindicalismo combativo e aguerrido para responder à grave situação dos metalúrgicos, cuja característica essencial é o confronto com a política econômica e salarial estabelecida no pós-64 e, em segundo lugar, uma perspectiva de luta de massa, unitária e bem organizada em nível das fábricas. São as características do novo sindicalismo.

Estamos diante de um paradoxo: heterogeneidade estrutural e perfil complexo e diverso do metalúrgico versus necessidade de unidade

da ação organizada de classe para responder aos problemas mais fundamentais de sua existência.

A nossa hipótese central é de que até 1980 era possível superar os limites dados pela estrutura heterogênea e apontar para a formação de um novo sindicalismo em São Paulo, desde que ocorresse a unidade das correntes políticas e sindicais em torno dos problemas centrais dos metalúrgicos, isolando a corrente conservadora na direção do sindicato. Não foi isso o que aconteceu; optou-se pela divisão política entre as correntes de oposição sindical optou-se pela modernização conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos do Município.

Em outras palavras, o conhecimento da problemática recente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo deve ser obtido fundamentalmente do campo político. Essa perspectiva exige da análise política o enfrentamento da outra dimensão tão complexa quanto a de estrutura econômica e social, que é da heterogeneidade no plano subjetivo, dada pela diversidade política e ideológica dos grupos atuantes e lideranças presentes no setor.

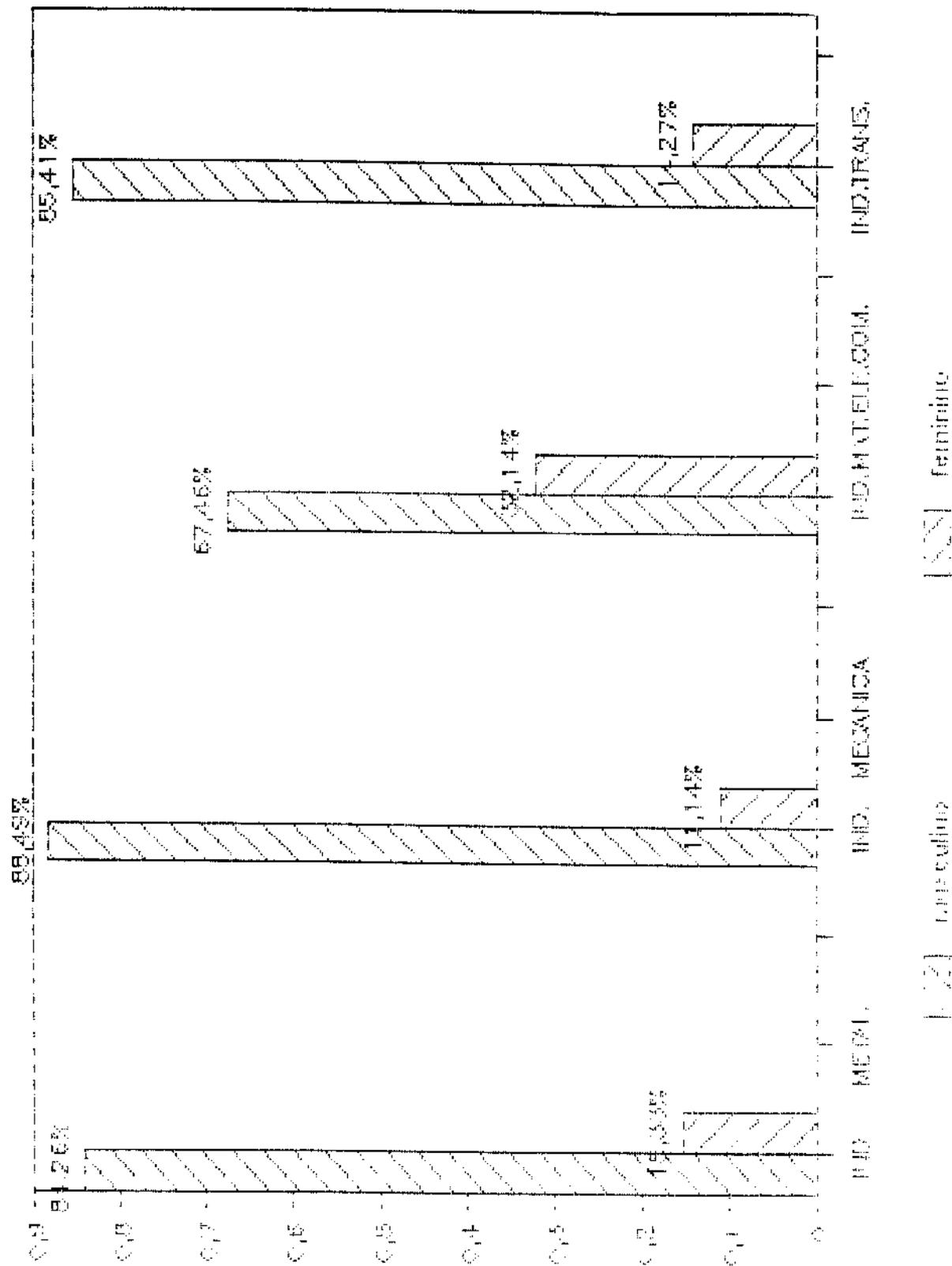
Nos próximos capítulos centraremos a análise no campo político sindical, procurando acompanhar a história do movimento sindical dos metalúrgicos em São Paulo, mais detidamente entre 1978 e 1983.

TABELA 10 - Ministério do Trabalho- Secretaria Geral- CDI
 Adaptação da Síntese da Relação Anual de Informações Sociais- Rais Data Base 31/12/84
 Número de Empregos em 31/12/84, segundo FAIXA ETÁRIA, POR OCUPAÇÃO E SEXO
 Grupo 14 Local São Paulo (15)

GRUPOS DE OCUPAÇÃO (CBO)	Total de empregos(X)	SEXO(X)		FAIXA ETÁRIA				
		M	F	10-14(X)	15-19(X)	20-39(X)	40-49(X)	mais de 50 (X)
-trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas e semelhantes.	61,99X	51,37X	10,41X	0,16X	4,47X	44,93X	8,87X	3,34X
-trabalhadores de serviços administrativos e semelhantes	13,92X	8,76X	5,10X	0,04X	1,80X	10,40X	1,13X	0,49X
-trabalhadores de profissão técnica e científica e semelhantes.	7,83X	7,11X	0,71X	0,00X	0,18X	6,34X	0,99X	0,29X
-trabalhadores que não podem ser classificados segundo a profissão.	9,24X	7,69X	1,47X	0,03X	0,72X	6,81X	1,14X	0,47X
outras profissões.	7,02X	5,92X	1,08X	0,00X	0,10X	3,84X	1,79X	1,26X
TOTAL	100,00X	80,85X	18,77X	0,23X	7,27X	72,32X	13,92X	5,85X

GRÁFICO 1

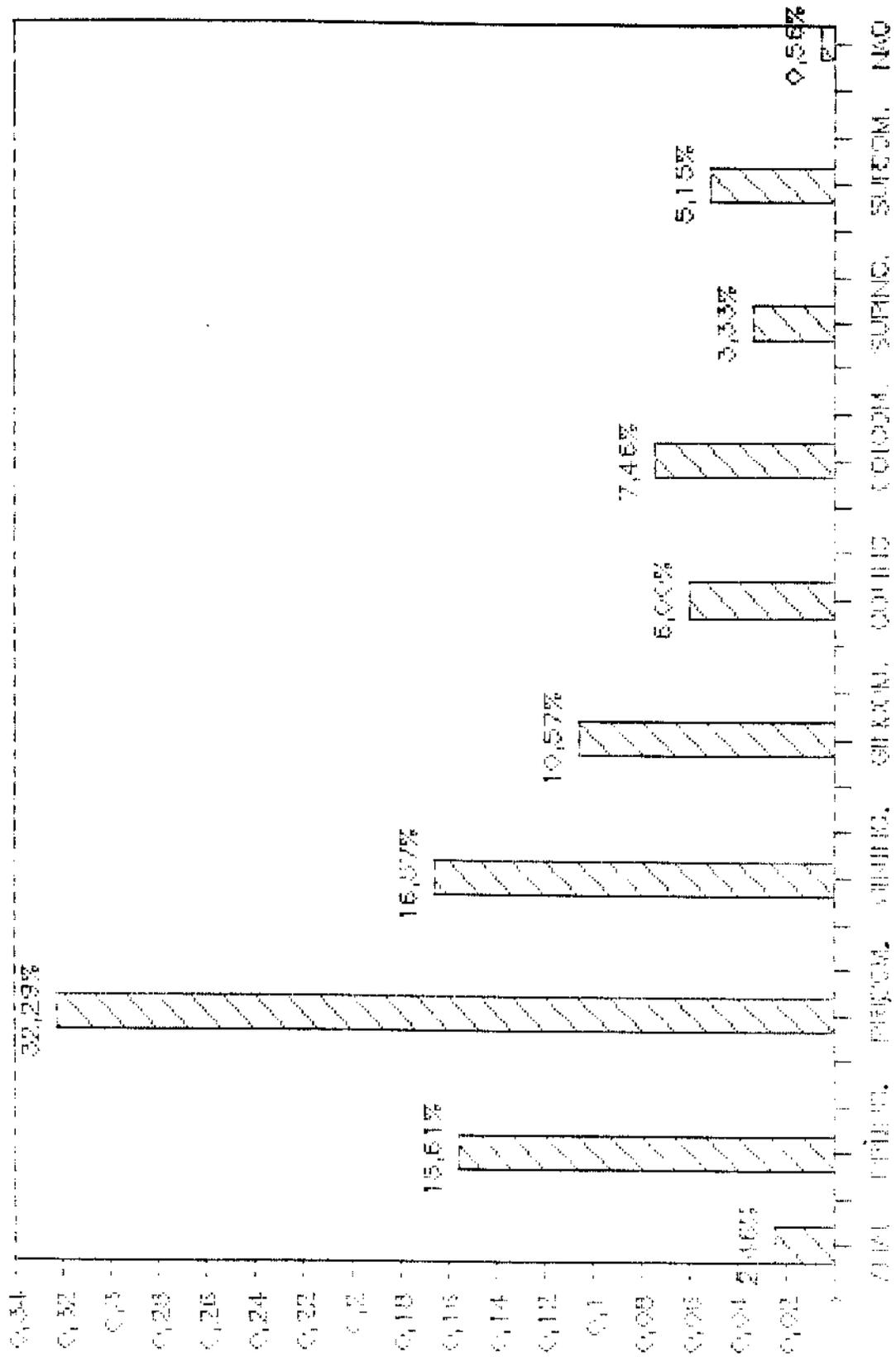
DISTRIBUICAO POR SEXO NOS SUB-SETORES



MINISTERIO DO TRABALHO- Secretaria geral- CDI
 Adaptacao da Sinopse da Relacao Anual de Informacoes Sociais- RAIS Data Base 31/12/84
 Numero de Empregos em 31/12, Segundo FAIXA ETARIA, POR GRAU DE INSTRUCAO E SEXO
 Tabela 12 Local SAO PAULO

GRAU DE INSTRUCAO	Total Empregos	Total Empregos(%)	FAIXA ETARIA								ac.de50	ac.de50(%)
			10-14	10-14(%)	15-19	15-19(%)	20-29	20-29(%)	40-49	40-49(%)		
ANALFABETO	7823	2,46%	7	0,95%	293	1,26%	5042	2,19%	1415	3,20%	1088	5,85%
PRIMARIO INCOMPLETO	49609	15,61%	29	3,92%	1417	6,11%	34146	14,85%	9162	20,71%	4695	25,18%
PRIMARIO COMPLETO	102622	32,29%	122	16,49%	4452	19,21%	73107	31,80%	17638	39,87%	6901	37,09%
GINASIAL INCOMPLETO	52657	16,57%	453	61,22%	8012	34,57%	37335	16,24%	4942	11,17%	1723	9,26%
GINASIAL COMPLETO	33610	10,57%	86	11,62%	4017	17,33%	24656	10,73%	3463	7,83%	1246	6,70%
COLEGIAL INCOMPLETO	19060	6,00%	36	4,86%	3267	14,10%	13930	6,06%	1274	2,88%	453	2,43%
COLEGIAL COMPLETO	23697	7,46%	2	0,27%	1340	5,78%	18907	8,22%	2372	5,36%	969	5,21%
SUPERIOR INCOMPLETO	10595	3,33%	1	0,14%	207	0,89%	9163	3,99%	884	2,00%	300	1,61%
SUPERIOR COMPLETO	16379	5,15%	0	0,00%	14	0,06%	12300	5,35%	2894	6,54%	1123	6,04%
NAO DECLARADO	1794	0,56%	4	0,54%	155	0,67%	1287	0,56%	199	0,45%	120	0,64%
TOTAL	317846	100,00%	740	100,00%	23174	100,00%	229873	100,00%	44243	100,00%	18608	100,00%

GRAU DE INSTRUCAO



MINISTERIO DO TRABALHO- Secretaria Geral- CDI
 Adaptacao da Sinopse da Relacao Anual de Informacoes Sociais- RAIS Data Base 31/D
 Numero de Empregos em 31/12, Segundo FAIXA ETARIA E POR CLASSE DE SALARIO MINIMO
 TABELA 13 Local SAO PAULO

CLASSE DE SALARIO MINIMO	TOTAL DE EMPREGOS	TOTAL DE EMPREGOS(%)	TOTAL ACUMULADO(%)
Ate 0.25	257	0,08%	0,08%
0.26-0.50	266	0,08%	0,16%
0.51-0.75	950	0,30%	0,46%
0.76-1.00	1373	0,43%	0,90%
1.01-1.50	9337	2,94%	3,83%
1.51-2.00	37128	11,68%	15,51%
2.01-2.50	43996	13,84%	29,36%
2.51-3.00	34629	10,89%	40,25%
3.01-4.00	47652	14,99%	55,24%
4.01-5.00	30195	9,50%	64,74%
5.01-6.00	22965	7,23%	71,97%
6.01-7.00	17926	5,64%	77,61%
7.01-10.0	31371	9,87%	87,48%
10.1-15.0	20661	6,50%	93,98%
15.1-20.0	8282	2,61%	96,59%
20.1-30.0	4908	1,54%	98,13%
30.1-mais	2753	0,87%	98,99%
nao declarado	3197	1,01%	100,00%
TOTAL	317846	100,00%	

TABELA 14

SALARIOS MINIMOS REAIS (EM CR\$) DE MARÇO DE 1982.
INDICES DE SALARIOS MINIMOS REAIS (JULHO DE 1940 = 100).

ANOS	SALARIO MINIMO REAL	INDICE DE SALARIO MINIMO REAL
1940	21.125,16	98
1941	19.256,50	89
1942	17.288,65	80
1943	16.979,42	79
1944	17.928,37	83
1945	14.445,59	67
1946	12.676,04	59
1947	9.685,33	45
1948	8.946,62	42
1949	9.091,13	42
1950	8.586,55	40
1951	7.930,12	37
1952	21.207,26	99
1953	17.532,18	81
1954	21.310,71	99
1955	23.931,03	111
1956	24.312,25	113
1957	26.433,78	123
1958	22.995,73	107
1959	25.742,94	119
1960	21.615,80	100
1961	24.035,15	112
1962	21.943,48	102
1963	19.290,12	90
1964	19.932,85	92
1965	19.221,49	89
1966	16.385,41	76
1967	15.500,57	72
1968	15.170,84	70
1969	14.597,37	68
1970	14.855,73	69
1971	14.216,34	66
1972	13.961,57	65
1973	12.794,23	59
1974	11.698,88	54
1975	12.264,26	57
1976	12.184,86	57
1977	12.697,69	59
1978	13.080,90	61
1979	13.208,22	61
1980	13.314,18	62
1981	13.651,73	63
MARÇO - 1982	11.928,00	55

OBS: Extraída do Boletim do DIEESE - Edição Especial - SALARIO MINIMO - Abril de 1982.

Comparação entre o custo de vida e o reajuste salarial

 Custo de vida

 80% do INPC

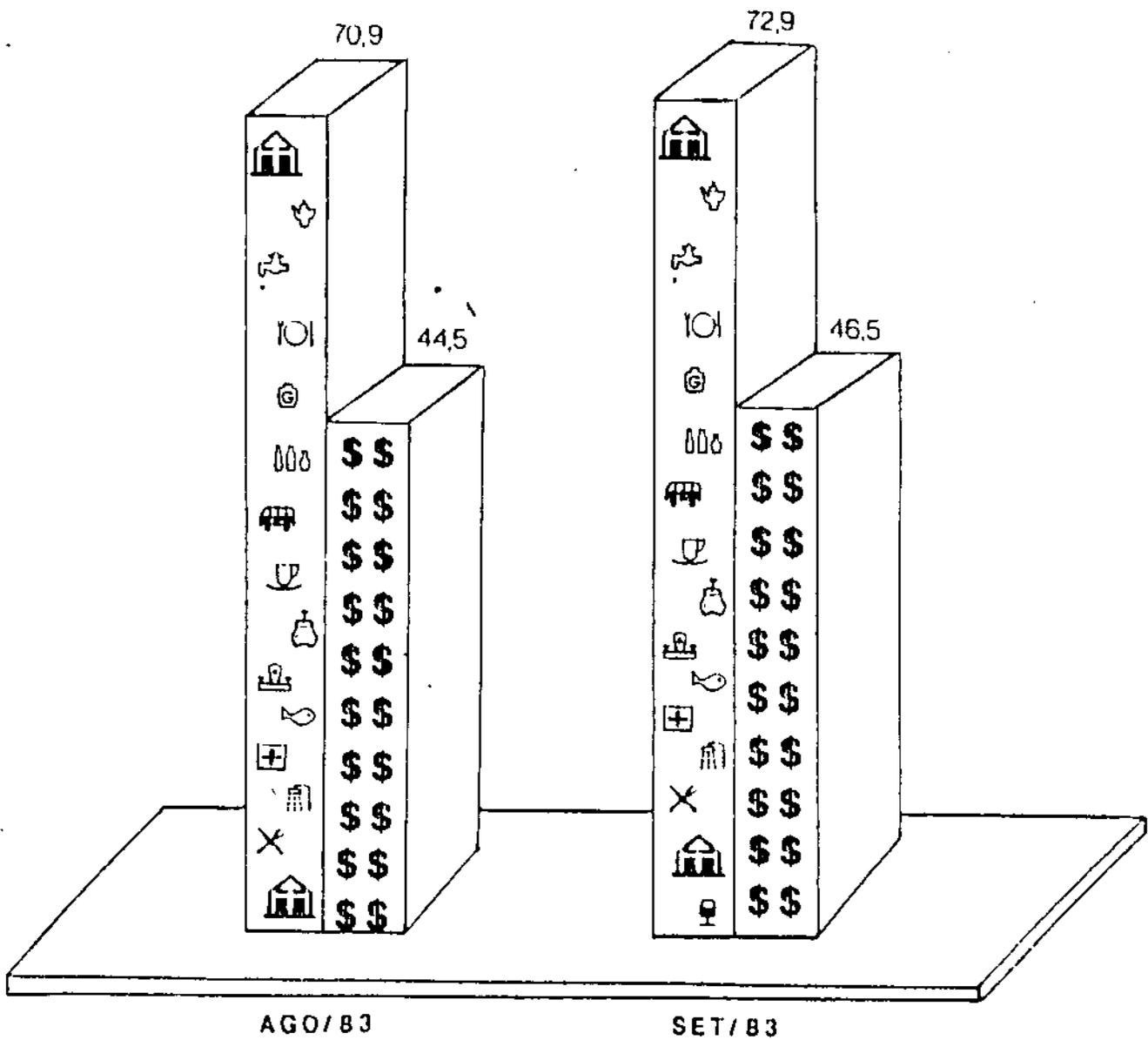


TABELA 15

EVOLUCAO DO PIB " per capita" REAL - 1966 a 1983 - BASE (1982 = 100)

ANO	PIB "per capita" REAL (em Cr\$)
1966(1)	200.724
1967	204.739
1968	221.246
1969	236.376
1970(2)	250.601
1971	273.777
1972	297.160
1973	330.330
1974	353.000
1975	363.846
1976	389.434
1977	400.703
1978	409.617
1979	426.410
1980	448.800
1981	429.655
1982	424.980
1983(*)	399.524

FONTES: (1) - Anuario Estatístico do Brasil - 1981 - IBGE.

(2) - Relatório 1982 - Banco Central do Brasil.

(*) - Estimativa.

Boletim DIEESE - Conjuntura, outubro de 1983.

TABELA 16

O SALARIO CAI E A MASSA SALARIAL TAMBEM

Metalurgicos de Sao Paulo: salarios medios e folhas de pagamento em marco de cada ano

ANOS	SALARIO MEDIO (Cr\$ correntes)	VARIACAO (%)	ICV-DIEESE (Mar/Mar)	INPC (Mar/Mar)	ICV-FIPE (Mar/Mar)	No de trabalhadores	MASSA SALARIAL (Milhoes corr.)	VARIACAO (%)	IGP/DI (Mar/Mar)
1979	6.744,43	-	-	-	-	438.750	2.959	-	-
1980	11.034,96	63,6	68,7	74,36	67,3	440.809	4.864	64,4	83,8
1981	22.055,13	107,1	107,0	98,79	96,3	423.611	9.682	99,0	121,2
1982	51.319,30	124,5	89,0	95,96	85,7	355.463	18.242	88,4	91,5
1983	107.464,73	109,4	120,3	109,10	112,7	317.499*	34.120	87,0	109,7
1984	252.376,34	134,8	162,7	179,43	171,2	295.441	74.562	118,5	229,7

Fonte: Salarios e Folha de Pagamentos: Guias de Contribuicao Sindical.

OBS: Publicada na Folha de Sao Paulo de 1 de fevereiro de 1985, artigo da Reportagem Local.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO E A DIVERSIDADE POLÍTICA DOS METALÚRGICOS
DE SÃO PAULO NA DÉCADA DOS 70: A GESTAÇÃO DA
MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO

1 - AS ORIGENS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO

As origens da modernização do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo remontam ao processo de gênese do sindicalismo oficial, criado através do Decreto nº 19.770, de março de 1931, cuja finalidade era o controle (pelo Estado) do movimento operário. «1»

Estabelecida a política trabalhista de Vargas - mais tarde reunida na Consolidação das Leis Trabalho (CLT), em 1943 -, duas correntes principais vão marcar a feição do sindicalismo brasileiro a partir de 1930. A primeira chamada de sindicato "amarelo", arraigada à estrutura sindical oficial, de concepção conservadora, acreditando na colaboração de classes e no desenvolvimento harmônico entre trabalho e capital. A segunda corrente, entre 1930 e 1935, de concepção oposta à conservadora, era contrária à política de controle sindical e lutava pela independência e autonomia dos sindicatos perante o Estado. «2»

De 1935 a 1945, a legislação sindical e a política repressiva do Estado varguista haviam solapado as bases do sindicalismo autônomo brasileiro.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo criado oficialmente em 1932, não fugiu à regra, pois tinha como objetivo substituir a União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, que exercia ação autônoma, ante o Estado, desde as primeiras décadas do século. A posição do Sindicato, de

(1) Vários estudos tratam da questão operária e sindical antes e após a criação da legislação sindical. Destaque a Rodrigues, L.H. "Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil", SP, Difel, 1966; e "Sindicalismo Corporativo no Brasil", Jornal da Tarde, 29/11/80; Viana, L.W. "Sindicato e Liberalismo no Brasil", RJ, Paz e Terra, 1976; Fausto, B. "Trabalho Urbano e Conflito Social", SP, Difel, 1976; Erickson, K. "Sindicalismo no Processo Político no Brasil", SP, Brasiliense, 1979; Troyano, A. "Estado e Sindicalismo", coleção Ensaio e Memória 12, Símbolo, 1978; Antunes, R. "Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil", Cortez Editora, 1982 e outros.

(2) Ver, a este respeito, Troyano, A. "Estado e Sindicalismo", op.cit., pp.36 a 43, e Antunes, R. "Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil", op.cit., pp.72 a 86.

cautela em relação aos movimentos políticos e sindicais progressistas da época, com atuação marcadamente economicista, foi aos poucos avançando e, em 1935, aderiu à União Sindical de São Paulo. <3>

Na conjuntura de democratização (1945/46), o movimento operário e sindical foi bastante ativo, mostrando sinais de independência em relação ao Estado, apesar da permanência da estrutura sindical de controle. A criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) contrariando a lei sindical vigente, o movimento grevista sindical e não sindical e a presença de organizações no local de trabalho, responsáveis por greves parciais de empresa, foram exemplos significativos da prática dinamizadora do sindicalismo brasileiro no período. <4>

Os metalúrgicos do Município, neste contexto, tiveram uma atuação vigorosa e relevante. A partir de uma série de movimentos reivindicatórios parciais, inclusive com formação de comissões de empresa, impulsionaram o sindicato - controlado por uma composição entre "pelegos" e comunistas - a apoiar a deflagração de greve geral de um dia em 16 de fevereiro de 1946. Em seguida, o mesmo Sindicato recuava do movimento e solicitava a interferência do Ministério do Trabalho para apaziguar o confronto operário. <5> A retomada do movimento operário e sindical desafiou a frágil redemocratização, que revelava seus limites

(3) Cf. Antunes, R. "Trabalhadores Metalúrgicos" em "Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil", op.cit., pp.94 e 95.

(4) Ver a este respeito o estudo de Maranhão, R. "Sindicato e Democratização", (Capítulo II, O Movimento Operário na Redemocratização) 1979, Brasiliense pp.39 a 70.

(5) Cf. dados recolhidos por Maranhão, R. sobre a participação do setor metalúrgico nos movimentos do período, op.cit. pp.43, 44 e 47.

com o desencadear de mais um período de repressão à organização dos trabalhadores, entre 1947 e 1950.

Na década dos 50, o movimento sindical desenvolveu uma política de aproximação recíproca com o Estado, visando obter resultados favoráveis nas lutas trabalhistas. Essa estratégia dos sindicatos (principalmente de sua direção) resultou na conformação de uma modalidade de sindicalismo político, mobilizador, que buscava o apoio do Estado mais do que o de suas próprias bases.⁽⁶⁾ Os resultados desse sindicalismo são amplamente conhecidos, a partir do golpe militar em 1964: a organização dos trabalhadores foi completamente desestruturada com a repressão policial e as intervenções nos sindicatos mais ativos e mobilizados, sem que houvesse resistência efetiva por parte da classe trabalhadora. No entanto, deve-se frisar que no contexto do pré-64 o sindicalismo político foi responsável por importantes mobilizações dos trabalhadores e por significativas conquistas econômicas e políticas para a classe operária. Neste sentido, os sindicatos em torno dessa política sindical diferenciavam-se da maioria de concepção conservadora.

Neste contexto, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - assumindo uma postura mais combativa e mobilizadora da base metalúrgica, compondo com a corrente do sindicalismo político se tornou uma das lideranças da grande greve dos 700 mil, que reivindicava a unificação da data-base dos acordos salariais para todas as categorias, aumentos

(6) Esta corrente de "sindicalismo político" era influenciada pela política sindical do PCB em aliança com setores do PTB, que acreditavam na possibilidade de o Estado viabilizar reformas estruturais na sociedade brasileira. Ver sobre este assunto, Weffort, F. "Sindicatos e Política", tese, USP, 1972; Andrade, R. de C. "Movimento Trabalhista Sob o Nacional-Populismo no Brasil", SP, CEBRAP, mimeo; Costa, S.A. "O CGI e a Lutas Sindicais Brasileiras - 1960-1964", SP, 1981, e Loyola, K. A. "Os Sindicatos e o PTB", Vozes/CEBRAP, 1980, pp.46 a 83.

salariais quadrimestrais e liberdade para a organização sindical nos locais de trabalho, através do delegado sindical etc. <7>

Com o golpe de 64, foi plenamente recuperada pelo Estado militar a finalidade essencial da velha estrutura sindical, qual seja: o controle e a subordinação da classe trabalhadora ao Estado com objetivos claros de avançar o processo de acumulação capitalista. <8> Com isso, os sindicatos mais ativos, como o do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sofreram intervenção do Estado e foram obrigados a assumir o papel formal e burocrático previsto na CLT, além de servirem como amortecedores e inibidores da luta entre capital e trabalho.

O termo "velho sindicalismo", utilizado por nós neste trabalho, não se refere ao conjunto do movimento sindical do pré-64, mas apenas a uma parte, talvez a maioria conservadora e arraigada à velha estrutura sindical. Essa forma de sindicalismo (vulgarmente chamada de "peleguismo") foi plenamente reabilitada enquanto concepção e prática após o golpe militar de 64, configurando a versão conservadora do sindicalismo brasileiro, presente nas décadas dos 70 e 80.

De qualquer maneira, considerando o período pré-64, o problema sindical estava colocado entre duas referências concretas principais: a corrente sindical conservadora e "amarela", subordinada à estrutura sindical de controle do Estado com uma prática desestimuladora do

(7) Cf. Antunes, R. em "Crise e Poder", p.67. O Sindicato dos Metalúrgicos participava do PAC (Pacto de Ação Conjunta) na época e 90% da categoria paralisou o trabalho sem o recurso de piquetes, constituindo um dos setores mais combativos. Ver Leite e Solis. "O Último Vendaval: A Greve dos 700.000", artigo publicado na revista Cara a Cara, julho/dezembro 1978.
(8) A formulação original da legislação sindical como meio de avançar a acumulação capitalista no Brasil está em Oliveira, F. "Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", SP, Estudos Cebrap nº 2, 1977, p.11.

confronto operário, e a corrente do sindicalismo político que, apesar da prática mobilizadora dos trabalhadores, se subordinava politicamente ao Estado. Secundariamente, haviam mais dois referenciais: a corrente do sindicalismo autônomo e independente destruído na década dos 30 e a corrente em torno do movimento de renovação sindical contrária a política sindical do PCB/PTB na década dos 60, com influência da igreja e outros organismos internacionais. Essas referências concretas do sindicalismo do passado eram possibilidades, além de outras alternativas, para o sindicalismo dos anos seguintes.

A história pós-64 do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é típica desse processo de reabilitação da versão conservadora do sindicato. Após o golpe militar, o Estado decreta a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidido por Affonso Delléllis. Uma das primeiras tarefas dos interventores foi desestruturar a implantação de cerca de 1.800 delegados sindicais de empresa, a maioria integrante ou simpatizante do Partido Comunista Brasileiro. "Denunciados, demitidos de suas empresas, presos, muitas vezes torturados, ficando nas listas negras que lhes impediam de empregar-se nas grandes empresas, esses membros mais ativos do antigo sindicalismo se viram desarticulados. Com a aguda repressão policial e das verbas do ministério, iria começar o longo reinado de Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Tendo ajudado a interventoria em 1964, ele seria candidato único em 1965." <?>

(9) Cf. Sader, E. "Quando Novos Personagens Entraram em Cena" - Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980, Paz e Terra, p.229. Ver também debate onde participou Affonso Delléllis, ex-presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos 1963/1964 em "Movimento Operário: Novas e Velhas Lutas", Escrita Ensaio nº 6, 1980. Joaquim dos Santos Andrade foi eleito presidente do Sindicato em todas as campanhas realizadas no período do regime militar: 1965, 1967, 1969, 1972, 1975, 1978, 1981 e 1984, sua última gestão. "... Em 1965 nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos somente uma chapa concorre às eleições, tendo à frente Joaquim dos Santos Andrade, antes interventor em Guarulhos. Compõem também a

Quase duas décadas depois, o ex-interventor proferiu o seguinte discurso:

"...O país enfrenta uma das maiores crises de sua história. A cada dia que passa a inflação é maior. Tudo fica mais caro e não conseguimos comprar mais aquilo que precisamos para viver. Os nossos salários não conseguem acompanhar a alta de custo de vida e estão cada vez mais reduzidos, principalmente depois que o governo baixou o Decreto-Lei nº 2.045 - O DECRETO DO ARROCHO SALARIAL. É dentro desse quadro de arrocho que faremos a campanha salarial de 83. Nossa campanha vai ser dura. Mais do que nunca nossas vitórias dependerão da organização e disposição de luta de nossa categoria. Lutaremos para derrotar o arrocho. Temos que lutar contra a atual política econômica do governo que só causa o desemprego, o arrocho e aumenta a miséria. Não toleraremos as imposições do FMI, o abuso do governo e dos patrões: já mostramos isto na greve geral do dia 21 de Julho. Unidos em cada fábrica, participando das reuniões convocadas pelo sindicato, discutindo com os companheiros de trabalho, com os amigos e principalmente com a família, estaremos prontos e preparados para enfrentar esta luta. Será uma campanha que vai exigir muita dedicação de cada companheiro, das esposas, das mães, dos filhos, enfim, de toda a família trabalhadora. Mas sem dúvida alguma faremos desta campanha salarial uma grande campanha contra o arrocho, contra a dependência externa e pela soberania nacional..." (assinado por Joaquim dos Santos Andrade - Presidente, em "Boletim da Campanha

chapa Orlando Malvezzi, interventor em 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, João Vicente, também interventor em São Paulo, Hermeto Mendes Dantas, auxiliar de interventor, Bernardino Testa, interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano..." Cf. Cadernos do Trabalhador 4, "NAS RAÍZES DA Democracia Operária (a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo), URPLAN, PUC/SP, 1982.

Salarial do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo - Campanha Salarial 83 - Uma Campanha Salarial Contra o Arrocho").

O dirigente, ex-interventor sindical, e o seu sindicato modernizaram-se. Que circunstâncias históricas explicam a modernização do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo? Por quê entendemos esse processo (gestação, processo e efetivação) como uma modalidade exemplar da modernização conservadora do sindicalismo brasileiro?

2 - A GESTAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO NO PÓS-64

Enquanto a versão conservadora do sindicato está fundada na submissão histórica dos trabalhadores à estrutura sindical de controle, a versão modernizante encontra sua base fértil na mobilização e na luta operária e sindical.

O movimento dos operários metalúrgicos da Capital, a partir de 1964, não tem no sindicato a sua principal referência. Após a intervenção do Estado, a corrente que assumiu a direção do sindicato tinha uma prática desestimuladora das lutas operárias. Na realidade, as lutas operárias ressurgem espontaneamente nas fábricas ou através de diversas formas alternativas à organização sindical: grupos de fábrica, núcleos clandestinos nos locais de trabalho, embriões de comissões de fábrica etc. <10>

Nesse sentido, em São Paulo, o questionamento da estrutura sindical oficial nasce fora e contrária à direção do sindicato, no momento conduzida por uma corrente conservadora que se institucionalizava através de processos eleitorais, previstos pela CLT. Aqui uma diferença essencial em relação ao sindicalismo no ABC, cuja direção vai assumindo uma nova prática, não-prevista pela estrutura sindical oficial, voltada às bases metalúrgicas. <11>

(10) Ver "Os Operários Tomam a Palavra" - Debate com lideranças operárias e sindicais organizado pela Revista Cara à Cara jul. dez. 1978.

(11) Ver "São Bernardo: Uma Experiência de Sindicalismo Autêntico", entrevista com Luis Inácio (Lula) da Silva em revista Cara à Cara, pp. 54 a 66, *idem*, e "Lula: Retrato de Corpo Inteiro", entrevista em Nova Escrita Ensaio, ano IV, nº 9, 1982, pp. 13 a 54.

O sindicalismo produzido no ABC durante a década dos 70 foi a base do novo sindicalismo brasileiro, bem como a fonte empírica principal da controvérsia teórica e política das tendências e dos estudos sindicais. <12>

O que é o novo sindicalismo? Por que no setor metalúrgico de São Paulo, a versão do novo sindicalismo não se efetivou, apesar de emergir na década dos 70 um movimento significativo de oposição à direção conservadora do sindicato?

Dos termos da controvérsia indicada, extraímos apenas o divisor essencial capaz de, do nosso ponto de vista, apreender a questão do novo sindicalismo a partir de duas possibilidades concretas. Na primeira, um **sindicalismo moderno ou neoliberal**, apolítico e economicista, que (de acordo com a conjuntura) pode emergir com a feição autêntica e combativa, independente do Estado, mas também elitista e independente do conjunto do movimento operário e sindical. Um sindicalismo afirmador da cidadania operária, que tende à divisão e não se preocupa com a unidade sindical e política da classe operária, evitando engajar-se em lutas pela transformação política da sociedade, pois sua base estrutural é a

(12) Por ordem cronológica, a controvérsia sobre o novo sindicalismo seguiu o seguinte curso (através dos textos e autores por nós escolhidos como os principais): 1) Almeida, M.H.T. "Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas"; 2) Rodrigues, L.M. "Perspectivas do Sindicalismo Brasileiro - Conclusão" in "Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização"; 3) Humphrey, J. "Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências ao Movimento Trabalhista"; 4) Almeida, M.H.T. "Desarrollo Capitalista y Accion Sindical"; 5) Rodrigues, J.H. "Os Rumos de um Novo Sindicalismo" e Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro"; 6) Frederico, C. "Vanguarda Operária"; 7) Antunes, R. "Por um Novo Sindicalismo"; 8) Humphrey, J. "Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística"; 9) Maroni, A. "A Estratégia da Recusa - Análise das Greves de Maio/78"; 10) Almeida, M.H.T. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança" in "Sociedade e Política no Brasil pós-64"; 11) Viana, L.M. "A Classe Operária e a Abertura" e "Atualizando uma Bibliografia: Novo Sindicalismo, Cidadania e Fábrica" e 12) Antunes, R. "A Rebelião do Trabalho - Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves 1978/80", Estudo decisivo sobre o novo sindicalismo particularmente o capítulo II: "Para uma Caracterização do Operariado Metalúrgico da Indústria Automobilística", pp.127 a 164, e a Conclusão, pp.167 a 211, UNICAMP e Ensaio, 1986.

grande empresa moderna, onde encaminha diretamente os seus problemas, privilegiando este campo de negociação para a obtenção dos resultados da luta sindical. Enfim, um sindicalismo do setor moderno, impedido estruturalmente de representar o conjunto da classe trabalhadora ou de constituir-se em sua vanguarda.

Na segunda vertente, um **sindicalismo de confronto, classista, unitário**, enraizado nas fábricas, voltado às bases trabalhadoras, independente do Estado, politicamente contestatório, afirmador da luta de classes e profundamente mobilizador das lutas operárias. Aqui a diferença essencial: com a virtualidade de constituir-se em vanguarda sindical da classe operária combativa, que luta pela transformação política da sociedade brasileira.

Na verdade, há variações em torno dessas possibilidades, e a controvérsia teve o seu julgamento decisivo a partir da ocorrência dos acontecimentos produzidos pelo próprio movimento operário e sindical a partir de 1978, com uma inflexão decisiva em 1983.

Em São Paulo, no setor metalúrgico, a possibilidade de emergência do novo sindicalismo no pós-64 deve ser verificada em primeiro lugar através da trajetória da oposição sindical metalúrgica. <13>

Entre 1964 e 1968, a oposição constituiu-se através da aglutinação de trabalhadores para concorrer às eleições sindicais. Naquele momento,

(13) O trabalho mais completo sobre este assunto foi realizado por Faria, H. "A experiência operária nos anos de resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário", dissertação de mestrado, PUC/SP, 1986. Ver também, Sader, E. "Quando Novos Personagens Entraram em Cena - Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980, A Oposição Metalúrgica de São Paulo", Paz e Terra, pp.225 a 260.

a oposição reunia os antigos militantes em torno da diretoria cassada pelo golpe militar e de uma tendência ligada à Juventude Operária Católica (JOC), cuja posição era de crítica à estrutura sindical oficial por favorecer o sindicalismo de cúpula. Em 1967, a oposição concorreu às eleições sindicais com uma chapa encabeçada por Waldemar Rossi, composta por uma dissidência do PCB, sindicalistas divergentes da diretoria do sindicato, grupos de esquerda e grupos católicos. Obteve 6.649 votos contra 10.355 da situação sindical. <14>

Entre 1969 e 1973 a oposição vive o "exílio" fabril e sobrevive através de grupos clandestinos nas fábricas para resistir à repressão política e à superexploração do trabalho. Nessa conjuntura processava-se o "endurecimento" da repressão militar, e o sindicato aproveitava para se firmar enquanto organização burocrática, ampliando sua aparelhagem assistencial como parte essencial da estratégia de aprimoramento da estrutura sindical atrelada ao Estado. <15> A direção conservadora consolidava-se na medida da exclusão ou afastamento da oposição sindical. Nessa época, articulavam-se em torno da oposição os grupos de esquerda de diferentes matizes político-ideológicas, bem como aumentava a repressão policial que a desarticulava. <16>

(14) Cf. Sader, E. op.cit., p.230. A periodização por nós utilizada está em Faria, H. op.cit.

(15) Para se ter uma idéia significativa deste processo, verificar Martins, H. "O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil", Capítulo III - O Dirigente Sindical como Burocrata, pp.163 a 181. A autora fundamenta a discussão sobre este tema através da referência ao caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo.

(16) "O grupo mais forte era a Ação Popular (AP) mas havia também os grupos trotskistas, a Política Operária (POLOP), dissidentes do PCB, além do PC do B que atuava mais no interior da Pastoral Operária da Igreja... Em 1974 toda a coordenação da Oposição Sindical e mais cerca de 70 militantes foram presos. Entre eles estavam Waldemar Rossi, Vito Gianotti e Antonio Flores. A oposição se desarticula..." Sader, E. op.cit., pp.234 e 238.

Entre 1974 e 1977, ocorre uma expansão dos movimentos de resistência nas fábricas; a oposição rearticula-se tendo maior influência da Pastoral Operária e há o abandono do seu campo por tendências minoritárias de esquerda (trotskistas, Polop e outros). Fato significativo foi a edição do nº 1 do jornal "Luta Sindical" que passava a ser o meio de divulgação e propaganda da Oposição Sindical Metalúrgica no campo operário e sindical. Este número enfatizava a luta pela formação das comissões de fábrica e explicitava seu objetivo político e ideológico - "um jornal de trabalhadores para trabalhadores, aberto à participação de todos que lutam por dias melhores, pela liberdade e pelo fim da exploração do homem pelo homem".(17)

A ênfase nas lutas fabris define o perfil da Oposição que de um lado, resgatava aspectos da tradição socialista marxista (que via a fábrica capitalista como lugar de exploração dos operários, base da luta de classes e da produção das riquezas da sociedade) e, de outro, rejeitava ou revisava um traço essencial do marxismo, que entendia a luta na fábrica como limitada, trazendo no máximo um aperfeiçoamento do sistema, capitalista caso não fosse subordinada à luta política do partido revolucionário pelo poder do Estado.(18)

Definido o perfil da Oposição Sindical Metalúrgica como um conglomerado de militantes de esquerda em busca de um novo sindicalismo,

(17) Em "Luta Sindical: Radiografia de um Jornal Operário", CPV, pp.33-4, citado por Sader, E. pp.241.

(18) Este ponto é discutido por Sader, E. op.cit., pp.248 a 251. Originalmente, no campo do marxismo a questão das relações entre a luta econômica-fábrica e a luta política foi analisada por Marx e Engels em diversos escritos e livros. Ver para esse efeito, Losovski, A. "Marx e os Sindicatos - Antologia", Edição Maria da Fonte e "Sindicalismo" de Marx e Engels, coletânea, Ched Editorial, 1980; ver também, Lênin, V.I. "Um passo Adiante, Dois Passos Atrás", em resposta à Rosa de Luxemburgo, em torno da questão do Partido de Massa ou de Vanguarda, "Sobre as Greves", in: Sobre os Sindicatos, coletânea, Editorial Livramento, 1979.

sua aparição definitiva ocorre nos idos de 78 e 79, quando teve uma prática mais ampla e foi a principal referência dos movimentos grevistas da categoria metalúrgica. Nesse momento também as Oposições dividiam-se em duas correntes, uma mais moderada (com influência decisiva dos militantes do Partido Comunista Brasileiro PCB e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e independentes) e outra mais autêntica e radical (com predominância da Pastoral Operária e de outros grupos de esquerda).

Nesse contexto, o Sindicato dos Metalúrgicos, cuja base principal estava nas pequenas e médias empresas do setor, cumpria suas funções legais de assistência e de realização de acordos coletivos de trabalho, não estabelecendo para a categoria nenhuma estratégia de organização e luta em torno dos seus problemas. A feição "pelega" e conservadora da direção sindical metalúrgica imprimia um elemento de desorganização coletiva no interior do conjunto do movimento operário. Enquanto isto a oposição metalúrgica criava as Comissões de Fábrica, tentando afirmar uma nova concepção de sindicalismo, cujo traço principal era a luta operária na fábrica e a busca da autonomia e da liberdade sindical como parte da luta contra a exploração do homem pelo homem.

A organização e a luta na fábrica eram as bases da Oposição Sindical Metalúrgica, cujo movimento ascende, a partir de 1978, com a paralisação do trabalho de cerca de 30% dos metalúrgicos no primeiro semestre. Em novembro do mesmo ano, época do dissídio coletivo, houve uma grande expansão do movimento, com cerca de 80% dos metalúrgicos entrando em greve, usando a tática de paralisação dentro das fábricas.

Em 1979, o movimento parecia vir com maior força, mas na greve iniciada em 28 de outubro foi menor, a participação dos trabalhadores refreada por uma repressão bastante violenta. Analisaremos em seguida estes dois momentos (greves de 1978 e 1979), importantes pelo caráter definidor dos problemas de organização sindical dos metalúrgicos do Município, particularmente da gestação da modernização conservadora do Sindicato.

3 - AS GREVES DE 1978 E 1979 E A DIVERSIDADE POLÍTICA DOS METALÚRGICOS

O movimento grevista dos metalúrgicos do Município ressurgiu dentro das fábricas. Uma das primeiras fábricas em São Paulo a paralisar suas atividades, em 1978, ainda no calor dos desdobramentos das greves do ABC, foi a Toshiba, empresa multinacional japonesa, seguida pela Massey-Ferguson, Philco e Siemens. (17)

A tática de paralisação dentro das fábricas e a busca do encaminhamento e da organização dos trabalhadores metalúrgicos no local de trabalho através da formação de grupos ou comissão de fábrica independentes do Sindicato visava, sobretudo, enfrentar a questão do arrocho salarial, que naquele momento assumia um caráter central. A busca de negociação direta com os patrões e a canalização do movimento pela oposição sindical encontravam dificuldades, pois o Sindicato assumia posição distante, defensiva e desestimuladora das lutas. Essas questões, com algumas diferenças de um caso para outro, caracterizavam de maneira exemplar os movimentos dos metalúrgicos da capital nos anos de 1978 e 1979. (18)

Além da Toshiba, inúmeras fábricas nacionais e estrangeiras passaram a ter que conviver com a desobediência operária e suas

(17) Cf. Comissão de Fábrica - Uma Forma de Organização Operária, Pesquisa da Oposição Sindical Metalúrgica e Fase, Ed. Vozes, 1981, RJ, p.13.

(18) Cf. "As Raízes da Democracia Operária - A história da oposição metalúrgica de São Paulo", GEP/URPLAN, PUC/SP, 1982, pp.42 a 44; Sader, E. "A luta na fábrica como alternativa e as comissões de fábrica e o Sindicato" in "Quando Novos Personagens Entraram em Cena", op. cit., pp.242, 243, 251 e 252; e ver o seguinte depoimento: "A greve dos metalúrgicos do Município não partiu da direção do Sindicato, mas sim das oposições. Naquele momento as Chapas 2 e 3, que estavam nas ruas, tiveram condições concretas de levar jornais às portas das fábricas para discutir com os trabalhadores. Nas fábricas onde não havia trabalho feito, a chapa 2 e 3 organizaram a greve..." (Flores colaborou na formação da chapa 3) Extraído de Movimento Operário: Novas e Velhas Lutas, Escrita Ensaio nº 6, 1980.

tentativas de organização no local de trabalho. O significado político desses movimentos, ao nível da empresa, aumentava na medida da aproximação dos dissídios, pois a categoria metalúrgica via-se envolvida no seu conjunto, bem como a direcção sindical. Entre outubro e novembro, tanto de 1978 quanto de 1979 (época do dissídio coletivo), a base metalúrgica encontrava-se razoavelmente mobilizada para a deflagração de greves unificadoras da categoria por melhores salários. O carácter político daí resultante reforçava quantitativa e qualitativamente o movimento aberto no ABC contra a política económica do regime militar.

Para captar o problema da diversidade política a partir das greves, analisaremos as concepções das principais tendências político-sindicais que, além de atuantes nos movimentos, poderiam constituir-se em alternativas de direcção sindical.⁽²¹⁾ Referimo-nos às tendências da unidade sindical e da oposição sindical metalúrgica.

Iniciamos pela análise das concepções políticas em torno da Unidade Sindical, a partir de um documento lançado após a greve de 1979 sob o título "Chega de Aventuras", cujo conteúdo era um balanço político dos movimentos na visão de militantes da Chapa 2.

(21) Nas eleições sindicais de 1978, as chapas concorrentes que representavam as tendências político-sindicais principais foram: CHAPA 1 - Formada pelo grupo da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão". O perfil político e ideológico deste grupo estava marcado no meio operário e sindical pelos termos "intervencionismo" e "peleguismo"; ligados à máquina sindical oficial, politicamente oscilavam entre moderados e conservadores, e a partir de 1979 em diante, começam a assumir uma face renovadora e modernizante; CHAPA 2 - Formada pelo grupo de oposição moderada à direcção do Sindicato encabeçada por Cândido Hilário, o "Bigode". O perfil político-ideológico deste grupo estava marcado pela influência do PCB, MRB e MDB (depois PMDB) no meio operário e sindical; levou a bandeira da UNIDADE SINDICAL que pelo seu conteúdo aliancista e reformista acabou por aproximá-lo da direcção do Sindicato já mesmo em 1979; CHAPA 3 - Formada pelos grupos em torno da Oposição Sindical Metalúrgica, encabeçada por Anísio Batista e Santo Dias como vice. O perfil ideológico deste grupo estava marcado pela influência da Igreja - Pastoral Operária, e de grupos de esquerda e independentes; constituíram o maior núcleo da oposição e, mais tarde, a sua maioria identificava-se com o PT. O resultado oficial das eleições foi o seguinte: Chapa 1 = 24 mil votos; Chapa 2 = 3 mil votos e Chapa 3 = 7 mil votos. Este resultado demonstrava que em 1978 as chances de substituição da direcção sindical pelega estavam bastante distantes; conforme "Raízes da Democracia Operária", op.cit., pp.15/16.

Vejamos as linhas principais desta avaliação e os⁴ seus desdobramentos.

Em primeiro lugar, considerava a greve de outubro de 1978 diferente das greves por empresas de maio e junho, por representar um momento de unidade, combatividade e alto nível de consciência. A direção do sindicato, na visão do documento, teve um papel estranho ao movimento quando encerrou prematuramente a greve e incluiu no acordo com os patrões uma cláusula proibindo nova greve geral da categoria até novembro de 1979.⁽²²⁾ Observamos aqui o ponto nodal da nossa discussão: o sindicato não teve mero papel apaziguador do confronto operário de 1978; mais do que isso, antecipou-se de forma desmobilizadora aos acontecimentos de 1979 e não assumiu o papel de direção sindical.

Esses aspectos apontados pelo documento da Chapa 2 eram motivos mais do que suficientes para uma crítica contundente à direção do sindicato; principalmente porque o movimento de 78 (caracterizado pelas paralisações nas fábricas) foi considerado um avanço. Mas na lógica do "Chega de Aventuras", a crítica à direção sindical não ultrapassava o tom moderado.

É sabido que após esse evento, a contra-ofensiva patronal veio com maior rigidez através da repressão e do aumento das demissões de metalúrgicos ativistas ou não; reações que tiveram sem dúvida impacto desmobilizador. A partir desses fatos, o documento em questão organiza a

(22) Cf. documento "Chega de Aventuras" de 30 de novembro de 1979, assinado por militantes que defendiam a Unidade Sindical.

crítica à Oposição Sindical, imputando-lhe a idéia de subestimar a contra-ofensiva patronal e acreditar que o nível de combatividade do ano seguinte era ainda maior do que em 1978; isto era um sonho e a base de uma aventura.⁽²³⁾ Entre a "aventura" da Oposição Sindical e a postura conservadora da direção sindical, os militantes da Unidade Sindical optaram por manter a atuação no sindicato, reduzindo com isso a amplitude das oposições sindicais que, desde sua origem, processo e afirmação, se ressentiam do problema da diversidade político-ideológica.

Diante dos acontecimentos de 1979, o documento defendia a unidade em torno do "nosso" sindicato ao mesmo tempo que criticava à Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) por não considerar o agravamento da crise econômica vista pelo prenúncio da recessão e pelo aumento do desemprego, por não perceber a manobra do governo na desintegração das oposições ao regime militar e por agir de forma divisionista no campo sindical quando colocou, à frente do movimento, os seus interesses políticos e ideológicos em vez dos da unidade.⁽²⁴⁾

Dessa maneira, a crítica atinge a forma pela qual a OSM procurou conduzir a campanha salarial de 1979, classificando-a de aventureira e antidemocrática. A greve, de 1979 para o "Chega de Aventuras", não foi uma vitória, e o seu fracasso se deveu principalmente às demissões dos metalúrgicos mais combativos, ao agravamento da crise econômica e aos desmandos da OSM ao estabelecer o índice de "83% ou greve" e lançar, através de uma assembléia de 5 mil metalúrgicos, a categoria em uma

(23)Idem no item: A Contra-Ofensiva Patronal.

(24)Idem, item: "A Crise Econômica e as Manobras do Governo para Dividir os Trabalhadores.

aventura; ocasião em que foi assassinado Santo Dias da Silva, na porta de uma fábrica.

O documento em questão enfatiza também o fato de a greve ter acabado favorecendo os patrões, significando uma derrota política do conjunto do movimento democrático. E conclui, afirmando que a OSM, em vez de considerar o grupo 14 da FIESP o grande inimigo, dirige suas críticas ao Sindicato e aos grupos que defendiam a unidade sindical.

As críticas contundentes à OSM não conseguiram obscurecer o fato da omissão do Sindicato, (reconhecido pelo documento em questão) que aproveitou o movimento para responsabilizar apenas a oposição pelo fracasso da greve de 1979. <25>

O documento termina com alguns "slogans" reveladores da postura dos militantes da Unidade Sindical: "Abaixo o anarquismo, o divisionismo e o aventureirismo da oposição sindical, não ao sindicato paralelo, pela dissolução dos 'comandos'; nós metalúrgicos jamais permitiríamos a divisão do nosso sindicato; tudo pela unidade sindical".

Na mesma linha do "Chega de Aventuras", militantes metalúrgicos do PCB lançaram um documento com o balanço da campanha salarial e da greve de 1979. No documento consideram a campanha um fracasso, pelos seguintes motivos: falta de esclarecimento sobre as implicações da nova política salarial; comportamento faccioso e divisionista da Oposição Sindical; fixação de índice irrealista; colocação da greve como objetivo

(25) Cf. os itens "O Aventureirismo e os Métodos Anti-democráticos da Oposição Sindical na Campanha Salarial de 1979" e "A greve não foi uma vitória", *idem*.

da campanha em lugar do atendimento das reivindicações; violação da democracia operária; reedição de práticas golpistas através da tática de greve de fora para dentro das fábricas e distanciamento do conjunto do movimento democrático. E encerraram o documento argumentando, "com abnegação, firmeza e audácia, o que há de melhor no movimento metalúrgico de São Paulo, Osasco e Guarulhos poderá retomar a iniciativa, e dar início a um processo novo, unitário, que isole os divisionistas e aventureiros e permita aos metalúrgicos a preservação de suas conquistas e o acúmulo de forças para os novos e vitoriosos embates que a classe operária brasileira travará, pela democracia, pela soberania nacional e por melhores condições de vida e trabalho".(26)

A avaliação do discurso do "Chega de Aventuras", somada a do "Balanço" dos militantes do PCB, tornou evidente que essas lideranças operárias identificadas com a Unidade Sindical desejavam o afastamento definitivo do campo da Oposição Sindical a partir de 1979. A diversidade política entre as lideranças metalúrgicas no período foi decisiva para o início da nova fase do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que gradualmente absorvia as concepções da Unidade Sindical. Os operários ligados à esquerda tradicional portavam uma certa crítica, porém moderada à direção do Sindicato, ao levantarem o problema da omissão do seu papel de dirigente e condutor das lutas metalúrgicas. Com isso vão levar consigo, para dentro da estrutura sindical metalúrgica, diretrizes para o trabalho sindical com a finalidade de obter a dinamização e renovação necessárias para a modernização da feição conservadora do

(26) Cf. A Campanha Salarial dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, novembro de 1979, documento assinado pela Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP in "Metalúrgicos de São Paulo - documentos", 1979-1983, Comitê de Ação Metalúrgica de 1983, pp. 11 a 16.

Sindicato. Era o início, a preparação do processo que se efetivará na década dos 80.

A resposta da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) veio logo em seguida, através do documento "A Lição da Greve, Chega de Pelegos",⁽²⁷⁾

O documento preparado pela OSM continha a avaliação política dos movimentos de 1978 e 1979, e a resposta às avaliações da Unidade Sindical.

Em relação à greve de 1978, a OSM entendeu que, a partir do acúmulo de fatores objetivos e de fatores subjetivos, os movimentos de maio a julho eclodiram obrigando o patronato a conceder inéditos reajustes salariais. Esses movimentos fizeram crescer o ânimo e a mobilização dos operários metalúrgicos e prepararam o espírito para a greve geral de novembro.

Na avaliação da OSM, o fato de o Sindicato decretar em 1978 a greve geral como resultado da pressão da parte mais avançada dos metalúrgicos (e contar com a adesão de 80% da categoria ao movimento) demonstrou a importância da organização sindical e da luta pela conquista de sua direção. De outro lado, a frustração do movimento deveu-se a um golpe do Sindicato, facilitado pela fraqueza de organização e de direção política da própria Oposição Sindical.

(27) "A Lição da Greve, Chega de Pelegos", balanço preparado pela Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) - Setores da Região Sul, Leste e Oeste, em Cadernos Políticos nº 1, Brasil Debates, 1979, SP.

A partir dessa avaliação geral, a OSM rebate de forma contundente a crítica dos militantes da Unidade Sindical (US) classificando sua atitude como politicamente reformista, ⁽²⁸⁾ por omitir que o principal fator de desmobilização dos metalúrgicos após novembro de 78 deveu-se à traição da diretoria do Sindicato. Em relação à contra-ofensiva patronal, a OSM também teve uma avaliação contrária à US argumentando que, apesar das demissões de lideranças combativas ao nível das fábricas, os patrões desmoralizaram a greve, com a ajuda da traição dos pelegos do Sindicato. ⁽²⁹⁾ Esta foi a grande contra-ofensiva patronal, ou seja, contar com o Sindicato na desestruturação de um movimento em ascensão, considerado como resultado do acúmulo de diversas lutas de resistência que os metalúrgicos empreenderam nos períodos anteriores.

No bojo da avaliação da OSM, revelou-se outro aspecto importante no que diz respeito à sua condição política e ideológica: no seu interior havia avaliações distintas do movimento de 1978, que se expressavam no derrotismo e mais amplamente em concepções diversas de sindicalismo. Era o caso, por exemplo, de um grupo que certamente aglutinava outros subgrupos da esquerda sindical e defendia uma proposta de sindicato paralelo à estrutura oficial, através das Comissões e Grupos de Fábrica independentes do Sindicato, que por sua vez se articulariam na organização de interfábricas. ⁽³⁰⁾

(28) Reformista é toda corrente política que se diz operária socialista, mas sustenta que a classe operária pode conquistar sua democracia e chegar ao socialismo de forma gradual e pacífica, através de reformas progressistas na sociedade capitalista. Esse tipo de concepção leva a frear a luta da classe operária, a atrasar seu desenvolvimento político independente, para não assustar a burguesia, prejudicando a "unidade" com seus setores liberais. Na prática, esse tipo de concepção coloca a classe operária a reboque das lideranças consideradas "liberais" e "progressistas" e representantes dos patrões no movimento operário, os chamados "pelegos". Ao fazerem isso, os reformistas acabam dividindo o verdadeiro movimento operário, embora falem tanto em "unidade". Citado em "Lição da Greve", p.7.

(29) *Ibid.*, p.8

(30) Conforme a passagem: "...Frente a essa situação, membros da Oposição Sindical faziam duas avaliações distintas. Por um lado, havia os que consideravam a greve totalmente derrotada, o que não era realidade e contribuía para aprofundar o clima

Apesar do clima de "derrotismo", a OSM procurava resgatar os aspectos positivos da greve deflagrada, tais como: a própria realização da greve; o resultado econômico parcial; as demonstrações de força da categoria nas assembleias; as reuniões de ativistas na preparação e durante a greve; e principalmente a idéia de que o "Sindicato somos nós", isto é, o sindicato é o trabalhador unido e organizado.

Nesse ponto, é importante chamar a atenção, mais uma vez, para a heterogeneidade política no seio da oposição. Tudo indica que os fatores de filiação político e ideológicos foram determinantes na conformação dessa heterogeneidade, que resultava em divergências internas na OSM.⁽³¹⁾ Ou seja a chamada esquerda sindical mostrava sua fragilidade política através do divisionismo e da facilidade de dispersão e desaglutinação, situação duplamente aproveitada: seja pela direção do sindicato, que iniciava um processo de modernização por meio, entre outros, da absorção de militantes divergentes da oposição nos seus

de derrotismo no qual a categoria se encontrava. O objetivo de tal avaliação era aproveitar os aspectos de derrota na luta dirigida pelos pelegos para aprofundar o seu desmascaramento perante a categoria (curiosamente, invertendo-se os papéis, essa é a mesma atitude que a direção pelega e seus aliados estão tomando hoje). E havia também os que agiam assim para tentar reforçar suas posições favoráveis a um sindicalismo paralelo, chamado "livre" (livre de operários?); sempre houve grupos que pensavam assim atuando junto a setores da oposição sindical... em "Lição de Greve", p.9. Essa corrente do sindicalismo paralelo, defendendo uma proposta de sindicato livre e atuando dentro da Oposição Sindical, tinha como proposta a luta contra a estrutura sindical oficial como um todo. Mais tarde, em 1983, aglutinou-se no Comitê de Luta pela Construção do Sindicato Livre. (ver "Construir o Sindicato Livre", SP, julho de 1983). Apesar de esta corrente não ser majoritária na OSM, suas teses influenciavam sobremaneira o conjunto da Oposição, provocando certa oscilação e vacilação na luta pela direção do sindicato. Ver as Teses Aprovadas no IX Congresso da OSM, citadas por Hamilton Faria op.cit. Ver também discussão em "Movimento Operário: Novas e Velhas Lutas", op.cit., pp.65 e 66; e ver nossa opinião acerca deste problema na indicação da controvérsia existente em torno das Comissões de Fábrica, em "O que São Comissões de Fábrica", Brasiliense, pp.102 a 104.

(31) A própria OSM apresentava problemas para a definição da sua identidade como oposição diante das controvérsias quanto às condições de sua origem, a definição dos seus objetivos em relação ao sindicalismo e a sociedade. Ver esta discussão na interpretação de Eder Sader, do IX Congresso da OSM, realizado em 24 e 25 de março de 1979. Op.cit., pp.226 a 229, e "Na abertura do mesmo congresso cerca de 1/4 dos delegados retirou-se, não aceitando suas deliberações. Esta minoria denunciava a prática de "sindicalismo paralelo" da maioria e apontava para o fato de que o sindicato era a referência necessária para a massa dos trabalhadores", pp.259 e 260.

quadros; ⁽³²⁾ seja pelo patronato que, percebendo a divisão ideológica das lideranças operárias, aproveita para ampliar seu campo de dominação política e social que, neste caso, tem base na Indústria Metalúrgica. ⁽³³⁾

Em continuidade à polêmica com seus adversários da Unidade Sindical (considerados novos aliados da diretoria pelega do Sindicato), a OSM declarou sua posição favorável ao movimento grevista de outubro/novembro de 1979. Reconheceu, no entanto, alguns pontos negativos a partir da experiência anterior, como o baixo nível de organização e mobilização dos metalúrgicos, a incapacidade da própria oposição em se tornar uma alternativa político-sindical, e as dificuldades criadas pela diretoria do Sindicato na sua ação desorganizadora. De outro lado, reconheceram que o Sindicato, nesse período, já começava a desenvolver uma estratégia diferente, procurando alterar sua imagem de peleguismo e aproximar-se da base metalúrgica. Isso era resultado da aliança entre "peleguismo" e "reformismo" na visão da OSM.

Em relação especificamente à greve de 1979, a OSM polemiza com a Unidade Sindical, que entendeu a eclosão do movimento como fruto do

(32) Ver a este respeito a análise da greve de 1979 realizada por dois militantes expressivos da Oposição Sindical no panfleto "As Lições da Greve" de Antonio Flores e Luis Vergatti. Essas lideranças entenderam que as propostas de "83% ou greve" e de Sindicato paralelo através da palavra de ordem "todos para os comandos" contribuíram para desnortear os metalúrgicos, que ficaram sem referência concreta, sem saber a quem cabia responsabilidade pela direção da campanha salarial. Esse grave erro, o de esvaziar o Sindicato, teve ativa colaboração do grupo que o monopoliza desde 1964, cujo objetivo estava claro desde o começo: responsabilizar a oposição pelo que viesse a ocorrer. Antonio Flores mais tarde ingressou na diretoria do Sindicato.

(33) Cf. Sandroni e Sader, "Nos embates efetuados entre grevistas de um lado e o Governo e os empresários de outro, a partir de 1978, os últimos atuaram combinando métodos tradicionais com novas armas..." em Lutas Operárias e Táticas da Burguesia 1978-1980 in Cadernos PUC 7, pp.32 a 38.

"aventureirismo" e da antidemocracia, na medida em que a Oposição tentava deflagrar uma greve de "fora para dentro".

Na visão da Oposição, a greve foi decidida pela massa de metalúrgicos na assembléia, e em relação aos piquetes, ao contrário da idéia da greve de "fora para dentro", bastava os ativistas entrarem em contato com os metalúrgicos para que aderissem à greve. Porém, o fraco desempenho do movimento grevista inicial deveu-se à ausência de direção e organização sindical, o que impediu maior confiança dos operários, em vez de a fatores econômicos, como declarou o "Chega de Aventuras". Se no primeiro momento a Oposição reconheceu a fraqueza do movimento, após a morte do operário Santo Dias, em um piquete em frente à fábrica Silvânia, a greve cresceu e assumiu explícito caráter político. Já não era mais apenas a questão salarial que estava em jogo, mas também a luta política de solidariedade contra a repressão política e policial. <34>

Declarada ilegal a greve, a repressão voltou com maior força e o movimento refluíu. Na perspectiva da Oposição, a greve não trouxe apenas ganhos econômicos mas, apresentou aspectos positivos que fizeram os metalúrgicos paulistas avançarem do ponto de vista político. <35>

Como a negar as acusações de "aventureirismo" lançada pela Unidade Sindical, havia um processo de autocrítica na OSM que demonstrava maturidade política, conforme a indicação dos seus principais erros: falta de um comando geral de greve que unificasse e coordenasse os

(34) *Idem*, pp.12 a 15.

(35) "Podemos dizer que foi criado um potencial de desenvolvimento político que pode ser transformado em algo mais sólido e duradouro, dependendo da ação política das forças mais consequentes." *Idem*, p.16.

comandos regionais; submissão a uma política espontaneísta e obreirista que colocou a Oposição a reboque dos acontecimentos; falta de preparo da categoria para a greve; decisão de não dar poder de negociação à Comissão de Negociação.»⁽³⁶⁾

A partir dessa avaliação, a OSM concluiu o documento levantando na sua visão, as principais divergências colocadas durante as greves de 78 e 79, principalmente àquelas referentes às relações entre luta econômica, nível de organização operária e sindical e luta política. A primeira diz respeito à idéia de que é necessário o movimento já estar com alto grau de organização para poder ir à luta. A segunda refere-se à maneira como a classe operária realiza a passagem da luta econômica para a luta política.»⁽³⁷⁾

A OSM argumenta, quanto ao primeiro ponto, justificando que a relação entre nível de organização e luta operária é de mútuo reforço, de forma dialética, e que a postura da Unidade Sindical era profundamente desmobilizadora no contexto das greves de 1978 e 1979 defendendo a espera de um melhor nível de organização para ir à luta. Em relação ao segundo ponto, dizia que a Unidade Sindical errava ao acreditar ser necessário acumular vitórias econômicas para o salto ao nível da luta política, como se o movimento trilhasse seu caminho por etapas. As reivindicações metalúrgicas eram justas e razoáveis, levando-se em conta o prolongado arrocho salarial e as condições de vida dos trabalhadores. A situação sócio-econômica era a verdadeira causa dos movimentos e das greves, e as condições para o seu desenvolvimento

(36) *idem*, p.19.

(37) Cf. páginas finais do "Lição da Greve".

dependiam fundamentalmente da conduta da direção sindical e dos seus aliados, que no momento foram omissos e divisionistas acabando por serem os principais responsáveis pelas derrotas sofridas pela greve de 1979. <38>

Segundo a Oposição Sindical Metalúrgica, a greve foi heróica e deixou bom saldo político, não só para os metalúrgicos de São Paulo, mas para todo o movimento operário e popular.

Para concluir, gostaríamos de enfatizar algumas questões que respondem ao objeto proposto neste capítulo: captar a dimensão da diversidade política e ideológica das tendências operárias e sindicais atuantes no setor metalúrgico do Município na década dos 70, na conformação ou (melhor) na gestação da modernização conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos.

É inegável que a diversidade política e ideológica, presente (antes e depois de 1964) no movimento operário e sindical brasileiro em geral e em particular no setor metalúrgico de São Paulo, predominou na definição do quadro político-sindical a partir das greves de 1978 e 1979. Em outras palavras, a razão essencial da eclosão das greves - a miséria dos metalúrgicos provocada pelo arrocho salarial - não foi suficiente para o repensar das tendências político-sindicais de oposição e de esquerda, no sentido de sua unificação na tentativa de ser uma alternativa à direção conservadora do Sindicato; ao contrário, optaram

(38)No que diz respeito exclusivamente à avaliação da situação sócio-econômica dos metalúrgicos, a análise empreendida por nós no 2º item do 1º Capítulo, corrobora ao nível dos dados, com o argumento da OSM. Naquele momento sugerimos que a condição para o encaminhamento efetivo da luta econômica-salarial dos metalúrgicos, passava por um sindicalismo mobilizador, combativo e unitário.

pela divisão. Este dado foi decisivo para a gestação, neste caso, da modernização conservadora como uma possibilidade concreta entre o velho e o novo sindicalismo.

O projeto do novo sindicalismo em São Paulo, diferente do ABC, não se implantou a partir das greves de 1978 e 1979, pois as oposições sindicais (apesar de emergirem com vigor a partir das fábricas) não foram capazes de constituírem-se em alternativas à direção sindical conservadora, que após a década de 70 passava a planejar a sua manutenção renovada. No caso de São Paulo, diferente do ABC, podemos dizer que o governo militar atingiu com eficácia os objetivos da reedição da versão conservadora do sindicato brasileiro: garantir a acumulação capitalista mantendo a exploração do trabalho, através do controle sindical pelo menos até 1978 e verificar no seio do sindicalismo brasileiro a gestação de uma concepção de modernização do Sindicato, caracterizada pela moderação e por isso aceitável pelo governo, ao contrário do sindicalismo de confronto gestado no ABC paulista.

O movimento dos metalúrgicos do Município encontrava dificuldades e limites em sua expansão no sentido de um movimento unitário e massivo, exatamente por causa da conduta desorganizadora das lutas operárias pelo Sindicato. Nesse sentido, as questões colocadas no primeiro capítulo, ao nível da estrutura industrial da Cidade de São Paulo, como dificultadoras da organização sindical dos metalúrgicos, foram em 78 e 79 reforçadas por uma ação política e ideológica deliberada: pela versão

conservadora do Sindicato e pela diversidade política das oposições, resultando na gestação da modernização conservadora do Sindicato.

A precária situação sócio-econômica dos metalúrgicos que objetivamente explicava os movimentos grevistas ocorridos na década dos 70, indicando possibilidades concretas de expansão e de criação de um novo sindicalismo combativo; encontrou na dimensão da subjetividade dos metalúrgicos, para quem o sindicato era uma referência fundamental (à expansão e direção dos movimentos) um obstáculo também concreto.

As oposições restava apenas a unidade política para responder com vigor ao problema sindical e lutar por um sindicato que confrontasse a política econômica do governo, com vistas a melhores condições de salário, trabalho e vida dos metalúrgicos.

O caminho foi outro: a postura da Unidade Sindical - após as greves de 78 e 79 - preparou o terreno para a aliança com a direção do Sindicato, interessada em propostas e práticas renovadoras para enfrentar os novos tempos, marcados pela onda democratizante do mundo da política e pelo avanço das lutas sociais do mundo do trabalho. Defendemos aqui o argumento de que a direção do Sindicato, por si só, pela composição conservadora do seu grupo dirigente desde 1964, era incapaz de promover a modernização necessária a sua modernização.

Importa mencionar que a postura dos militantes da Unidade Sindical no campo sindical subordinava-se à proposta política de frente democrática (a mais ampla possível) em torno do MDB (Movimento

Democrático Brasileiro), depois PMDB, cujos limites na representação e canalização dos interesses operários eram previstos e inevitáveis, dado exatamente pela composição ampla de interesses contraditórios e pelo descompromisso de segmentos com o mundo do trabalho. Como consequência, buscou-se a aliança do velho dirigente sindical com o chamado campo democrático. Ou seja, os militantes da Unidade Sindical, ao invés de apontarem para uma aliança pela esquerda com os mais radicais e fortalecerem a possibilidade de desenvolvimento do novo sindicalismo em São Paulo, nascido dos movimentos de fábrica, optaram por modernizar o velho.

A Oposição Sindical Metalúrgica por sua vez, apesar das autocríticas, não empreendeu nenhum esforço para compreender que os militantes da Unidade Sindical portavam, historicamente, um conteúdo diferenciado do "peleguismo" sindical. Pelo contrário, percebendo o interesse deste grupo na aliança com o Sindicato, imprimiu-lhe a ideologia do reformismo, afastando-o de vez do campo da oposição.

Aqui é importante frisar que a OSM tinha uma leitura distorcida da história do sindicalismo brasileiro, por não conseguir ver a diferença entre o velho sindicalismo na sua versão conservadora (reeditado através da intervenção do Estado militar) e o velho sindicalismo político na versão da esquerda tradicional, que sofreu as intervenções do mesmo Estado e a repressão política e policial. Esse era o sindicalismo que a Unidade Sindical procurava originalmente reeditar. Além disso, a OSM oscilava em definir a luta no Sindicato, como dimensão tão importante quanto a luta na fábrica. A concepção de sindicalismo paralelo, apesar

de minoritária, na verdade a seduzia, ocasionando dispersão na finalidade da conquista do poder do Sindicato.

O grupo da Unidade Sindical retrucava hostilizando a oposição nas acusações de aventureirismo, de radicalismo etc., e assim se aproximava cada vez mais do Sindicato. A disputa ideológica e histórica no interior da esquerda brasileira foi determinante nas definições políticas, no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos. Os princípios e as divergências, muitas vezes vazias de conteúdo analítico da situação concreta, foram afirmados enquanto se abandonava o essencial: a luta unitária em torno da causalidade primeira dos problemas dos metalúrgicos, que era a questão do arrocho salarial.

Da nossa perspectiva, atentos aos balanços sobre os movimentos de 1978 e 1979, era possível forjar um campo de alianças entre as oposições - moderada e radical com base nos problemas essenciais e unificadores dos metalúrgicos, e que isolasse ou subordinasse o "peleguismo" reeditado pelo Estado militar no sindicalismo brasileiro. As greves de 1978 e 79 poderiam constituir-se em momentos fundamentais da luta por um novo sindicalismo em São Paulo, principalmente porque havia o reconhecimento, tanto pelos grupo da Unidade Sindical como pela Oposição Sindical Metalúrgica, da atuação desorganizadora da direção sindical, o que trouxe conseqüências desastrosas ao dificultar a expansão dos movimentos metalúrgicos. Ao invés disto, as greves e a diversidade política acabaram por gestar a modernização conservadora do Sindicato, por uma decisão deliberada dos militantes que defendiam a Unidade Sindical com inclusão da direção conservadora do Sindicato. A definição

do quadro político-sindical no setor metalúrgico do Município no final da década dos 70 foi decisiva para a gestação da modernização conservadora do sindicato, cujo efeito principal foi o de frear e restringir a expansão do novo sindicalismo em São Paulo.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO (1980/83)

1 - O MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO DA CRISE DA DÉCADA DOS 80

No plano econômico, a década dos 80 foi aberta com o aprofundamento da crise do "milagre",⁽¹⁾ marcada pela queda da atividade econômica e pelo quadro recessivo. A classe trabalhadora brasileira, além do empobrecimento oriundo da política de arrocho salarial, passou a conviver, a partir de 1980, com a máxima do problema social, caracterizado pela ameaça do não-trabalho, do desemprego.⁽²⁾

No plano político e do Estado, o poder militar dava continuidade ao seu projeto de auto-reforma através da política de "abertura" do General Figueiredo, cujos passos determinados pela "dialética Estado e Oposição" foram os seguintes: lei da reforma partidária; eleições de 15 de novembro de 1982; seguidos decretos salariais; abertura de negociações com o Fundo Monetário Internacional; e articulação da substituição do poder militar, no comando do Estado, pelo poder civil. Neste último, a solução através do Colégio Eleitoral desprezou a bandeira de um dos maiores movimentos políticos de massa no Brasil: o movimento das "DIRETAS JÁ".⁽³⁾

(1)Entendemos pelo termo a crise do "milagre" o exposto por Paul Singer em "A Crise do Milagre", Paz e Terra, RJ, 1976; referenciamos também a análise de Ricardo Antunes, acerca do esgotamento do padrão de acumulação capitalista, da superexploração do trabalho e do papel do Estado no pós-64 em "A Indústria Recente e o Estado à época das Greves: Crise e Auto-reforma", cap.1, em "A Rebelião do Trabalho", op.cit.

(2)Conforme análise do item 2, Capítulo I, deste trabalho.

(3)Utilizamos aqui de vários estudos sobre o período, principalmente: Maria Helena Moreira Alves, "Estado e Oposição no Brasil - 1964-1984", Vozes, 1984, cap.VIII, pp.226 à 295; Ricardo Antunes, "Crise e Poder", coleção Polêmicas do Nosso Tempo, Cortes Editora, 1986; P. Krischke (or.) "Brasil do "Milagre" à "Abertura", Cortes Editora, 1982; Bernardo Kucinsky, "Abertura, a história de uma crise", Brasil Hoje nº 5, SP, 1982 e "Sociedade e Política no Brasil pós-64", Brasiliense, 1983.

O processo da reforma conservadora do Estado brasileiro, sob a égide militar, teve sua interface no plano sindical.⁽⁴⁾ A maioria das direções sindicais, comprometidas com a estrutura oficial e de controle dos sindicatos, desestimulavam as lutas dos trabalhadores, constituindo-se na histórica vertente conservadora do sindicalismo brasileiro presente na década dos 80. Algumas delas, porém, iniciaram um processo de auto-reforma e de "modernização". Este foi o caso dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, a partir dos anos 80.

No plano sindical, o quadro no início da década dos 80 era de refluxo das greves, principalmente no setor industrial. Ao ascenso entre 1978 e 1979 (de 555 mil grevistas para 3 241 mil) seguiu-se um descenso a partir de 1980, visto pela queda do número de greves. Para se ter uma idéia desse descenso a estimativa até setembro de 1980 era de 780 mil grevistas.⁽⁵⁾ Em outro estudo, os setores atingidos pelos movimentos grevistas totalizaram 137 greves em 1978, 224 greves em 1979, 58 greves em 1980 e 94 greves em 1981. Considerando apenas os setores dos trabalhadores industriais, ocorreram 104 greves em 1978, 61 em 1979, 19 em 1980 e 28 em 1981. Importa ressaltar neste período - 1978 e 1981 - a ocorrência significativa das greves por empresas (56% do total das greves), confirmando uma forte tendência dos movimentos neste âmbito.⁽⁶⁾

(4) O termo reforma conservadora foi utilizado por H.H.T de Almeida em "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil", Dados 2, vol.24, 1981, e retomado em "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", em "Sociedade e Política no Brasil Pós-64", Brasiliense, 1983, p.210. Neste trabalho Maria Hermínia supera os argumentos anteriores oriundos da utilização do conceito de heterogeneidade estrutural, p.207.

(5) Segundo Eder Sader e Paulo Sanóroni. "Lutas Operárias e Táticas da Burguesia: 1978/1980", em Cadernos PUC, Economia 7.

(6) Segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida, "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", op. cit, dados organizados em tabela, p.204, 206.

De 1981 a 1982, o refluxo das greves operárias atingiu o seu maior grau, tanto em número de greves como de jornadas não-trabalhadas. A sobrevivência do movimento operário (visto pelo lado da luta econômica) deveu-se, predominantemente, aos movimentos e greves parciais por empresa. (7)

Neste contexto de refluxo do movimento grevista, o fato mais importante no plano do movimento sindical foi a realização da primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT. Os acontecimentos ocorridos nesse evento, caracterizado pelas divergências entre as tendências político-sindicais do velho e do novo sindicalismo, marcaram a frágil unidade alcançada entre as correntes, bem como foram fundamentais para a definição dos rumos do sindicalismo brasileiro nos anos seguintes. Referimo-nos, principalmente, ao problema da divisão do sindicalismo. (8)

Quais as razões do refluxo das greves operárias e sindicais?

No nosso entender, três questões principais concorreram para a formação do quadro de refluxo. Em primeiro lugar, o impacto da "nova" política salarial do final de 1979 ao estabelecer reajustes semestrais automáticos, com percentuais diferenciados do INPC para as faixas salariais até 3 s.m., entre 3 e 12 s.m. e maiores de 10 s.m., e aumento

(7) Segundo "Relações Trabalhistas", cap. II do Brasil 1986, Relatório sobre a Situação Social do País, NEPP-UNICAMP, 1986, pp. 61, 62 e tabelas e gráficos pp. 73 a 85.

(8) Cf. reportagens sob o título "Conclat marca 1º de outubro para dia nacional de luta": "A unidade alcançada na 1ª Conclat teve como força motriz o interesse dos trabalhadores em dar uma resposta ao governo, acusado de jogar na sua divisão. E o preço da unidade, no acordo entre as correntes políticas foi a exclusão na Comissão Pré-CUT do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior sindicato da América Latina, presidido por Joaquim dos Santos Andrade..."; e cf. também, "Joaquim diz que ficou de fora", folha de S. Paulo, 25 de agosto de 1981.

anual de acordo com a produtividade. Doação ou conquista, esta política resultou em significativa desmobilização do movimento sindical. Em segundo lugar, a derrota da greve de 41 dias dos operários do ABC, em 1980, refletiu negativamente no conjunto do movimento sindical, reforçando o refluxo e permitindo que as correntes sindicais contrárias às greves e ao aguçamento das tensões, viabilizassem mais facilmente seu projeto de "modernização" do sindicalismo de feição conservadora.⁽⁹⁾ Em terceiro lugar, porém não menos importante, o aguçamento da crise econômica configurou um quadro de extrema recessão, cujo auge foi o ano de 1983, com impacto evidente na desmobilização operária e sindical devido ao desemprego, fator agravante da questão social brasileira.⁽¹⁰⁾

Em 1983, o movimento grevista apresentou sinais de recuperação. Houve um aumento significativo de greves em todos os setores trabalhistas, sendo que nos setores industriais estes movimentos estiveram restritos a algumas regiões e empresas, e tiveram curta duração. Destacaram-se, naquele momento, as greves contra a política salarial do governo, expressa pelos contínuos decretos salariais, e de explícito caráter político. Foi neste ano, também, que consumou-se a divisão do sindicalismo brasileiro, na qual o embate entre a orientação

(9)Concordamos neste ponto com a avaliação do refluxo das greves realizado por Ricardo Antunes em a "Rebelião do Trabalho", op.cit., p.96.

(10)Digna de nota a seguinte passagem do artigo "A Estratégia da Calamidade": "...Isso quer dizer que algumas centenas de milhares de brasileiros - ou mesmo milhões - ainda poderão juntar-se à multidão dos que foram jogados ao desemprego e ao subemprego enquanto a produção industrial desabava só em 1983 - cerca de 8%. Em outubro, segundo os números do próprio governo, 6,6 milhões de pessoas estavam desempregadas ou fazendo bicos por menos de um salário mínimo mensal, só nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Muitas dessas pessoas tinham famílias para sustentar - uma tarefa de leão, mesmo para os trabalhadores empregados, num ano em que o custo da comida nos supermercados chegou a subir uns 230% e o reajuste dos salários não chegou aos 150%.", Revista ISTO É - Especial, 28/12/1983, nº 366, p.108.

do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo foi decisivo.”⁽¹¹⁾

(11)... “A expansão das greves deveu-se aos assalariados de classe média, enquanto no setor industrial o número de jornadas não trabalhadas manteve-se estável em 1982-83, apesar do significativo aumento das paralisações. Em geral as greves do setor foram curtas e localizadas abrangendo pequeno contingente...” in “Relações trabalhistas, cap.II, op.cit., pp.62 a 66.

2 - UM RETRATO DO MOVIMENTO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA CRISE

De novembro de 1979 até junho de 1983 não ocorreu nenhum movimento significativo do conjunto da categoria metalúrgica da Capital. Nesse contexto de crise do início da década dos 80, as lutas nas fábricas ganharam uma dimensão fundamental, pois foram responsáveis pela sobrevivência do movimento dos metalúrgicos paulistanos. Porém, houve uma novidade em relação às lutas fabris dos anos anteriores à 1979: o Sindicato passou a atuar também ao nível da fábrica, aprofundando a disputa política com as oposições com o objetivo de ampliar sua influência na base metalúrgica. Após a gestação, processava-se a modernização conservadora do Sindicato, na qual a luta e a organização na fábrica, antes inexistentes no horizonte da ação sindical, passaram a ter um papel importante na sua dinamização, o que implicava, de outro lado, obstruir a expansão da OSM.

Realizaremos a seguir, para discutir essa questão, uma análise de um levantamento resumido do movimento dos metalúrgicos nas fábricas de São Paulo entre 1978 e 1983. <12>

(12) Ver Anexo 1 - Situação e Movimento nas Fábricas Metalúrgicas (1978-83), cujos quadros foram organizados a partir da pesquisa no arquivo do CPV (Centro Pastoral Vergueiro), sobre o movimento dos metalúrgicos nas fábricas classificadas de A a Z (iniciais dos nomes das fábricas). As pastas de A a Z eram organizadas através da coleta de panfletos, documentos, boletins etc. que circulavam nas fábricas. No momento da pesquisa conseguimos obter apenas 56 fábricas com dados significativos sobre as lutas fabris, sendo que a nossa intenção era obter alguns exemplos e não uma amostra estatística significativa dos quase 13 mil estabelecimentos da Indústria Metalúrgica. Após, estruturarmos os quadros em anexo notar os dois problemas: a ausência de registro dos resultados das lutas e a coleta limitada dos documentos do Sindicato que circularam nas fábricas, principalmente nos anos de 1982 e 1983. No decorrer do trabalho reforçamos através da consulta aos boletins do Sindicato alguns dados da pesquisa. O CPV, além de um centro voltado para o registro e documentação sobre os movimentos sociais e populares, é aberto ao público, ao contrário dos arquivos do Sindicato, e sempre teve uma atividade política de apoio à Oposição Sindical Metalúrgica.

Em primeiro lugar, uma advertência no sentido de que os dados do arquivo mencionado não abrangem o conjunto das lutas nas fábricas, ocorridas no período. No entanto, a intenção maior foi captar a título de exemplo, algumas formas de sobrevivência do movimento dos metalúrgicos nos locais de trabalho. Mesmo com uma amostra limitada a 56 fábricas, foi possível verificar como aparece a contradição entre trabalho e capital na fábrica metalúrgica e o caráter "selvagem" da organização capitalista do processo de trabalho no Brasil. As lutas operárias nas fábricas ocorrem diariamente e são difíceis de serem captadas e registradas na sua totalidade, mas certamente estão na raiz de todo e qualquer movimento operário e sindical, ainda que não sejam diretamente referidas por eles. Na nossa visão o significado político dessas lutas aumenta, na medida em que a classe operária encontra dificuldades de expressão nos níveis sindical e político-partidário. Por isso, sua importância é relativa à conjuntura do contexto político e econômico mais geral e depende da articulação com esses níveis de organização para serem encaminhadas e solucionadas.

Em segundo lugar, enfocamos nas fábricas pesquisadas três aspectos principais:

- os problemas ocorridos nos locais de trabalho, as principais reivindicações ou demandas;
- as formas de encaminhamento e de organização criadas e utilizadas pelos metalúrgicos; e

- quando havia informação disponível procuramos registrar os resultados das ações desencadeadas. Passemos então a uma breve análise dos quadros.

Problemas e Reivindicações

Quanto aos problemas e às reivindicações, os temas principais que informam sobre a tensão permanente entre o trabalho e o capital ao nível da fábrica são relacionados a salários, emprego, condições de trabalho, formas de organização na fábrica, poder e despotismo fabril e aspectos legais (ver Quadro 1 a seguir).

Quadro 1<*>

PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	Nº DE FÁBRICAS MENCIONADAS DO TOTAL DE 56 <***>
1. Salários (Aumento, Reajuste, Não-Pagamento, Atraso)	28
2. Emprego (Estabilidade, Demissões...)	23
3. Condições de Trabalho (Segurança, Higiene, Alimentação, Insalubridade, Ritmo e Jornada de Trabalho)	22
4. Formas de Organização dos Metalúrgicos na Fábrica (Delegados e Representantes Sindicais, Comissões de Fábrica, CIPAS, Comissões de Negociação ...)	17
5. Poder e Despotismo Fabril (Relações entre Gerentes, Chefias e Operários)	11
6. Aspectos Legais (Não cumprimento da legislação social e trabalhista)	06

(* Organizado a partir do Anexo I

(**) Geralmente são mencionados mais de um problema/reivindicação por cada fábrica.

Em primeiro lugar as questões relativas ao salário (28 casos mencionados) confirmam a sua centralidade em termos de problema e reivindicação dos trabalhadores no período 1978-83. No entanto, a questão dos salários aparece com exclusividade, sendo geralmente levantada em conjunto com as demais questões (conforme Anexo I).

Em segundo lugar, as questões relativas à situação de emprego (23 casos mencionaram o problema das demissões ou estabilidade no emprego) que reafirmam o problema mencionado anteriormente: ao arrocho salarial foi acrescido o problema da instabilidade no emprego metalúrgico, principalmente na conjuntura recessiva de 1981/83.***

Em terceiro lugar, quase no mesmo grau do anterior, aparecem os problemas relativos às condições de trabalho (22 casos mencionados). Podemos analisar essa questão juntamente com os problemas relativos ao não-cumprimento da legislação social e trabalhista (6 casos mencionados) e ao poder e despotismo na fábrica (11 casos mencionados). Esse conjunto de questões, podemos afirmar com segurança, confirmam o caráter "selvagem" da fábrica metalúrgica capitalista, pois são permanentes e reveladores das tensões entre capital - aqui representado pelo patronato metalúrgico de São Paulo - e o trabalho. Essas tensões se caracterizam, na maioria dos casos: pelo desrespeito à pessoa do trabalhador, submetido às condições sub-humanas de trabalho, e pelo despotismo dos chefes e gerentes, constantemente denunciados pelos operários, em virtude do não-cumprimento de aspectos básicos da legislação trabalhista

*** Cf. Análise do Capítulo I, item 2, desse trabalho.

e social, bem como de acordos coletivos de trabalho, firmados entre o sindicato dos trabalhadores e dos empregadores.

Com estas características, a fábrica metalúrgica torna-se um lugar insuportável aos trabalhadores, constituindo-se em uma base fértil de produção do confronto entre trabalhadores e capitalistas do setor. ⁽¹⁴⁾

Em quarto lugar, porém não menos importante, a questão das formas de organização e participação dos trabalhadores na fábrica (17 casos mencionados) aparece nos seguintes termos: comissão de representantes, comissão de fábrica, comissão de negociação, comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA), comissão de fiscalização etc. Essas organizações são fundamentais pois, quando reivindicadas, significam um avanço da atuação operária na fábrica, particularmente no caso da comissão de fábrica, forma que tem se mostrado avançada nesta conjuntura da ação metalúrgica. Quando se conquistam essas e outras formas de organização e participação dos trabalhadores na fábrica, os problemas levantados anteriormente são mais facilmente encaminhados, com a vantagem da presença permanente da organização operária possibilitando o controle de seus resultados. ⁽¹⁵⁾ Assim sendo, as organizações operárias na fábrica têm um significado político fundamental, pois o poder do capital na fábrica deixa de ser exclusivo, abrindo espaço para a

(14) Os depoimentos do Anexo I) de duas lideranças expressivas dos metalúrgicos de São Paulo em que pese suas diferenças de concepção, Luis Antonio Medeiros (Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e Hélio Bombardi (Oposição Sindical Metalúrgica) são reveladores das questões que levantamos e particularmente da situação de degradação do trabalho metalúrgico no âmbito interno das fábricas. "A questão da democracia dentro da fábrica brasileira, dentro das empresas, eu vou dizer pra vocês sem medo de errar: ela não existe, nós praticamente vivemos na idade da pedra" (Medeiros); "Para mim enquanto não houver a democracia no local de trabalho, a democracia dentro da fábrica onde se dá a exploração, praticamente não vai ser possível ter uma democracia de fachada, ao nível político". (Hélio) - Estes depoimentos foram extraídos do debate realizado sob o tema Mudança Empresarial e Estratégia Operária e Sindical" coordenado por Arnaldo Nogueira, 1ª semana de Administração, FEA/PUC-SP, 8 de outubro de 1982.

(15) Por este motivo destacamos as fábricas que contém as comissões de fábrica dos operários nos quadros Anexo I.

emergência do poder operário. Para alguns trata-se do início do estabelecimento da democracia "industrial" ou da integração entre trabalho e capital na produção; para outros, é o esboço do controle operário da produção social e de uma nova sociedade. (14)

Formas de Encaminhamento e Organização

Quadro 2 (**)

FORMAS DE ENCAMINHAMENTO/ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE MENCIONADA DO TOTAL DE 56 FÁBRICAS
- Greves ou Paralisação do Trabalho	17
- Reuniões e Assembléias na Fábrica	05
- Reunião Fora da Fábrica (Sindicato Bairro ou Igreja, Outros)	15
- Comunicação ou Denúncia	
. do Sindicato	19
. da Oposição	34
. e Outros	13
- Presença da Organização de Fábrica (comissões, delegado sindical, grupos de fábrica e outros)	24

(*) Quadro organizado a partir do Anexo 1.

Observando o quadro acima, constatamos as seguintes formas utilizadas pelos trabalhadores para encaminhar os problemas/reivindicações por ordem decrescente de incidência: comunicação ou denúncia - a maioria era apenas comunicado de incidência

(14) Em outro contexto realizamos esta discussão. Conforme Nogueira, A. e Antunes, R. "O Que são Comissões de Fábrica", op. cit., e Nogueira, A. "Conflito e Administração", op. cit. Na tradição clássica do pensamento de esquerda, Antonio Gramsci foi um dos primeiros a reconhecer a importância das Comissões Internas de Fábrica como um esboço dos Conselhos Operários e Populares (soviets) na Itália. A bibliografia sobre o assunto foi analisada por nós no trabalho sobre comissões de fábrica acima citado.

através de folhetos, panfletos, documentos, jornais do sindicato ou da oposição, boletins de grupos de trabalhadores e outras formas, tais como a grande imprensa e jornal de empresa. Destacamos, neste ponto, o fato de a Oposição Sindical Metalúrgica denunciar constantemente a situação dentro das fábricas, acompanhada cada vez mais de perto pelo Sindicato conforme a evolução dos anos 80. A disputa entre o Sindicato e a Oposição começava a ocorrer nos locais de trabalho.

Em seguida, aparece a greve ou paralisação do trabalho na fábrica. Essa forma de encaminhamento indicava ao nosso ver um conteúdo mais avançado da luta operária,⁽¹⁷⁾ além de indicar um nível maior de organização e uma ação coletiva mais concreta na medida em que a paralisação da produção capitalista exige dos patrões um retorno mais imediato em relação aos resultados esperados pelos trabalhadores. Acrescentamos nos termos dessa análise as reuniões e assembléias na fábrica por significarem, também, a paralisação ou alteração da rotina do trabalho e um momento importante de aglutinação dos operários em torno de uma decisão comum.

Em terceiro lugar e não menos importante, as reuniões ocorridas fora da fábrica: no sindicato, no bairro, na igreja e em outros lugares sociais. Essas formas de encaminhamento tinham a vantagem de reunir os trabalhadores sem a presença dos "observadores" diretos dos patrões, permitindo a articulação fundamental, para o nosso entendimento, entre a luta dentro e fora da fábrica e a disseminação das experiências de luta

(17)Avançado no sentido da tomada de consciência dos trabalhadores dos seus problemas imediatos, possibilitando a compreensão de aspectos políticos mais amplos. Classicamente essa discussão é colocada em termos da transição da consciência "em si" à consciência "para si" da classe operária. Ver em Antunes R. a análise teórica das greves, in "A Rebelião" op.cit.

para os outros operários, ora no bairro, no sindicato, nas associações de trabalhadores e outros lugares. É dessa articulação que emerge a possibilidade de compreensão da fábrica como lugar também político, informada pela política estabelecida pela disputa entre as classes ou grupos sociais na definição do poder do Estado. <10>

Um dos acontecimentos mais importantes desse processo de luta fabril em São Paulo (conforme indicamos anteriormente) foi a presença das comissões e grupos de fábrica que na maioria das vezes impulsionaram os movimentos. Da amostra levantada (56 fábricas) foram mencionados 24 casos de organização operária na fábrica. Casos como os da Alfa, Arno, Asama, Caterpillar, Eluma, Ford, Massey-Fergusson, Monark, MWM, Piratininga, Siemens, Toshiba, Vilarés, Zanettini, são exemplos de destaque da condução das lutas operárias pelas organizações de base. Nas fábricas onde estas organizações estão presentes, as lutas tendem a se desenvolver com maior consistência, não permitindo que os movimentos espontâneos ou organizados nasçam e morram no cotidiano fabril. <11>

Resultados

Os dados e informações relativos aos resultados dos movimentos das fábricas não permitiram um registro adequado e, em consequência, a análise ficou prejudicada. Frequentemente, os registros informavam a existência de problemas e ou reivindicações, a eclosão de movimentos, as denúncias de irregularidades da empresa etc., mas não davam continuidade

(10) "... a um dado sistema de controle da força de trabalho na fábrica corresponde um dado tipo de sistema político". Ver a análise deste tema em Viana, L.W. "Fábrica e Sistema Político", Dados - Revista de Ciências Sociais, RJ, vol.24, nº 2, 1981

(11) Este argumento está firmemente baseado na leitura do "Dossiê sobre Comissão de Fábrica" realizado pelo CPV (Centro Pastoral Vergueiro), 1984.

ao acompanhamento sistemático dos desdobramentos ou resultados dos problemas encaminhados. De qualquer forma, os resultados poderiam ser classificados quanto às conquistas parciais, totais ou às perdas diante dos temas reivindicados.

Mesmo assim, para efeito de fechamento desse ponto, um retrato do movimento dos metalúrgicos -, fica consignado que o principal resultado foi o nível de organização alcançado dentro das fábricas. No entanto se, de um lado, as lutas nas fábricas ganharam importância especial para a sobrevivência do movimento em São Paulo, de outro, a ausência de movimentos mais amplos dos metalúrgicos limitava o significado político dessas lutas. As atenções continuavam voltadas ao ABC, lugar do confronto operário e do novo sindicalismo. Apesar do limite colocado, a luta por um novo sindicalismo no setor metalúrgico da capital desenvolveu-se privilegiadamente na arena fabril, tendo à sua frente a OSM. No contexto da crise recessiva de 1981-83 foi essa a forma por excelência de sobrevivência da luta econômica e sindical dos operários do setor industrial. Foi também a base da modernização conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos, como veremos a seguir.

3 - O PROCESSO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO SINDICATO

A fonte básica da modernização conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi a fábrica, isto é a aproximação do Sindicato dos problemas do mundo fabril. Era preciso descer às bases, ampliar o trabalho do Sindicato nesse âmbito e combater a semente do novo sindicalismo em São Paulo, iniciado pelo trabalho da Oposição Sindical Metalúrgica, localizada principalmente nas grandes empresas, e daí aparecer à sociedade com a feição renovada.

A forma peculiar do Sindicato nessa empreitada influenciou, ao nosso ver, os rumos do movimento sindical no Brasil, ou melhor, a sua grande divisão, pois ele passava a ser um certo tipo de "ponta de lança" e o articulador do sindicalismo de tendência moderada em nível nacional.

Como foi esse processo?

O jornal "O Metalúrgico", órgão oficial do Sindicato, inaugurou em 1980 uma sessão intitulada "Décio Malho". Esse termo, originalmente se referia às denúncias de irregularidades e problemas fabris pelos trabalhadores, que informavam o plantão sindical nas portas das fábricas, conforme exemplo do quadro a seguir.

Quadro 3

FÁBRICAS	REGISTRO DAS DENÚNCIAS
Aliperti	... "A poluição está também na fábrica, péssimos salários, más condições de higiene e discriminação - restaurante só para os chefes."...
Arno	... "Demissão de 1.000 operários devido à mudança de acionistas... falta de segurança no trabalho"...
Filizola	... "Pagamento feito em cheque em agência a 1 km... Mantém fechados os banheiros mais de 30 minutos... Empresa não permite que os operários fiquem no pátio na hora do almoço."...
Metal-Leve	... "Mau atendimento médico e ambulatorial... no setor de fundição as condições de higiene e alimentação não são boas"...
Sofunge	... "péssimas condições de trabalho, baixos salários, má alimentação"...
Sade-Sulamericana	... "equiparação salarial, segurança, comida, insalubridade"...
Super Test	... "salários atrasados ... a empresa fechou as portas"...
Fundição Brasil	... "péssima comida ... condições ruins de higiene... não concessão de férias"...
Lorenzetti	... "acidente de trabalho, 2 mortos e 14 feridos".

Obs.: Organizado a partir do jornal "O Metalúrgico", março de 1980, nº 175, pp. 4, 5 e 6.

O discurso era o seguinte:

"Estamos por dentro das fábricas... os diretores do Sindicato foram colher as denúncias sobre as condições de trabalho nas portas das fábricas... Aqui nossos diretores dão uma de 'Décio Malho' e vão à porta das fábricas investigar o que está ocorrendo..."⁽²⁰⁾

A dinâmica do processo de aproximação do Sindicato à fábrica começava com as reclamações dos metalúrgicos na fábrica, transmitidas ao diretor ou representante do Sindicato. Este, por sua vez, encaminhava o problema ao repórter "Décio Malho" que organizava a informação para denúncia no jornal "O Metalúrgico" ou boletim do Sindicato, retornando à fábrica com a promessa de que providências seriam tomadas. Os passos eram os seguintes: Reclamações da base na fábrica; Presença do diretor do Sindicato; Repórter "Décio Malho"; Denúncia no Jornal ou Boletim do Sindicato; Retorno à fábrica com promessa de providências do Sindicato; Negociação com a empresa, outras ações do Sindicato; Registro dos resultados e retorno da informação à fábrica.

Essa política do Sindicato já revelava os primeiros resultados da orientação dos militantes da Unidade Sindical, particularmente os ligados ao PCB que atuavam no Sindicato, pois, a diretoria eleita em 1978 oscilava entre conservadores e moderados e, por si só, tinha uma

(20) Cf. "O Metalúrgico", março de 1980, nº 275, p.4. É importante assinalar que a elaboração do jornal e dos documentos, boletins etc. do Sindicato tinha assessoria técnica e política da OBORÉ Editorial Ltda., entidade ligada ao PCB durante o período.

incapacidade histórica de promover ações desse tipo, a partir de 1980. A ida dos diretores do Sindicato às fábricas, coletando reclamações dos operários, obrigou-lhes a assumirem práticas inéditas de encaminhamento dos problemas, através das relações diretas com a direção das empresas, na busca de soluções negociadas. Essa prática da negociação direta passou a caracterizar a ação sindical pós-80, diferentemente das práticas anteriores de encaminhamento jurídico, distante das bases, firmadas no costume burocrático do Sindicato no âmbito da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

Para demonstrar esse argumento ver a seguinte passagem: "Foi a partir da campanha salarial de 1979 que começamos também a mudar nossa política de atuação no Sindicato. Denunciamos a política aventureira da oposição sindical e começamos a perceber a estreiteza da política de 'combate ao Joaquim'. Iniciamos então uma política de ativa participação na vida do sindicato, aproveitando as aberturas oferecidas e influenciando no sentido de dinamizar a atuação da entidade. Demos um passo à frente porque reconhecemos que estávamos de pé atrás... Começou então a ser desenvolvido um plano de ação que consistia basicamente em orientar a ação sindical para o enraizamento do Sindicato nas grandes empresas. E nesse sentido colocou-se a máquina sindical (imprensa, boletins de porta de fábrica, cursos de formação sindical, os 'Décio Malho', participação nas CIPAS e outras iniciativas) a serviço da organização dos operários nas grandes empresas do setor..."(21)

(21) Cf. "O que conseguimos e o que queremos" abril de 1981, p.27. Um mês antes desse documento foi elaborada a "Resolução Sindical dos Comunistas do Estado de São Paulo", março de 1981, onde estão explicitados as diretrizes para o trabalho sindical (imprensa sindical, atenção às condições de trabalho, subordinação dos departamentos ao objetivo geral da entidade sindical, utilizar assessores, atenção à formação e educação sindical, fortalecimento da Unidade Sindical...) Esses documentos e outros que comentaremos a seguir estão em "Metalúrgicos de São Paulo - Documentos 1979-83" já citado.

Ainda no mesmo documento era defendida a idéia da formação das comissões de fábrica referindo-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo como "... um dos raros Sindicatos que tem um plano bem articulado de organização dos operários nas empresas. A sua linha de ação sindical está dirigida fundamentalmente para a consolidação dos atuais embriões de comissões de fábrica e a sua multiplicação...". Era mencionado o fato de o jornal "O Metalúrgico", estar sendo muito bem feito e voltado para as condições de trabalho na fábrica. Apontavam também para o fato de o Sindicato ainda funcionar em moldes assistencialistas e de apesar da contribuição do PCB, a força política dominante ser a diretoria de composição heterogênea que contava com membros do PDS (Partido Democrático Social), partido conservador de sustentação política do governo militar. Mesmo com isso, justificavam a aliança com o Sindicato como uma ação derivada da política de alianças buscadas na sociedade para ampliar o campo de tendência democrática. (22)

Em contraposição a política do PCB, a OSM mantinha suas diretrizes originais (definidas pela união na fábrica) para enfrentar o patrão e expulsar os pelegos do Sindicato, combinando a luta pelo poder sindical com a organização de grupos e comissões de fábrica. A OSM em torno dessa idéia, havia acumulado, na década dos 70, experiências com os comandos de greve por bairro e região, entendidos como interfábricas, forma de organização alternativa à estrutura sindical, e base da proposta de criação das subseções do Sindicato nas diversas regiões do Município. Essa era a política sindical defendida pela OSM para encaminhar as

(22) Cf. "O que conseguimos e o que queremos", abril de 1981, pp. 28 e 29, op.cit.

denúncias freqüentes dos problemas ocorridos nas fábricas, registrados no Jornal "Luta Sindical", através da sessão "Por dentro das fábricas". Ou seja, a oposição iniciava os anos 80 com aquela ambigüidade que a caracterizava anteriormente: uma proposta de sindicato paralelo e, ao mesmo tempo, de luta efetiva pela conquista do Sindicato.

No entanto, a vertente contrária ao sindicado paralelo ganhava força e estabelecia que o objetivo principal da luta da Oposição deveria ser a conquista do Sindicato para torná-lo democrático e transformá-lo em um instrumento de luta das massas. Por isso, criticava a direção sindical e os seus novos aliados pela rejeição à democratização do Sindicato e pela desconsideração da tarefa de organizar e mobilizar efetivamente os operários dentro das fábricas, e afirmava que a conquista do sindicalismo livre e organizado a partir das fábricas passava pela derrubada dos pelegos do Sindicato. <23>

Do outro lado, o Sindicato aos poucos, e iniciando pelo "Décio Malho", absorvia as críticas da Oposição e preparava a sua complexa estrutura oficial para combatê-la na sua base principal, a fábrica.

Havia exemplos bem-sucedidos, na história recente do sindicalismo brasileiro, de utilização da estrutura sindical oficial na organização e mobilização da base operária, conforme política desenvolvida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Era preciso extrair

(23) A questão dos comandos nesses termos foi tratada no jornal "Luta Sindical", out. 1979, nº 12; a sessão "Por Dentro das Fábricas" era um dos meios através dos quais a Oposição informava e mobilizava os operários no âmbito das fábricas. Conforme diversos números do jornal (dezembro de 1979, nº 13; fevereiro de 1980, nº 14; março de 1980, nº 15; maio de 1980, nº 16 etc.), a OSN, em nível mais amplo, era uma das estimuladoras do ENTOES (Encontro Nacional dos trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical). Em 1980, foi realizado encontro nacional, conseguindo mobilizar lideranças sindicais expressivas e mais de 2.000 delegados de todo o país. Cf. Brito, A. e Menconça, O., em "Movimento", 29/12/80 a 04/01/81, pp.14.

aspectos dessa experiência do novo sindicalismo e, de uma forma peculiar, que pagava grande tributo à concepção conservadora do velho sindicalismo, promover a "renovação" do Sindicato. Esse era o espírito da modernização conservadora: ir à fábrica, ampliar sua influência na base metalúrgica e obstruir o trabalho da OSM, caracterizado por ação de confronto com a estrutura sindical oficial.

Um dado que pode justificar esse argumento baseia-se na revelação de que logo após a implementação da idéia do "Décio Malho", este ficou mais conhecido pela referência aos "capangas" do Sindicato que usavam da violência para coibir a atuação sindical das oposições ou desorganizar as tentativas de greves dos metalúrgicos, apesar do discurso aparentemente combativo. (24)

Esse embate entre a OSM e o Sindicato, influenciado pela US., tem seu momento decisivo com a ocorrência das eleições sindicais de 1981. A OSM reconhecia que a política do Sindicato com os "Décio Malho", havia conseguido impedir a manifestação das divergências nas assembleias e reuniões sindicais e negociar com os patrões, chegando a um acordo salarial razoável na campanha salarial de novembro de 1980. Com isso, na fase de preparação das eleições, defendiam a união de todas as tendências atuantes na categoria metalúrgica, para enfrentar e derrotar a direção sindical; com exceção dos grupos que compunham a US., por não

(24) Cf. jornal "Movimento" de 13 a 19/07/1981, ex. "Décio Malho" revela: "Luis Carlos Menezes, ferramenteiro, 29 anos, trabalhou na metalúrgica Texco, no bairro de Guaianazes, em São Paulo, até 19 de outubro de 1980. Dois dias antes de ser demitido, Luis ainda fazia parte da equipe dos 'Décio Malho', como são conhecidos todos aqueles que têm uma militância ativa de defesa de Joaquim dos Santos Andrade. No dia 17 de outubro foi realizada no cine Roxi completamente lotado uma das últimas assembleias da última campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo. Essa assembleia terminou em pancadaria entre os membros da oposição sindical e os 'Décio Malho' de segurança de Joaquim. Com esses, estava Luis Menezes... Luis Menezes estava no dia em que Joaquim lançou a camisa do Décio Malho: a tese era a de formar uma equipe que ligaria o sindicato às empresas só que esses "ativistas" tinham a ordem expressa de trabalhar para evitar qualquer tipo de greve..." p.8.

terem uma proposta de luta e na prática defenderem a estrutura sindical oficial. A OSM acreditava que com a unidade das correntes de esquerda e com o desgaste do Joaquim na categoria era possível vencer as eleições; sua base de apoio estava nas grandes empresas do setor. Isso não foi possível, pois, uma fração importante da Oposição ligada ao PC do B e ao Movimento do Custo de Vida resolveu se afastar do movimento pró-chapa única e decidiu lançar uma chapa própria. <25>

O Sindicato, por sua vez, encontrava nos militantes da US. (PCB, MRB e outros independentes) um apoio efetivo à sua estratégia para derrotar a Oposição. Os militantes da U.S. entendiam por sua vez ser esse o momento oportuno para ingressarem na diretoria do maior Sindicato da América Latina. Assim, a composição da chapa da situação sindical, encabeçada Joaquim teve a metade dos cargos ocupada por novos militantes, tal proporção se mantendo na executiva. Nesse momento a avaliação do PCB era a seguinte: "aumenta nossa expressão política na categoria, superior até mesmo à nossa expressão de massa. Todos os companheiros que entraram na chapa foram escolhidos fundamentalmente pela sua representatividade e liderança e não por vinculações partidárias. Entraram companheiros ligados à organizações de esquerda e companheiros oriundos da Pastoral Operária. Em entrevista ao jornal "Movimento", o atual presidente e candidato à reeleição, perguntado se participavam da chapa partidários da "Hora do Povo" e da "Voz da Unidade", respondeu (refletindo um nível de compreensão política muito alto) que não pedia "atestado de virgindade ideológica de ninguém, mas

(25) A chapa 2 foi formada pela união das forças de Oposição e teve o nome: Oposição Sindical Metalúrgica Santo Dias; enquanto a chapa 3, também de Oposição formou "A União Metalúrgica" encabeçada por Aurélio Peres com apoio do jornal "A Tribuna Operária", cf. "Nas Raízes da Democracia Operária", pp.62, 63, 64, op.cit., e jornal "Movimento", citado acima, p.8.

sim representatividade".⁽²⁶⁾ O PCB - agrupamento mais bem estruturado da US - definia, assim, sua tática eleitoral (a plataforma eleitoral será basicamente a pauta de reivindicações apresentada aos patrões e ao Governo por ocasião da campanha salarial de 1980) explicitava os principais objetivos da próxima gestão (lutar pela estabilidade no emprego, consolidar a reestruturação do Sindicato, ampliando de 9 para 12 seus setores; aumentar a participação na categoria na elaboração da pauta da próxima campanha, entrosando a luta preparatória com Osasco e Guarulhos; melhorar as instalações sindicais, intensificar a luta por melhores condições sociais entre outros) e acreditava na vitória esmagadora no primeiro escrutínio.

No início da década dos 80 era esse o quadro da heterogeneidade sindical e política dos metalúrgicos da Capital, expressa pela disputa entre as lideranças operárias e sindicais em torno do poder do Sindicato e do apoio e representatividade da base metalúrgica filiada ao Sindicato e em condições de voltar. Esses operários não atingiam 15% do total.

Analisemos, pois, o evento mais importante do ano de 1981, as eleições sindicais e os desdobramentos político-sindicais posteriores.

(26) Cf. "O que conseguimos e o que queremos", pp.32, 33, 34 op. cit. O jornal "Hora do Povo" era órgão oficial do MRB e o "Voz da Unidade" órgão do PCI.

4 - ELEIÇÕES NO SINDICATO, DIVISÃO DAS OPOSIÇÕES E A ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

A definição e as propostas das chapas concorrentes às eleições sindicais de 1981 confirmaram a heterogeneidade sindical e política no setor metalúrgico. A chapa 1 liderada por Joaquim dos Santos Andrade, filiado ao PMDB desde 1980 com o apoio explícito do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e outros militantes independentes que defendiam "Unidade Sindical"; a chapa 2 - "Oposição Sindical Metalúrgica Santo Dias" - liderada por Waldemar Rossi, coordenador nacional da Pastoral Operária e membro da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo, tinha apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), da dissidência "prestista" do PCB, dissidência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de setores da igreja, além de tendências menos expressivas como Liberdade e Luta, Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e Convergência Socialista. E a chapa - União Metalúrgica - liderada por Aurélio Peres, deputado federal pelo PMDB, com apoio do PCdoB.

Joaquim, da chapa 1, entendia que com a abertura política o movimento sindical deveria adaptar-se à nova realidade. Enfatizava a negociação direta, a mobilização e organização dentro das empresas, a contratação de técnicos e assessores especializados para superar as improvisações do Sindicato. A isso se chamou de sindicalismo "moderno", que para a nossa compreensão caracteriza a modernização conservadora do Sindicato. Rossi, da chapa 2, entendia que a estrutura sindical oficial criada no governo Vargas castrou a classe operária da sua principal arma

de luta que é a organização a partir da empresa, a base da democracia operária. Por isso, enfatizava a democratização do Sindicato, cuja responsabilidade era grande devido ter a maior categoria de trabalhadores do Brasil. Aurélio, da chapa 3, entendia que o Sindicato (mesmo sendo o maior da América Latina) era fraco porque de uma categoria de 400 mil metalúrgicos apenas 10% era sindicalizado. Concordava ser necessário travar uma luta pela autonomia sindical e pela melhoria dos salários, mas enfatizava a questão política, no sentido de que a classe operária tem que fazer política e aspirar ao poder no país. <27>

Na abertura do debate entre as tendências metalúrgicas, Joaquim dos Santos Andrade procurava passar à opinião pública a nova face do velho sindicato: "... o problema do movimento sindical brasileiro é coletivo. O empresário brasileiro ainda raciocina com a mentalidade feudal... E toda a sua voracidade e esquema de segurança estão sempre voltados contra o sindicato, contra os sindicalistas e os sindicalizados... Entre 1967 e 1981 foram sindicalizados 403 mil metalúrgicos... Isso é explicado pela rotatividade da mão-de-obra... Agora, somente através dessa nova organização, através das comissões de fábrica, é que haverá segurança, porque agora nós poderemos responder a este tipo de desmando e de provocação dos empresários...", referindo-se a política de rotatividade do sistema capitalista brasileiro, acrescido da voracidade do governo a caçar trabalhadores, a intervir em sindicatos e enquadrar na Lei de Segurança Nacional. <28> Argumentava, então, que a

(27) Cf. depoimento das lideranças publicadas pela Folha de S. Paulo de 09/07/1981, sob o título "Os Metalúrgicos Debates, suas Divergências", com mediação de Joelmir Beting.

(28) Conforme depoimento de Joaquim dos Santos Andrade em artigo da Folha de S. Paulo citado anteriormente.

razão essencial de o Sindicato ser minoritário e restrito era a política de rotatividade dos capitalistas, enquanto, para os seus opositores, era uma política deliberada do Sindicato que visava atender, na ótica assistencialista e jurídica, a apenas uma minoria, roubando ao Sindicato seu caráter de instrumento de luta e democracia operária.

As divergências explicitaram-se no debate em torno das questões da estrutura sindical dependente do Estado e do imposto sindical.

A chapa 1 posicionava-se a favor do imposto sindical argumentando que sua função era a manutenção do assistencialismo sindical, por enquanto necessário. "Enquanto perdurar a estrutura sindical, onde o Estado intervém, nada se fará... a supressão do imposto não trará liberdade ao movimento sindical se nós não modificarmos a estrutura, se nós não fizermos uma democracia nesta terra".(29)

A chapa 2 posicionava-se pela mudança do eixo assistencialista do sindicalismo brasileiro para um movimento sindical livre, combativo, organizado a partir da base e unificado em nível nacional. "Então todo o movimento sindical terá condições de requestionar, exigindo do governo medidas concretas no sentido de assumir o custeio da assistência que foi imposta ao movimento sindical".(30)

A chapa 3 remetia a discussão ao plano político e argumentava: "a discussão se trunca ao se pensar sindicalismo livre sem o fim do regime militar e da ditadura e na implantação de uma democracia através da

(29)Idem.

(30)Conforme depoimento de Kossi em artigo da Folha de S.Paulo citado anteriormente.

Constituinte... O imposto sindical não é o responsável pelo modelo sindical que nós temos e a sua substituição passa por um processo de transformação onde deve se criar outras formas alternativas..."⁽³¹⁾

Nessa questão, enquanto o discurso de Joaquim se diferenciava e distanciava do discurso de Rossi, aproximava-se do de Aurélio. Ou seja, a OSM tinha uma postura histórica de confronto com a estrutura e o imposto sindical, enquanto a chapa 1 e 3 condicionavam a transformação da estrutura à implantação da democracia no Brasil. Esse exemplo basta para explicitar que as diferenças entre as posições políticas e ideológicas das lideranças que se propunham a representar o conjunto dos metalúrgicos tinha papel determinante na formação do quadro de divisão sindical, sendo que o mais grave era a fragmentação das Oposições. Essa divisão, e agora nos referimos às chapas 2 e 3, foi um fato político significativo na reafirmação da diversidade política da esquerda sindical. A chapa 2 defendia a prática de um sindicalismo democrático, amplo, fundamentado nas bases, que respeitasse toda a heterogeneidade no setor, e opunha-se à idéia da chapa 3 de que para desenvolver um sindicalismo forte era necessário maior homogeneidade na composição da chapa e da direção sindical: "...Ninguém pode ignorar que um movimento sem cabeça não anda. Portanto é importante que a direção realmente tenha a cabeça para dirigir o Sindicato".⁽³²⁾ Enquanto a chapa 2 enfatizava o trabalho nas bases e as comissões de fábrica, defendendo um sindicalismo aberto e democrático, a chapa 3 privilegiava o trabalho homogêneo no sindicato, defendendo um sindicalismo político e unitário. A chapa 2

(31) Conforme depoimento de Aurélio Perez em artigo da Folha de S. Paulo citado anteriormente.

(32) Conforme o debate no artigo da Folha de S. Paulo quando o moderador perguntou sobre a causa da "fratura" e do "racha" da oposição; ver também os dados do jornal "Movimento" - A Disputa da Máquina Sindical, pp.8 e 9, op. cit.

estava próxima do PT; a chapa 3 estava próxima do PCdoB que defendia uma política de frente democrática dentro do PMDB, através de vertente chamada "Tendência Popular". Como se vê, as causas da divisão das oposições foram predominantemente políticas com raízes nas diferenças entre as linhas sindicais e na divisão histórica entre as esquerdas. Isso, porém, não justifica a ação da chapa 3 naquele momento, pois era sabido que nenhuma das chapas de oposição era capaz de ganhar as eleições isoladamente.

As divergências contribuía para a estratégia da modernização conservadora do sindicato, representada pela chapa 1 (da situação) que além de investir na divisão das oposições fazia da sede do sindicato a sua base mobilizatória, utilizando-se amplamente de sua estrutura. Isto significava um desequilíbrio de forças brutal, em relação às oposições que, afora as dificuldades de infra-estrutura e recursos encontrava-se dividida. <33>

(33) É digno de nota a seguinte passagem: "...A chapa 1 faz da sede do Sindicato seu quartel general. É dele que seus componentes saem todos os dias, utilizando carro e gasolina do Sindicato, para as portas de fábrica distribuindo material de sua campanha. Segundo Cândido Hilário, "O Bigode" da chapa 1, os carros do Sindicato seriam utilizados de qualquer maneira, pois o jornal do Sindicato precisa ser distribuído e os membros da chapa só aproveitam para também ir nas portas de fábrica fazer sua campanha. As vantagens de ter a máquina sindical nas mãos não param aí. Só a diretoria tem acesso às relações de associados em condições de votar. É também a diretoria do Sindicato que indica os mesários para acompanhar as urnas durante a votação, concedendo ou não o direito de seus opositores indicarem também mesários. Foi por causa dessas duas questões que a chapa 2 impetrou dois mandatos de segurança contra a chapa 1, obrigando-os a dar mesário para todas as urnas para ambas as chapas de oposição e fornecer listas de associados para que não haja fraude na votação. Mesmo sob a ação da justiça, Joaquinzão recusava-se a fornecer a lista dos votantes, sendo obrigado a isto sob força policial. Através dessa relação, Joaquim tinha acesso a todos os sindicalizados, que eram convidados a participar de cursos de formação sindical, desde julho do ano, no sítio do sindicato. Quando a diretoria vai para uma porta de fábrica em campanha, ela sabe que irá encontrar ali um certo número de associados. Além disso a máquina assistencial do sindicato é usada para amedrontar os associados, que são induzidos a crer que se alguma das duas chapas de oposição ganhar, não receberão mais serviço médico gratuito. Não bastasse isso, o sindicato mantém convênio de bolsas de estudo para 12 mil associados bastante influenciáveis. Até a colônia de férias é usada como forma de cabalar votos..." em "A Disputa da Máquina Sindical", Movimento, citado anteriormente.

Como se vê no quadro abaixo, a soma dos votos das chapas 2 e 3 ultrapassava em mil votos a chapa 1. Não fosse mais uma divisão no seio da oposição, esta teria obtido um número maior de votos do que a chapa 1 no primeiro escrutínio.

Quadro 4<*>

ELEIÇÕES SINDICAIS 1981 - 1º ESCRUTÍNIO

CHAPAS	Nº DE VOTOS<*>
Chapa 1 (Joaquim)	21.363
Chapa 2 (Rossi)	15.468
Chapa 3 (Aurélio)	7.020
Branco	1.173
Nulo	1.151

(*) Adaptado a partir dos dados de diversos documentos.

(&*) Votaram no total 46.175 metalúrgicos, 84% de comparecimento dos metalúrgicos em condições de votar. Nenhuma das chapas conseguiu obter 50% + 1 dos votos, ocasionando o 2º escrutínio.

No segundo escrutínio a chapa 3, perdedora, passou a apoiar a chapa 2 (há informações, de quem acompanhava por dentro o movimento, de que tal apoio não foi efetivo), melhorando os resultados eleitorais da OSM cujo destaque estava nas urnas das fábricas. Porém não foi possível derrotar a chapa 1, que ameaçada pelos resultados do primeiro escrutínio, não poupou esforços para se reestruturar e garantir a vitória no segundo. No quadro abaixo fica demonstrado que o Sindicato, com exceção dos locais fabris ganhou entre os aposentados, nas urnas da

sede do sindicato, entre os desempregados e nos estabelecimentos de pequeno porte. Essas eram suas bases sociais no pós-64. (34)

Quadro 5^{**}

ELEIÇÕES SINDICAIS 1981 - 2º ESCRUTÍNIO

LOCAIS/URNAS DE APURAÇÃO	CHAPA 1 (nº de votos)	CHAPA 2 (nº de votos)
- Fábricas	14.066	17.273
- Aposentados	3.033	432
- Urna 138 (na sede do Sindicato)	1.206	1.064
- Urnas 3 e 4 (desempregados)	1.750	1.064
- Urnas 140 até 155 (oficinas com 10 empregados ou mais)	2.642	1.252
- TOTAL	22.697	20.293

(*) Adaptado do Informativo Popular Latino Americano - IEE-PUC/SP nº 10 ago./set. 1981.

(**) A chapa 3, apesar de apoiar a chapa 2, recebeu 741 votos; votaram 45.304 metalúrgicos (871 a menos que no primeiro escrutínio).

Como resultado, o sindicalismo conservador saiu duplamente fortalecido: no primeiro momento, absorveu a oposição moderada (PCB, MR-- 8), envolvendo-a em sua estratégia de modernização; no segundo momento,

(34)Recentemente foi defendida uma tese de doutorado que examina as bases sociais do sindicalismo de Estado no Brasil. Conforme Boito, A. "O Sindicalismo de Estado no Brasil", particularmente no Capítulo II, Um Sindicalismo de Retaguarda: As Bases Sociais do Sindicalismo de Estado, tese, USP, 1988, pp.208 a 270.

assistiu a mais uma divisão no seio das oposições restantes, que o favoreceu nos resultados das eleições. Isso significava que a velha direção sindical, juntamente com os seus novos aliados, iria usufruir por mais três anos da maior "máquina" sindical do país e consolidar seu processo de modernização conservadora, só possível com o reforço da política sindical desenvolvida através das alianças realizadas com a US.

Após as eleições, o Comitê Metalúrgico de Reorganização do PCB elabora um documento admitindo ter subestimado o potencial eleitoral da OSM, destacando os seguintes pontos: "... o trabalho sindical dirigido planejadamente para as grandes empresas de concentração é ainda recente, datando apenas de ano e meio; a definição de uma política nossa para a categoria só foi cristalizada após a campanha salarial de 1979, tendo como ponto de partida o documento Os 7 'Pecados Capitais'. Até então, a nossa atuação se dava sem planejamento e sem a compreensão correta da política de alianças a ser executada; o Sindicato até essa época se concentrava em um trabalho clientelístico, com base nas pequenas empresas. Seus associados o utilizavam basicamente como prestador de serviços assistenciais... Foi também após a campanha salarial de 1979 que a diretoria de então aceitou modernizar o seu trabalho contratando assessoria, dinamizando a imprensa sindical, criando comissões sindicais de imprensa etc. Relembramos as palavras de Joaquim sobre esses fatos: é claro que ninguém está totalmente preparado para uma mudança e renovação tão profundas... Partimos para o segundo escrutínio, com a clareza de que o adversário tinha significação político-eleitoral e que se fazia necessário o esforço de todas as forças interessadas em nossa política sindical para derrotarmos a aventura... As fábricas foram divididas em 5

grupos... Concentramos nossos esforços no sentido de manter os votos onde obtivemos vitória e tentar dificultar a transferência dos votos da chapa 3, no 1º escrutínio, para os da chapa 2... Outra grande batalha foi a jornalística. Realizamos grande esforço para neutralizar a cobertura que a oposição vinha conseguindo na grande imprensa para suas difamações (TV Globo, Folha de S.Paulo)...”⁽³⁵⁾

Na conclusão do documento, o PCB explicitava as suas novas tarefas: “... garantir uma política que fortaleça a unidade entre as várias forças políticas da nova diretoria. Convém frisar que essa é a frente mais ampla que conseguimos formar em um sindicato desde a nossa reconstrução... Redobrar os esforços na modernização do Sindicato. Fundamental é a imprensa sindical atuante que ajude a ligação do Sindicato com as fábricas e departamento médico e jurídico com compreensão das prioridades políticas e o seu importante papel na luta sindical em geral... Criação de um pacto de unidade e ação entre os sindicatos metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos (PUAM)... Luta contra a recessão e desemprego, forjando uma ampla frente, dos trabalhadores aos empresários, capaz de impor recuos e derrotas à política recessionista do governo e campanha salarial de 1981, evento fundamental para o fortalecimento da unidade da categoria...”⁽³⁶⁾

Para o lado das Oposições Sindicais destacam-se os dados positivos para ampliar a participação e a politização da luta sindical, do que ficou uma lição: a falta de uma política sindical bem definida e unificadora possibilitou que os grupos ligados à US preenchessem os

(35) Cf. Balanço Eleitoral, agosto de 1981 em “Metalúrgicos de São Paulo”, documento já citado, pp.36, 37, 38.

(36) Idem, pp.39.

espaços vazios deixados e encontrassem guarita do Sindicato que sentindo-se ameaçado pelo avanço das lutas do mundo do trabalho procurava uma política de "modernização".

Esse foi o momento decisivo da heterogeneidade política e sindical, assim como do lamentável quadro deixado pela atuação das esquerdas sindicais, em especial das esquerdas tradicionais representadas pelo PCB e adjacências e pelo PC do B, no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Esse quadro favoreceu o processo de modernização conservadora do Sindicato e também os empresários do setor que extraíssem vantagens das divergências operárias e sindicais. O saldo negativo desse processo recaiu sobre a maioria dos metalúrgicos que (na luta para encaminhar e superar seus problemas essenciais de sobrevivência e de emprego) necessitavam de maior unidade política de suas lideranças e de um sindicato unificado e combativo no confronto com o patronato e com a política de recessão e de arrocho salarial do governo agravada a partir de 1981. Nesse ano a campanha salarial dos metalúrgicos dirigida pela "nova" diretoria foi marcada pela desmobilização (apenas 500 operários participaram da assembléia para aprovação do elenco de reivindicações); pela divisão definitiva entre a chapa 2 e a chapa 3 de oposição, sendo que essa última aproximava-se da situação sindical; e pela tentativa do Sindicato de negociar a manutenção de 100 mil empregos em troca do adicional de produtividade. Os empresários aproveitaram-se da situação - categoria desmobilizada e divisão entre os militantes, operários e sindicais - para obter um acordo favorável aos patrões, sem nenhum compromisso com a questão da estabilidade no emprego e oferecendo um piso salarial pela

metade do valor reivindicado. Diziam: "não acreditamos em greves este ano, eles estão desmobilizados". O Sindicato organizou um ato de protesto, em 29 de outubro, com a fraca participação de 150 operários. No dia seguinte, uma assembléia com 1.500 trabalhadores aprovava a proposta patronal.⁽³⁷⁾

(37)Conforme os dados recolhidos pelo "Informativo Popular Latino Americano" nº 11, set./out. de 1981, pp.12 e 13.

5 - O Sindicato na Ofensiva - 1982/1983

Com a derrota (por pouca margem de votos) da oposição nas eleições de 1981 e no quadro da desmobilização operária, a velha direção sindical agora com a "nova" diretoria - respaldada por setores da esquerda tradicional - passou a ofensiva no sentido de acelerar e aprofundar o processo de modernização conservadora. O objetivo era confundir e aniquilar o trabalho da oposição sindical assumindo inclusive algumas de suas propostas principais para não correr mais riscos diante das tentativas de implantação de um novo sindicalismo em São Paulo. A disputa política entre os militantes da oposição e do Sindicato após as eleições, passava a se dar principalmente em torno dos problemas e dentro das fábricas. Uma das medidas que retratam esse fato foi o próprio lançamento do suplemento semanal do jornal "O Metalúrgico", cujo objetivo era apoiar o trabalho dos diretores do Sindicato junto às fábricas. Observemos a "chamada" do número 1: "Este é o primeiro suplemento do nosso jornal 'O Metalúrgico'. Ele sairá toda semana, às quinta-feiras. Vem para informar o trabalhador o que se passa dentro das fábricas da cidade, do Brasil e do mundo. Fala dos nossos problemas como a saúde e sobre as leis trabalhistas. É mais um elemento para nossa organização. Leva a orientação do Sindicato aos companheiros. Discuta os assuntos do suplemento na sua fábrica. Passe adiante. Envie denúncias. Esta página está aberta para a palavra do trabalhador metalúrgico". <ee>

(38) Cf. "O Metalúrgico" Suplemento Semanal do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, nº 01, 25 de março de 1982, pp.1. Acompanhamos "passo a passo" este processo que pelo lado da ação sindical foi exemplarmente retratada nesse Suplemento que era um meio de atingir os metalúrgicos dentro das fábricas a partir de seus problemas; era também uma das formas de ampliar a organização do sindicato nas fábricas, algo bastante estranho à concepção conservadora do sindicalismo brasileiro. Consultamos do nº 1 de 25 de março de 1982 ao nº 78 de março de 1984 do suplemento semanal.

Outra medida complementar foi a dinamização do trabalho do Sindicato nas 5 sub-sedes: uma na Vila Liviero (próximo à via Anchieta), uma na Lapa, uma na Vila Prudente, uma em Santo Amaro e uma em Socorro. As sub-sedes eram locais de apoio ao trabalho dos diretores do Sindicato agora distribuídos em 13 setores de atuação no Município de São Paulo. <39>

Fato curioso, a mudança do nome "Décio Malho" para "Sindicato nas Fábricas" na imprensa sindical, (jornal mensal "O Metalúrgico", Suplemento Semanal e Boletins de Fábrica) que demonstrava a preocupação da direção sindical em aparecer ao público com a feição "renovada". As alianças do Sindicato com a esquerda tradicional, que mantinha empresa especializada em assessoria de imprensa sindical (OBORÉ LTDA.) tornavam sua atuação mais competente, sutil e profissional. Como dizia uma das diretrizes sindicais do PCB o trabalho deveria ser bem planejado e de bom nível político de elaboração. <40>

A modernização do Sindicato estava em curso e a estratégia principal era enfrentar e administrar o problema da heterogeneidade e diversidade do setor no Município, criando condições de resposta aos principais problemas sociais da categoria metalúrgica. Com isso o Sindicato procurava ampliar o seu trabalho: nas grandes empresas do setor, na área de saúde - em 16 de Junho de 1982 o Sindicato criou o CEPESAT - Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Saúde do Trabalhador

(39) Esses dados estão em "Ação Sindical", documento preparado para o 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo - 29 de abril a 19 de maio de 1983. Em cada setor tinha um ou mais diretores para encaminhar a política sindical de aproximação das fábricas. Ver o Anexo "Mapa dos Setores" com os nomes dos diretores responsáveis.

(40) O serviço de assessoria de imprensa da Oboré começava a surtir efeito e a mudança de nome ocorreu por volta de julho de 1982, conforme o Suplemento Semanal nº 17.

Metalúrgico -, na área de educação sindical, no que dizia respeito à questão da mulher metalúrgica, na questão dos aposentados, dos desempregados e principalmente nas questões políticas mais amplas em torno da luta contra a crise.

Essa política trouxe resultados em 1982, conforme os registros do Suplemento Semanal: em junho/julho, é criada a Comissão de Fábrica da Ford Ipiranga ligada a OSM, que o Sindicato procurava divulgar e influenciar; em agosto o Sindicato informava ter ocorrido oito greves contra o não-cumprimento da lei de reajuste e as demissões em fábricas como Monark, Telefunken, Fiel, Solnar (do grupo Sharp), Gradiente, Eluma, Sofunge, do grupo Mercedes Bens e Motores Elétricos do Brasil, algumas delas redutos da OSM; entre agosto e novembro a campanha salarial foi encaminhada mais efetivamente contando com uma maior participação dos metalúrgicos e ameaça de greve - "estamos em estado de greve pois os patrões não responderam ao aumento salarial, comissões de fábrica e garantia no emprego". A assembléia que aprovou o acordo contou com 5 mil trabalhadores e o Sindicato exaltava as conquistas (4% de aumento real, INPC para todos que ganham até Cr\$ 235.680, eleições para as CIPAS, multas nas fábricas que atrasarem o pagamento etc.). Em dezembro Joaquim candidata-se à CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, à frente de uma chapa oposicionista versus a chapa situacionista de Ari Campista, presidente da entidade desde 1964. No mesmo mês Sindicato lança uma Campanha Nacional pela Estabilidade no Emprego. (4)

(4) Todos esses dados foram extraídos de pesquisa do Suplemento Semanal de "O Metalúrgico" de 1982, já citado.

Para o Sindicato, que desde 1964 firmava-se em uma concepção conservadora de sindicalismo - restrita a uma atuação clientelista, jurídica e assistencialista de base social limitada, antidemocrático e desorganizador das lutas operárias - esse processo significou uma "virada" e continuamos afirmando que isso só foi possível pela ação dos aliados da esquerda tradicional.

Em agosto de 1982 um documento assinado pelos metalúrgicos do PCB, explicitava os passos dados até então, bem como antecipava os próximos, no sentido do aprofundamento do processo de "renovação" e fortalecimento do Sindicato. <42>

Pela sua importância passemos pelas idéias principais: a partir de uma análise da conjuntura política e econômica, com ênfase nesta última, aos problemas da recessão e do desemprego, o documento justificava o apoio do PCB à chapa 1 do Sindicato em 1981. "... Nas eleições sindicais o ponto principal da plataforma eleitoral da chapa 1, apoiada por nós, foi a luta contra o desemprego... Os comunistas têm dado uma contribuição significativa nestas transformações e no avanço da política do Sindicato... Nossa aliança com a equipe principal do Sindicato foi em 79/80, sua base política foi a disposição da Direção do Sindicato em elaborar e colocar em prática um plano de ação sindical: reorientar o trabalho assistencialista e clientelista para uma ação permanente de mobilização e organização dos trabalhadores nas fábricas; redirecionar o

(42) Estivemos em 1984 visitando por várias vezes, o setor de Planejamento e Organização de Base do Sindicato e na ocasião conversamos com seus responsáveis. Foi possível constatar de perto a estrutura "profissional" montada para apoiar a estratégia sindical. Obtivemos em seguida a informação de que este setor foi organizado com base na experiência do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, é o velho alimentando-se do novo sindicalismo para o seu processo de modernização conservadora.

trabalho sindical que priorizava as pequenas e médias empresas para uma concentração da ação junto aos trabalhadores das grandes empresas; contratação de profissionais, jornalistas, economistas, médicos etc., para dar suporte técnico à ação sindical; e abertura para as forças políticas que se dispusessem a trabalhar lealmente em conjunto com a diretoria, para viabilizar esse plano de trabalho." Na visão do documento, o Sindicato vinha desde 1979 e 1980 colocando em prática estes pontos do plano; a partir da constituição da nova diretoria (em 1981) foram criadas as condições políticas e técnicas para o aprofundamento e aceleração do processo de renovação e fortalecimento do Sindicato. Uma das medidas mais importantes neste processo foi a reorganização das subseções do Sindicato e a ampliação dos setores de atuação no Município de São Paulo, baseado em um trabalho "profissional" de planejamento e organização. (43)

Os resultados da nova organização do Sindicato, termo utilizado no documento em discussão, foram apontados da seguinte maneira: "... cresceu a influência do Sindicato na zona sul, **reduto tradicional da Oposição Sindical** (grifo nosso). As recentes greves na Telefunken, Sharp, Fiel, Eluma, Gradiente foram deflagradas sob o comando do Sindicato; cresceu a penetração do Sindicato nas grandes empresas (exemplo da Ford - hoje o panorama é diferente do anterior quando a chapa 1 foi derrotada nessa empresa); a área de imprensa e comunicação foi ampliada assim como a participação nos assuntos gerais etc.; todas essas iniciativas convergem para a construção das bases materiais e funcionais de um sindicato representativo, independente, implantado e

(43) Referimo-nos ao documento "Avançar a Luta" de agosto de 1982, em "Metalúrgicos de São Paulo" - Documento 1979-1983, já citado, pp.40 a 52.

organizado nas empresas; junto aos trabalhadores e influente na sociedade"... Com respeito à avaliação da política de alianças no Sindicato o documento revela que: "... quanto à equipe principal do Sindicato o relacionamento foi baseado no respeito, harmonia, diálogo e discussão..., quanto às outras correntes de esquerda na direção do Sindicato houve atritos no início... Em relação à Oposição Sindical, após a derrota eleitoral a OSM declinou. Alguns grupos continuaram realizando um trabalho paralelo com escassa repercussão... Apesar da expressiva votação da OSM, a derrota agudizou a divergência, por outro lado, todo o Plano de Ação Sindical reduziu drasticamente seu campo de ação (destaque nosso)."⁽⁴⁴⁾

O PCB entendia que a Oposição Sindical estava dividida em duas correntes: uma não acreditava nas mudanças do Sindicato (acreditamos que se referiam aos operários agrupados na "OSM Santo Dias"); e outra que aceitava as mudanças (com referência a chapa 3 - "União Metalúrgica" apoiada pelo PC do B). Estes últimos poderiam ser integrados ao trabalho unitário no Sindicato. Finalizando o documento declarava-se que o número de metalúrgicos organizados e sindicalizados havia sido multiplicado e chamava a atenção ao seguinte aspecto considerado mais positivo do trabalho partidário no Sindicato que foi o bom entrosamento entre os intelectuais e os operários; como se vê, o ideário da modernização conservadora estava muito bem retratado na política sindical do PCB, particularmente no trabalho e no discurso da imprensa sindical sob sua influência.

(44) Cf. documento "Avançar a Luta", *idem*.

Os exemplares do "Metalúrgico" - Suplemento Semanal, demonstravam a eficiência do trabalho de imprensa, que não poupava espaço para enfatizar a ação do Sindicato nas fábricas. Cada luta dos operários nas fábricas, seja em torno de salários, condições de trabalho, do despotismo fabril, das reivindicações de organização e participação na empresa, aspectos legais etc., era acompanhada pelo diretor do setor que registrava o evento e procurava retornar (através de boletins de fábrica) os resultados conquistados. Inclusive as comissões de fábrica, bandeira principal da luta da OSM, foram priorizadas na perspectiva de comissões sindicais de fábrica. <40>

Dessa forma estruturado o Sindicato atinge o movimento dos metalúrgicos nas fábricas, estabelecendo com ele um contato direto através dos diretores setoriais, numa real política de descentralização da ação sindical, ampliando e dinamizando seu trabalho junto aos metalúrgicos. O controle e a difusão massiva de informações (uma das características da profissionalização do Sindicato foi a informatização através de microcomputadores de sua administração e planejamento da ação sindical) ajudavam a operacionalizar a política sindical, cujo traço essencial era a pulverização do movimento nas fábricas. O registro e a informação das lutas fabris visava, sobretudo, ao retorno aos operários dos resultados das ações empreendidas, assegurando ao Sindicato a memória e o controle desse processo.

(40) Conforme "Os Princípios para Constituição de Comissão de Fábrica do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo". A idéia da integração da comissão de fábrica com a empresa e sua dependência ao Sindicato marcavam a concepção do Sindicato sobre as comissões de fábrica em contraposição às concepções da Oposição Sindical Metalúrgica que acreditava nas comissões como um instrumento de luta e confronto de Classes. Ver Anexo IV.

Ver, a seguir, quadro resumido do movimento nas fábricas metalúrgicas, registradas pelo Sindicato nos anos de 1982 e 1983.

Quadro 6

REGISTRO DO MOVIMENTO NAS FÁBRICAS METALÚRGICAS^(*)
1982-1983

PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	1982 QTDE. DE FÁBRICAS MENCIONADAS DO TOTAL DE 112	1983 QUANTIDADE MENCIONADAS DO TOTAL DE 82
1. SALÁRIO	21	20
2. EMPREGO	23	28
3. CONDIÇÕES DE TRABALHO	27	19
4. ORGANIZAÇÃO NA FÁBRICA	12	05
5. PODER E DESPOTISMO FABRIL	24	06
6. ASPECTOS LEGAIS	19	04
FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZAÇÃO		
1. GREVES/PARALISAÇÕES DO TRABALHO	22	28
2. REUNIÃO/ASSEMBLÉIA/NEGOCIAÇÃO NA FÁBRICA	01	10
3. COMUNICAÇÃO/DENÚNCIA	68	38
4. PRESENÇA DE ORGANIZAÇÃO NA FÁBRICA	20	14

(*) Dados extraídos do "Metalúrgico" - Suplemento Semanal, 1982/1983.

Os problemas e reivindicações, bem como as formas de encaminhamento e organização, eram descritas na seção "O Sindicato nas Fábricas", que destacava a ocorrência de greves ou paralisações parciais do trabalho (entre março de 1982 e dezembro de 1983 ocorreram 50 greves por empresa, a maioria delas em torno das questões salariais e de defesa do emprego), e a presença de organizações na fábrica, fossem comissões de fábrica, delegados sindicais, eleições para CIPA, comissões de

negociação e de fiscalização do acordo salarial (34 mencionados no período).

Essa era a prática que imprimia ao Sindicato uma feição "modernizante" de sindicalismo, obscurecendo a sua prática conservadora do passado recente, isto é, após 1964. Ou seja a concepção modernizante funde-se com a concepção conservadora sem superá-la por completo, mas mantendo-a. Essa modalidade servia como referência ao espectro amplo do sindicalismo de estado, burocrático e oficial no Brasil, no sentido de representar uma possibilidade de ação "modernizante", implantada lenta, gradualmente e com segurança, onde o "velho" permanece com a feição de "novo". (46)

E no caso em questão, a política sindical do PCB, MRB e outros, foi decisiva pois, ao ingressarem na diretoria do maior Sindicato da América Latina compensavam e contrapunham-se a sua fraqueza política, caracterizada pela conduta subordinada à chamada frente democrática. Nesse sentido eram incapazes de naquele momento prescindir de Joaquim ou da chamada equipe principal do Sindicato, para implantar uma política sindical de feição moderno-conservadora. De um outro lado, Joaquim necessitava abrir o espaço do Sindicato para as correntes da esquerda tradicional para não correr o risco de perdê-lo por completo. Com astúcia jogou no aprofundamento da heterogeneidade política presente na esquerda sindical e no setor metalúrgico de São Paulo.

(46) O processo de modernização conservadora do Sindicato assemelhava-se à proposta preconizada pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG), sob o título "As Necessidades de Modernização Institucional na Área Sindical no Brasil", Ministério do Trabalho, RJ, 29/07/1982.

O ano de 1983 levou ao auge o processo de modernização conservadora do Sindicato. Desde janeiro a "nova" diretoria procurava ocupar espaços político-sindicais e junto a 14 federações e 137 sindicatos, chamava para mobilização em defesa da Lei Salarial com reajustes semestrais tomando as seguintes decisões: manifestações nas portas de fábrica; assembléia ou reunião por fábrica; protestos em Brasília; arrecadação de fundo de greve; preparação de uma GREVE GERAL em defesa da política salarial. A chamada para uma greve geral de protesto - greve com hora marcada para começar e acabar - enfatizava a organização em cada fábrica.⁽⁴⁷⁾ Assim, o Sindicato preparava o 69 Congresso dos Metalúrgicos - Os Trabalhadores e a Crise.

A realização do 69 Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, entre 29 de abril e 19 de maio de 1983, representou um momento importante vivido pelo Sindicato, pois a mobilização resultou na presença e participação de 1.128 delegados eleitos nas fábricas, dado reconhecido pela OSM. O exame das resoluções do 69 Congresso (publicadas pela revista do Sindicato, cuja capa estampa o título: "A Força da Unidade") comprova que o Sindicato buscava aparecer de "cara" nova. A quarta capa desta revista exaltou-se o 19 de maio de 1983 como um dia de luta: "... Neste 19 de maio de 1983, os metalúrgicos foram às ruas. Como parte de seu 69 Congresso levaram a mensagem de unidade e de luta. As resoluções do Congresso, aprovadas na plenária do dia anterior, já começavam a ser colocadas em prática, de forma organizada. É esse ânimo necessário, na

(47) Cf. "O Metalúrgico" - Suplemento Semanal, jan. e fev. de 1983.

luta para vencer uma crise que transforma homens dignos em escravos e submete o Brasil à humilhação internacional...“(48)

Após esse evento, o Sindicato dirigiu uma passeata de metalúrgicos desempregados e encaminhava através dos seus diretores e subsedes a mobilização nas fábricas em torno da defesa do emprego e da luta contra a política de arrocho salarial.(49) Começava a preparação da greve geral - cuja realização e desdobramento posteriores foram decisivos para os rumos do Sindicato. Antes porém da análise do contexto da greve geral, examinaremos brevemente a atuação da Oposição Sindical Metalúrgica diante desses acontecimentos.

(48) Cf. documentos de mobilização para o 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo: Os trabalhadores e a Crise: AÇÃO SINDICAL, POLÍTICA ECONÔMICA, DESEMPREGO E SALÁRIO. No final de cada documento havia uma chamada informando sobre como participar do 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo. Ver também, Revista do Sindicato, publicação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, nº 1, ano 1, maio de 1983. As resoluções foram divididas em três tópicos: Ação Sindical, Desemprego e Salário e Política Econômica. A frase 1º de Maio: um dia de luta, era originariamente utilizada pela oposição Sindical Metalúrgica.

(49) Cf. "O Metalúrgico", maio de 1983.

6 - A Oposição nas Fábricas, Sobrevive

O processo de modernização conservadora do Sindicato contava, como vimos, com a absorção de militantes mais moderados da esquerda sindical tradicional e também da oposição metalúrgica que privilegiavam a atuação dentro da estrutura sindical, ocasionando do outro lado, um esvaziamento da OSM. Após a derrota nas eleições de 1981, os grupos em torno da chapa 2 procuravam manter o trabalho de oposição, já não mais a um sindicato desorganizador das lutas e totalmente dependente do Estado, mas a um sindicato que buscava modernizar-se e passar à ofensiva, aproveitando o contexto de refluxo das greves e da desmobilização operária em São Paulo e no Brasil.

A OSM nesse contexto passava à defensiva, pois, não havia conseguido ser uma alternativa concreta de direção sindical, fato que, juntamente com a recessão econômica, resultou na fraca mobilização da campanha salarial de 1981. Nos anos seguintes a OSM recuperava-se devido ao seu enraizamento nas fábricas, voltando à cena, numa perspectiva antagônica e de denúncia ao processo de modernização conservadora do Sindicato, cujo conteúdo baseava-se na absorção de propostas que em grande parte era originalmente sua. Na verdade o Sindicato absorvia com ressalvas, filtrando, e adequando as bandeiras da oposição à sua política, como no caso exemplar das Comissões de Fábrica, que na concepção da direção sindical deveriam ser fundamento do Sindicato na fábrica. A OSM defendia a independência das Comissões em relação ao

Sindicato, e a construção de um novo sindicalismo com base nas Comissões de Fábrica.»⁽⁵⁰⁾

O Sindicato, através do domínio do processo de informação e comunicação com a base metalúrgica, passou a disputar politicamente com a oposição, inclusive dentro de algumas fábricas onde a OSM predominava. Casos como os da FORD, TELEFUNKEN, ARNO, VILLARES, PHILCO, MONARK, SHARP, FIEL, ELUMA, GRADIENTE etc. são exemplos de onde ocorria essa disputa.

A OSM reagia, denunciando a forma conservadora da atuação sindical nas fábricas e delimitando as diferenças de concepções nessa luta. Vejamos alguns exemplos documentados pelo jornal da OSM "Luta Sindical", seu principal meio de luta política e ideológica junto aos metalúrgicos.»⁽⁵¹⁾

No final de 1981, a Massey Ferguson ameaçou demitir 180 operários devido à transferência da fábrica para outro lugar. A resposta dos trabalhadores foi eleger uma comissão de trabalhadores que se reunia dentro e fora da fábrica com apoio da OSM (Comitê de Apoio de Taboão e Campo Limpo), para negociar diretamente com a empresa, sendo que todas as decisões deveriam ser aprovadas em assembleia dentro da fábrica. Na empresa havia, desde 1977, um Grupo de Fábrica apoiado pela OSM. Daí a referência ao Sindicato: "O Sindicato não fez nada... é preciso reconquistar o sindicato". A luta resultou na suspensão das demissões,

(50) Ver "Teses da Oposição Sindical Metalúrgica sobre Comissões de Fábrica" no Anexo IV, ao final deste trabalho.

(51) Consultamos o jornal "Luta Sindical" do número 12 ao 41, out.1979 a nov.1983, para acompanhar os acontecimentos da ótica da Oposição Sindical Metalúrgica.

estabilidade até 31 de março e para todos operários e membros da comissão de trabalhadores. Outro caso no mesmo período ocorreu na Telefunken, onde a OSM referia-se ao Sindicato da seguinte maneira: "Três diretores do Sindicato foram à assembléia de fábrica, chefiados por Zé Maria, (diretor) para renovar a proposta de compensação de horas e não disseram uma palavra sobre as demissões e o fechamento da fábrica. Contaram as vantagens do Sindicato como colônia de férias e assistência médica, mas não falaram dos problemas principais da fábrica".⁽³²⁾ A OSM empreendia uma batalha constante contra o caráter assistencialista e legalista de atuação do Sindicato.

Esses exemplos caracterizam a forma como a OSM posicionava-se frente à política sindical nas fábricas. Em quase todos os boletins distribuídos nas fábricas havia uma denúncia ou uma referência crítica à direção sindical, descritas posteriormente na seção "Por Dentro das Fábricas" do jornal "Luta Sindical". Nesse sentido, frases como "O Sindicato não resolveu nada, o Sindicato não apareceu, o Sindicato é pelego, o Sindicato só faz promessas, o Sindicato passa por cima dos trabalhadores etc." eram constantes.

Um caso significativo da disputa político-sindical entre Oposição e Sindicato na fábrica ocorreu na FORD, no processo de criação da Comissão de Fábrica. A OSM defendia que a C.F. não era do Sindicato, era

(32)Os dois casos estão no "Luta Sindical" nº 21 dez.1981 na seção POR DENTRO DAS FÁBRICAS. A referência ao grupo de fábrica no caso da Massey merece uma explicação: a OSM entendia que o grupo de fábrica deveria reunir os operários mais conscientes e combativos, ser semiclandestino e ter o papel de organizar todas as lutas e reivindicações da fábrica e promover a agitação no interior das mesmas, impulsionar e participar dos comitês e reuniões INTERFÁBRICAS e lutar para criação e continuidade das COMISSÕES DE FÁBRICA. A C.F., diferentemente, é formada por operários eleitos por todos os trabalhadores da fábrica para lutar contra a exploração patronal e solucionar os problemas dentro da fábrica. "Luta Sindical" nº 2, nov.81.

fruto da própria organização e luta dos trabalhadores; acusava o Sindicato de querer formar uma comissão pelega, dependente e de querer "ganhar" nome no processo que anteriormente ele não havia apoiado. A luta pela C.F. havia começado com a greve de 1979 e na ocasião o Sindicato negava o apoio; entre 1980 e 1981 através de reuniões de grupos internos na fábrica com destaque para os operários da ferramentaria, decidiu-se criar uma Comissão de Fábrica Provisória e abrir negociações para a definitiva. Em 1982 já com a participação do Sindicato, foram eleitos 15 membros da Comissão em assembléia na sede do Sindicato. Enquanto o Sindicato dizia que a "Comissão de Fábrica é o Sindicato na empresa", a OSM dizia que a C.F. não tem dono, e nem é o braço do Sindicato dentro da fábrica, defendendo sua independência e afirmando seu caráter de representação da vontade de todos os companheiros da fábrica, sendo a assembléia de fábrica a instância mais importante de decisão. O desdobramento final definiu um caráter semi-autônomo à Comissão de Fábrica eleita, pois o Sindicato, de acordo com o estatuto, poderia avocar para si a questão de uma discussão, um litígio entre a C.F. e a direção da empresa, em busca de uma solução negociada. «»»

O caso da FORD demonstra o acordo a que chegaram a Oposição e o Sindicato, apesar da tensão permanente entre essas instâncias, pois a coordenação da Comissão de Fábrica era ligada à OSM, que buscava resgatá-la como fruto de sua luta histórica, bem como afirmar sua

(33)As referências sobre o processo de criação da Comissão de Fábrica da FORD em São Paulo podem ser encontradas em diversos números do "Luta Sindical", em especial o nº 26, de maio de 1982 e do "O Metalúrgico" no período analisado. Examinamos também o regulamento da Comissão de Fábrica da FORD Brasil S/A., agosto de 1982, os boletins da Comissão de Fábrica entre 1982 e 1983 em "COMISSÃO DE FÁBRICA-DOSSIÊ, CPV", 1984 e um debate com os membros da Comissão de Fábrica da FORD no jornal Voz da Unidade de 10 a 16 de agosto de 1985.

autonomia na prática, dentro da fábrica. A título de complemento, a OSM considerava o caso da ASAMA como uma verdadeira comissão, pois, além do caráter autônomo e independente, relegava ao Sindicato, segundo o Estatuto, papel de órgão consultivo da Comissão podendo ser solicitado em termos de assistência técnica ou jurídica quando fosse necessário. (54)

Na realidade, a disputa entre a OSM e Sindicato dava-se em relação aos vários organismos criados na fábrica, fossem as CIPAS, comissões de fiscalização de horas, comissões de negociação e outros de menor importância. Esses organismos eram instrumentos importantes, de caráter legal, nos quais Oposição e Sindicato procuravam influenciar à medida que contribuía para iniciar o processo de construção das Comissões de Fábrica. Para ilustrar essa questão, observemos a visão da OSM nas seguintes passagens: "A CIPA que precisamos: Nos meses de maio a junho em quase todas as fábricas e empresas com mais de 50 trabalhadores deve haver eleições para CIPA... Algumas estão fazendo eleições, escolhendo seus representantes, outras continuam com os chefes indicando... As CIPAS não têm correspondido às suas funções e aos anseios dos trabalhadores eliminar os acidentes, ter boas condições de higiene e impedir a produção ou serviço em que a vida do trabalhador esteja em perigo, obrigar a empresa a fornecer todas as condições de segurança e higiene evitando doenças" ...e a "CIPA que queremos: 1- escolher para a CIPA companheiros combativos; 2- divulgar nas reuniões da CIPA por toda a fábrica; 3- as CIPAS devem, apresentar um plano de reivindicações e

(54) Cf. art. 49, Cap. II e art. 99 do CAP. IV dos Estatutos da "COMISSÃO REPRESENTATIVA DOS TRABALHADORES DA ASAMA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS S/A", eleita à 24 de junho de 1982 mimeo. Há vários documentos (mimeo) sobre a atuação da Comissão da ASAMA, inclusive o Jornal da Comissão (nº 11 - abril e nº 2 maio de 1983), DOSSIÊ DO CPV 1984.

colher sugestões e 4- procurar manter contato com as fábricas próximas...". Sobre a Comissão de Fiscalização de Horas, acompanhemos o seguinte caso: "... toda a fábrica que trabalha em regime de compensação de horário, seja para o sábado ou para pagar dias compensados por feriados, tem direito a uma comissão de fiscalização eleita pelo pessoal da fábrica com estabilidade de dois anos... O Sindicato na fábrica (Villares) (através do diretor Nicolau) convocou uma assembléia e conversou antes com o chefe do DRI (Departamento de Relações Industriais)... provocou o acordo de compensação e acabou a assembléia, deixando todo mundo sem saber quem fica na Comissão... (denúncia) O Sindicato vem fazendo isto em outras fábricas, não avisam os operários do direito da Comissão, ou então levam direto os nomes para a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) homologar... é assim com a CIPA e assembléia de campanha salarial... Fique de olho na sua fábrica... Procure junto com seus companheiros discutir a eleição desta comissão de fiscalização na sua fábrica.<ee>

Levando-se em consideração as contradições entre trabalho e capital na produção industrial, a disputa entre Oposição e Sindicato era extremamente negativa, uma vez que poderia resultar na divisão entre os operários na fábrica e certamente favorecer o empresariado do setor nos momentos de luta, confronto e negociação em torno dos problemas do mundo do trabalho, vistos e analisados anteriormente. De outro lado, e aqui o aspecto positivo, os eventos assinalados evidenciam a importância da luta pela democratização da fábrica, passo necessário para a melhoria da

(55) Sobre a "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes" (CIPA) ver "Luta Sindical" nº 27 junho de 1982; sobre o caso da Comissão de Fiscalização na Villares ver "Luta Sindical" nº 28, julho de 1982.

qualidade de vida no trabalho. Essa questão em vez da divisão sindical, deveria ser uma das finalidades da luta operária e sindical.

Em meio a esses acontecimentos entre agosto e setembro, a OSM publicou dois artigos, onde procurava definir politicamente a sua conduta diante da atuação da direção sindical.⁽⁵⁶⁾ O primeiro, partia da indagação: "O que está acontecendo atualmente no Sindicato? A diretoria que era contra a reivindicação de 40h semanais hoje está a favor. Era contra e ajudou os patrões a destituírem várias comissões de fábrica formadas em 1978, e hoje está defendendo as comissões. Era contra alugar as sub-sedes nas regiões, pois era coisa de "divisionistas", e hoje está alugando salas em várias regiões. O que houve O que vemos agora nos boletins e Jornais do Sindicato são coisas como: "guerra contra o desemprego, reforma agrária, tributária, financeira e as novidades sindicais: comissão de fábrica, sindicato de luta etc..."

A oposição reconhecendo as mudanças da orientação sindical, as explicitava através de dois argumentos: o primeiro partia da situação de crise política e econômica do país que levava os trabalhadores à luta e - peleguismo do tipo Joaquim precisava ser substituído; o segundo dizia que a equipe "nova" aliada ao sindicato tinha objetivos bem claros que começavam a aparecer. Era o resultado da política de alianças com o peleguismo como via de acesso a estrutura sindical para recuperar a influência política no movimento sindical brasileiro..

(56) "POR QUE SOMOS OPOSIÇÃO" em "Luta Sindical" nº 29, agosto de 1982 e nº 30, setembro de 1982.

A explicitação mais convincente dos argumentos aparece no artigo seguinte: em primeiro lugar, afirma que as mudanças ocorridas não são diferentes da velha prática de fortalecer uma política paternalista, onde a idéia que prevalece é o "sindicato luta por você"; em segundo lugar, demonstra que o Sindicato encampou as antigas reivindicações da Oposição Sindical; em terceiro lugar, encampou as Comissões de Fábrica, com as diferenças já assinaladas, em quarto lugar, aponta que a direção atual quer reforçar o Sindicato como ele é enquanto a oposição quer a sua transformação com base na democracia e na luta operária nas fábricas; em quinto lugar critica a idéia do Sindicato como chefe do movimento e defende que o Sindicato deve ter uma verdadeira direção que represente os trabalhadores organizados no local de trabalho e que seja um instrumento de organização e de luta dos trabalhadores contra a estrutura sindical controlada pelo governo, contra os patrões e contra o capitalismo. <8>

Seguindo essa linha, a Oposição, em relação ao VI Congresso dos Metalúrgicos, dedicou uma edição extra do "Luta Sindical", intitulada "(Outro Lado do Congresso)", para mostrar sua perspectiva e denunciar a condução da diretoria do Sindicato, que aceitava as propostas da Oposição, como uma forma de continuar enganando os trabalhadores. A Oposição, no entanto, constatou aspectos positivos na realização do Congresso, particularmente a participação efetiva de metalúrgicos combativos nas fábricas. Mesmo assim, insistia em delimitar a existência de duas propostas divergentes para a ação metalúrgica. "A primeira, defendida pela diretoria, apresenta uma proposta de que devemos nos

(57) "POR QUE SOMOS OPOSIÇÃO" em Luta Sindical, nº 30 de setembro de 1982.

juntar com os patrões brasileiros, reforçar a pequena indústria, para lutar contra os patrões estrangeiros. Defende também a estrutura sindical do jeito que está e acham que as comissões de fábricas devem ser "paus mandados" da diretoria. São contra a democracia no sindicato e contra todo o debate que vise ajudar a gente a encontrar um caminho correto. A segunda, defendida por nós, da Oposição Metalúrgica de São Paulo, apresenta a proposta de que os trabalhadores não devem pagar a crise criada pelos patrões. Que só com a união dos trabalhadores da cidade e do campo defendendo seus interesses de classe é que poderemos sair da crise. Não acreditamos e nem temos ilusões com os patrões nacionais - eles estão compromissados com as multinacionais mais do que com os interesses dos trabalhadores brasileiros. Defende a mudança radical da estrutura sindical controlada pelo governo e acha que as comissões de fábrica juntas, através de uma coordenação, terão um papel de direção fundamental e garantirão que os interesses da classe sejam mantidos nas lutas do dia-a-dia dos trabalhadores." <ee>

Fato significativo denunciado pela Oposição foi a desconsideração no 6º Congresso da proposta da delegação da FORD, fábrica onde os trabalhadores são mais bem organizados no setor. Essa proposta defendia: ... "1- eliminar toda a burocracia para sindicalização; 2- que o Sindicato organizasse e encampasse a luta dos desempregados; 3- eleger uma comissão no Congresso para acompanhar a aplicação das resoluções; 4- iniciar a campanha salarial a partir do Congresso, elegendo as comissões de salários e mobilização; e 5 - chamar outras categorias a fazerem seus congressos, estimulando a construção da Central Única dos

Trabalhadores...“⁽⁵⁹⁾ Nas palavras da Oposição, a diretoria do Sindicato e a mesa do Congresso “manobraram” para anular o esforço dos trabalhadores da FORD e de outras fábricas.

Ainda no mesmo documento, a Oposição declarava sua posição em diante da questão da central sindical, divergindo da postura da diretoria do Sindicato. A Oposição defendia a idéia da CUT, independente da Estrutura Sindical, e por conseguinte a exclusão do peleguismo, das federações e confederações. A proposta aprovada em uma comissão do 6º Congresso, “Após a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, serão extinguidas as federações e confederações dos trabalhadores”... foi omitida mais uma vez da plenária final. E isso era óbvio, pois, além dessa proposta ferir frontalmente a posição da direção sindical, esta planejava o seu futuro, quer dizer da expansão política do sindicalismo conservador-modernizado, com apoio dos sindicatos atrelados à estrutura sindical oficial.⁽⁶⁰⁾

Essa conduta combativa da Oposição em denunciar constantemente a ação do Sindicato não conseguia, de outro lado, esconder o verdadeiro fato: sua incapacidade em alterar os rumos dos acontecimentos sob a direção e oriundos da modernização conservadora do Sindicato que alteravam as condições anteriores (dos anos 78 e 79) quando claramente a OSM posicionava-se na frente, quase que exclusivamente do movimento

(59)Cf. “A Proposta da Ford foi Desconsiderada” artigo em “Luta Sindical” nº 37, maio, 1983.

(60)A questão da Central Sindical já estava colocada para o movimento sindical desde o início da década dos 80. A CONCLAT (Conferência das Classes Trabalhadoras) realizou sua primeira reunião em 1983, em clima de divergência, mas com a presença unitária de todas as correntes atuantes no movimento sindical. Já não podemos dizer o mesmo no ano de 1983, como veremos a seguir.

combativo dos metalúrgicos de São Paulo. O processo da modernização conservadora do Sindicato, obstruía a possibilidade de expansão de uma vertente do novo sindicalismo no setor metalúrgico do Município de São Paulo.

Com isso, a OSM limitava-se à manutenção política, devido ao espírito combativo e persistente dos seus militantes operários na luta fabril e ao fato de outros grupos ou instituições os apoiarem, especialmente setores da Igreja e do Partido dos Trabalhadores. Porém, sua expansão política estava impossibilitada pela atuação do Sindicato, ou seja, inviabilizava-se em São Paulo a criação de mais uma base sindical essencial à ampliação da concepção combativa, classista e transformadora do sindicalismo brasileiro, pois a OSM não conseguia conquistar o Sindicato Oficial, para transformá-lo em algo efetivamente novo.

7 - A Greve Geral do dia 21 de Julho, a Efetivação da Modernização Conservadora do Sindicato e a Divisão do Sindicalismo Brasileiro

O processo de modernização conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve seu marco mais importante com a deflagração da greve geral de 21 de julho de 1983. Este movimento de caráter nitidamente político contou com a paralisação do trabalho em diversas regiões do Estado de São Paulo. Apenas no setor metalúrgico do Município a paralisação atingiu 80% da categoria e a participação do Sindicato na mobilização e condução do movimento foi efetiva, como veremos a seguir.

Em uma plenária sindical realizada no dia 27 de junho em São Paulo, com a participação de 63 sindicatos e 13 federações, o Sindicato dos Metalúrgicos, na figura de Joaquim dos Santos, conclamava os presentes à greve geral de um dia contra a política econômica em vigor, nos seguintes termos: "que espalha o arrocho o desemprego, a inflação e a miséria; agravando ainda mais a crise que atravessamos... Devemos chegar em todos os locais de trabalho (fábricas, escritórios, oficinas, lojas, bancos etc.) para começar a preparar a greve geral..."⁽⁶¹⁾ Ao contrário dos anos 78 e 79, em 83 o Sindicato colocou-se à frente dos metalúrgicos, procurando conduzir o movimento, convicto de que pelo menos no setor metalúrgico do Município, seria o principal responsável pela greve.

(61) Cf. "Greve Geral de um Dia" em "O Metalúrgico" nº 306, de julho de 1983, p.4. Interessante notar que a bandeira de "greve geral" era originalmente da Oposição Sindical Metalúrgica.

O motivo principal da deflagração da greve foi a imposição pelo governo do Decreto-Lei nº 2.045 no Congresso, que "estabeleceu um resgate único em 80% do INPC para todos os trabalhadores. Ou seja, todos os trabalhadores perdem mais 20% do INPC, além dos 10% já retirados anteriormente e isto tudo em cima de um INPC falsificado. Para medir a perda salarial dos trabalhadores com o decreto nº 2.045, o DIEESE elaborou estudo comparando a elevação do custo de vida com o INPC no período de fevereiro a julho. Neste período, o custo de vida subiu 71,7% enquanto o INPC calculado pelo governo foi de 58,1%. Como os reajustes salariais serão de apenas 80% deste valor (46,48%) a perda dos assalariados será de 25,22% por mês... Traduzindo essas perdas em termos de cruzeiros, os metalúrgicos de São Paulo irão deixar de receber mensalmente a partir de novembro próximo, a espantosa soma de 12,7 bilhões de cruzeiros em salários. Esta quantia daria para manter no emprego 127.000 trabalhadores com salários de Cr\$ 100.000,00 por mês..."⁽⁶²⁾ O arrocho salarial e o desemprego agravavam a precária situação da classe trabalhadora que procurou responder com sua principal arma: a greve.

O contexto imediato da greve do dia 21 foi aberto por inúmeras greves antecedentes: 6 de julho, 1.100 trabalhadores da refinaria de Paulínea entraram em greve contra o Decreto nº 2.036 (específico aos trabalhadores das empresas estatais), seguidos pelos petroleiros da refinaria de Mataripe, na Bahia, e com isso tiveram seus sindicatos sob

(62) Conforme "A história do arrocho", Revista do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo nº ano 1, outubro de 1983 (ver Anexo 1, no final desse trabalho). O Decreto-Lei nº 2.045 entrou em vigor a 19 de agosto de 1983 e rejeitado no Congresso em outubro. Ver boletim do DIEESE, Ano II, julho de 1983, p. 16, "Desindexação e expurgo: novos nomes para velhas práticas", citado por Alves, Maria Helena N. em "Estado e Oposição no Brasil 1964-1984", op.cit., pp. 298, 299.

intervenção do Ministério do Trabalho. "Na manhã de 7 de julho, entretanto, 70.000 metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema votaram por uma "greve de solidariedade", paralisando completamente a indústria automobilística. Os trabalhadores deixaram as fábricas e aderiram, aos milhares a uma passeata pelas ruas principais da zona industrial, *parando nos portões de cada fábrica para solicitar a adesão à greve. Os metalúrgicos protestavam contra a adulteração das estatísticas oficiais do INPC e as constantes alterações na legislação trabalhista (os Decretos nº 2.012, 2.024 e 2.045). Também deixaram clara sua disposição de entrar em greve contra a interferência do FMI na política econômica do país. No dia seguinte, outros trabalhadores aderiram à greve na região paulista do ABCD. Além dos metalúrgicos, motoristas de ônibus, trabalhadores das indústrias químicas, de couro e de vidro pararam em solidariedade aos protestos. O Ministro do Trabalho reagiu com nova intervenção; Jair Meneguelli e todos os demais dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foram afastados dos cargos. Era esta, em quatro anos, a terceira intervenção no Sindicato. No domingo, 9 de julho, milhares de metalúrgicos reuniram-se em assembléia no estádio de futebol de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, aprovando a volta temporária ao trabalho e a preparação de uma greve geral para 21 de julho"...

Era uma greve de caráter político, contra a política econômica e salarial do governo e contrária também à intervenção nos sindicatos, sendo suspensa temporariamente para reforçar a greve geral do dia 21 de julho.

(63) Cf. Alves, M. Helena M. op.cit pp. 299, 300.

Esta decisão acabou por criar um momento de unificação do movimento sindical, pois os representantes do novo sindicalismo, tendo à frente as lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, uniram-se com o outro lado do sindicalismo onde destacava-se o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Federação dos Metalúrgicos, para deflagração da greve geral a primeira de caráter explicitamente político após 64-64.

Vale registrar que no dia anterior à greve o governo promulgou o Decreto nº 88.540 assinado pelo presidente em exercício, Aureliano Chaves, que ampliava os poderes do governo federal na convocação de forças policiais e militares dos Estados para o controle político e social, quer dizer ao controle e à repressão ao movimento grevista que era preparado. (65) Mesmo com a ameaça da repressão, a greve foi deflagrada e coordenada pela Pró-Central Única dos Trabalhadores, por federações e por sindicatos. No Estado de São Paulo foi onde o movimento atingiu maior amplitude. (66) A cidade de São Paulo praticamente paralisou suas atividades e cerca de 300 mil metalúrgicos aderiram ao movimento. No ABCD a paralisação atingiu 95% dos trabalhadores.

(64) Os objetivos da greve eram: 1. Protestar contra diretrizes econômicas do governo; 2. Contra as tentativas de eliminação de vantagens salariais; 3. A favor de uma moratória da dívida externa e imediato rompimento com o FMI; 4. Pela estabilidade e segurança no emprego; 5. Pelo controle dos preços dos alimentos básicos e 6. Pelo fim das intervenções nos sindicatos com sua devolução aos líderes democraticamente eleitos. Em "Estado e Oposição", p.303, op.cit.

(65) *Ibidem*, op.cit., pp. 301 e 302.

(66) Cf. DIEESE "As greves de julho de 1983: A Greve Geral" do dia 21 "Boletim do DIEESE "As greves de julho de 1983: A Greve Geral do dia 21 "Boletim do DIEESE, Ano II, julho de 1983, "Em São Paulo, a greve foi ampla na Capital e quase total na região do ABCD. Além disso, zonas industriais menores do Estado também foram paralisadas", citado em "Estado e Oposição", nota da p. 303.

A repressão policial foi muito sentida em São Paulo, principalmente na região do ABCD e cerca de 800 pessoas foram detidas além dos espancamentos e feridos. Diversos sindicatos sofreram intervenção e cerca de 72 sindicalistas foram afastados dos seus cargos. (67)

O movimento não teve igual amplitude em nível nacional, mas teve um saldo político positivo, pois o Congresso não aprovou o Decreto nº 2.045, em outubro de 1983, significando uma derrota ao governo que em seguida impôs o Decreto nº 2.064 e conseguiu aprovar o Decreto nº 2.065, de impacto mais brando para a classe trabalhadora, mas mantido o arrocho salarial.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo capitalizou para si o movimento ocorrido na cidade, com um discurso vencedor. Referia-se à greve geral como "nossa greve" reafirmando o seu papel de condutor do movimento no setor e através, dos seus boletins e jornais, o apoio aos objetivos políticos e econômicos do movimento. Em edição extra de "O Metalúrgico" - Suplemento Semanal - lia-se: "21 de julho, São Paulo pára, para pensar o Brasil... A história registrou e nossa memória jamais esquecerá esse dia. Tivemos a maior greve deste país após 64. Há 20 anos que a classe trabalhadora não fazia uma manifestação tão unitária, expressiva e organizada... A população de São Paulo é testemunha que realmente a cidade parou... No setor metalúrgico da capital, a paralisação atingiu 95%... O nosso movimento teve êxito. Toda

(67) Dados levantados por "Estado e Oposição 1964/1984"; "Cabe notar também que praticamente todos os sindicatos que sofreram intervenção eram ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que demonstrava o caráter seletivo da repressão" p.304, op.cit.

a diretoria, desde zero hora do dia 21 esteve à frente do movimento para garantir seu caráter ordeiro e pacífico... apesar dos dirigentes e ativistas estarem empenhados numa greve ordeira sem deturpações, não faltou a repressão policial que prendeu centenas de trabalhadores, entre os quais os diretores do Sindicato..."(68)

Enquanto o Sindicato se autopromovia com a greve, a Oposição Sindical Metalúrgica entendia que o movimento havia sido um ensaio de greve geral e reafirmava sua política de fortalecimento das organizações nas fábricas ". Esta greve mostrou que precisamos melhorar nossa organização em cada fábrica. Fábricas como a Ford, Villares, ASAMA, MWM, Metal Leve paralisaram devido à força da sua organização interna... Ainda em fábricas que não têm uma comissão reconhecida, mas que existem grupos de operários discutindo, a adesão foi total. Portanto, precisamos nos organizar e conquistar em nossas fábricas Comissões de Fábrica com estabilidade... Esta é a base de um sindicalismo autêntico e abre a perspectiva de uma verdadeira CUT..."(69)

Se, de um lado, a condução da greve pelo Sindicato significava o auge da sua feição modernizante, alguns desdobramentos posteriores mostravam os seus limites e reeditavam a feição conservadora. A ênfase dada ao fato de Joaquim ter sido recebido, no dia 10 de agosto, pelo presidente em exercício, Aureliano Chaves, com a finalidade de estabelecer um diálogo é digno de nota, pois o presidente civil em exercício havia assinado o decreto que ampliava os poderes de controle e

(68) "O Metalúrgico", Edição Extra, 22 de julho de 1983.

(69) Cf. "Luta Sindical", nº 39, agosto de 1983.

repressão ao movimento.⁽⁷⁰⁾ Aqui vale recuperar que diversos sindicatos haviam sofrido intervenção e suas diretorias cassadas. Entre eles estava o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, centro do novo sindicalismo, cuja atuação combativa - antes, durante e depois da greve - ofuscava e mediatizava a imagem moderna do Sindicato de São Paulo.

Enquanto a direção sindical de São Paulo enfatizava e perspectiva com a greve, uma maior aproximação com o governo e outras instâncias políticas como o Congresso, os Partidos etc. em busca da negociação e do diálogo pelo "alto" e aí precisamente, o duplo caráter, moderno-conservador, de sua ação que aliás, lembrava em muito as características do sindicalismo político no Brasil do pré-64; o polo mais avançado do novo sindicalismo, representado pela direção sindical de São Bernardo, investia na realização do Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), cuja finalidade essencial era a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Era fato que o Sindicato de São Paulo queria negociar no "alto" reivindicações de interesse do conjunto da classe trabalhadora, inclusive solicitar o fim das intervenções nos Sindicatos, conforme as bandeiras da greve de julho, mas, de outro lado, afastava-se do movimento sindical combativo. Essa situação paradoxal e pendular entre o avanço e o recuo revelava a dupla face moderna e conservadora da atuação do Sindicato naquele momento, explicitada mais tarde, pela posição

(70) Cf. "O Metalúrgico", nº 57, Suplemento Semanal de 15 de agosto de 1983: Da Greve à Negociação - Aureliano afirma a Joaquim que Receberá os Trabalhadores - "A Greve Geral do último dia 21 de julho já começou a render algumas conquistas importantes aos trabalhadores. O maior exemplo disso foi a audiência concedida pelo Presidente da República ao presidente do nosso Sindicato, Joaquinzão..."

assumida em relação à criação da CUT. De todo o modo, eram evidentes as mudanças do Sindicato, principalmente no referente a sua politização ao assumir posições políticas contrárias a política econômica do governo e favoráveis a democratização do país.

O desdobramento político-sindical mais importante após a greve geral de 21 de julho de 1983 foi a divisão do sindicalismo brasileiro, com o evento da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no I Congresso da Classe Trabalhadora em São Bernardo em agosto de 1983. O movimento operário, com o acúmulo das lutas em todo o País e com a greve de 21 de julho colocou em evidência a necessidade de sua articulação em nível nacional. Essa foi a posição dos delegados do novo sindicalismo reunidos no Congresso, aprofundando as divergências existentes no movimento sindical. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo defendendo a Unidade Sindical, participou do evento com delegados eleitos, mas não ratificou suas resoluções por não concordar com a criação da CUT naquele momento. Assim, alinhava-se com o restante dos sindicatos em torno da U.S., que em relação ao evento específico, coincidia com a posição da maioria conservadora dos sindicatos no Brasil, atrelados à estrutura sindical oficial, e por isso contrária à criação da CUT.<71>

A efetivação da modernização conservadora do Sindicato demarcava claramente os seus limites de ação, que se de um lado, implicava organizar-se melhor em busca de resultados efetivos na luta sindical, de

(71) Dos 4.671 sindicatos, 159 federações e 21 confederações no Brasil, participaram da 1ª CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) em agosto de 1981: 1.389 sindicatos, 43 federações e 5 confederações; e do 1º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras - que criou a CUT em agosto de 1983: 665 sindicatos, 5 federações e 1 confederação. Com estes dados extraídos dos documentos do período, fica evidenciado que a maioria dos sindicatos tinha uma prática conservadora e não acompanhava os passos do movimento sindical mais atuante.

outro, recuava diante dos momentos de ruptura com a forma de ser do sindicalismo conservador do presente e do passado, caracterizado pela dependência política, ideológica e jurídico-administrativa do Estado. Neste ponto é importante notar que a criação da Central Única dos Trabalhadores significava um ato ilegal, constituindo-se em uma estrutura paralela perante a preconizada pela CLT, que admitia apenas confederações de caráter nacional por setores de atividades.

O argumento acima ajuda a explicar a postura da direção sindical metalúrgica de São Paulo, após a greve do dia 21 de julho, que ao mesmo tempo que participava da CONCLAT, chamava pela unidade de todos os trabalhadores contra a crise mas não queria avançar desaprovando a divisão do movimento sindical, numa alusão clara às correntes responsáveis pela realização do Congresso da CUT. <?>

Na verdade, o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora deveria realizar-se em agosto de 1982, mas, devido ao ano eleitoral e os riscos de partidarização do congresso este foi adiado. A Comissão Nacional Pró-CUT alterou aspectos do regimento e definiu a data de 26, 27 e 28 de agosto de 1983 para a realização do Congresso em São Bernardo do Campo, São Paulo. Esta decisão apesar de divulgada nacionalmente não contou com o apoio das outras correntes sindicais, que no setor urbano estavam representadas principalmente pelo Sindicato e pela Federação dos

(72)CP. "Unir sempre, dividir jamais: A crise aperta cada vez mais o calo dos trabalhadores. É o desemprego, a miséria, o arrocho e a inflação tornando a vida impossível de se viver. Nestes dias difíceis mais do que nunca é necessária a UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES CONTRA A CRISE. É por isso que o nosso sindicato não aprova nenhuma divisão do Movimento Sindical. Foi a unidade que garantiu a vitória do dia 21 (apesar da ação dos patrões, do governo e todos aqueles que querem a divisão do movimento sindical) e é por isso que queremos a CONCLAT unitária e representativa". Em "O Metalúrgico" - Suplemento Semanal de 15 de agosto de 1983.

Metalúrgicos de São Paulo (Joaquim e Argeu) e no setor rural, pela poderosa Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG - José Francisco). Estas correntes além de divergirem de alguns pontos do regimento (especialmente do 8º, que assegurava a participação de categorias cuja diretoria do Sindicato recusava-se a eleger delegados ao CONCLAT, e do 9º, que garantia participação de associação de trabalhadores sem dupla representatividade, como o caso dos funcionários públicos que não tem sindicatos, apenas associações) perspectivavam realizar o congresso após tramitação do Decreto n 2.045 no parlamento e procuravam não radicalizar e apostar no diálogo com o Governo. Marcaram então outro congresso para 04, 05 e 06 de novembro nas dependências do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em Praia Grande, São Paulo.<7>

Especialmente em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo isto significava que em nome da "unidade sindical" na realidade entendemos ter havido o seguinte diagnóstico não explicitado: a maioria dos sindicatos, principalmente as correntes conservadoras e moderadas atreladas a estrutura sindical oficial, evitava acompanhar o pólo mais avançado e combativo do sindicalismo. E no âmbito do sindicalismo mais avançado, a direção sindical metalúrgica de São Paulo teria uma posição subordinada. Ou seja, a modernização conservadora do Sindicato reservou-lhe um papel histórico específico e limitado: ser o baluarte, o "ponta de lança" do velho sindicalismo brasileiro que desejava mudanças, mas não rupturas e confronto com o Estado.

(73) Este processo foi debatido e registrado amplamente e passo a passo pela imprensa. Ver "O racha do CONCLAT: a quem interessa?" de Maurício Trtemberg, 25 de agosto de 1983, Tendências/Debates, folha de S.Paulo; "O grande racha - A divisão (e a confusão) sindical/A criação da CUT, outra divergência", 21 de agosto de 1983, O Estado de São Paulo, pp.48 e 49, e diversos outros artigos do período em revistas, jornais etc.

Isto significava que parte do velho sindicalismo do pré-64 não estava morto, apenas amortecido pela ação repressiva do Estado capitalista brasileiro sob o poder militar. A crise deste Estado e o seu processo de "auto-reforma", com a política de abertura, significou no plano sindical a reativação do sindicalismo oficial, cuja finalidade implícita era criar uma contraposição ou uma alternativa ao avanço político do sindicalismo de confronto e mais radical. Com isso, reeditou-se de uma certa forma, não analogamente, o sindicalismo político do pré-64, que mais tarde vai participar da idéia do pacto social, rejeitada radicalmente pela CUT. Na cidade de São Paulo, no setor metalúrgico este embate estava centrado na disputa entre Sindicato e Oposição Sindical Metalúrgica, como vimos amplamente nesse trabalho. Em outras palavras, a efetivação da modernização conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve seu marco com a greve de 21 de julho e a partir deste momento, era inevitável a grande divisão do movimento sindical brasileiro. Pois a completude da efetivação passava pela viabilização de uma posição de destaque do Sindicato em nível nacional.

Neste contexto, o sindicalismo estava dividido em três correntes principais: a do novo sindicalismo combativo ou autêntico, a do velho sindicalismo de prática e ideologia conservadora e a do velho sindicalismo moderado e modernizado.

Com a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, no I Congresso da Classe Trabalhadora, de agosto de 1983, cujo coordenador

eleito da executiva nacional foi Jair Meneguelli (substituto de Lula) e, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, consagrava-se a divisão. Uma das resoluções principais do CONCLAT que criou a CUT: era a greve geral em 25 de outubro, caso o Governo Federal não retirasse até o dia 14 de outubro o Decreto-Lei nº 2.045 e qualquer outro que venha a reduzir os salários. (74)

O Governo, na figura do Ministro do Trabalho, em 30 de agosto, declarava que a CUT era ilegal e a sua direcção poderia ser punida, pois a legislação proíbe central de trabalhadores. (75) Ao lado da fala do ministro aparecia "Joaquim critica a CUT formada" referindo-se à posição do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que diante da decisão da criação da CUT em São Bernardo declarava tornar-se ainda mais difícil, a tentativa de superar a cisão no movimento sindical e poderia levar o congresso de novembro a formar outra central, representada pela força de centro-esquerda, na medida em que esboçava-se em torno do presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) Ari Campista, a formação de uma terceira central de cunho conservador. Firmado nesta posição intermediária, a direcção sindical metalúrgica de São Paulo juntamente com os sindicalistas ligados ao PMDB, PCB, PC do B e MRB questionavam a representatividade da CUT de agosto de 1983 e pensavam na unificação do movimento sindical para mais tarde entre estas duas correntes, após o congresso de novembro. (76)

(74) Cf. Jornal da CUT, Ano I, nº 0, de setembro de 1983, p.16. Ver também "CONCLAT: A criação da CUT é uma ameaça ao governo: greve geral", Jornal da Tarde, 29/0883, p.5.

(75) Conforme a seguinte passagem do discurso de Murilo Macedo, Ministro do Trabalho: "... se a idéia da CUT for levada adiante, os idealizadores estarão sujeitos às sanções penais, que deverão ser tomadas por quem de direito..." da Folha de S.Paulo, 30 de agosto de 1983.

(76) Cf. "Para Joaquim, outra central pode ser formada em novembro", na Folha de S.Paulo de 30 de agosto de 1983. Ver também entrevista com Ricardo Antunes "Trabalhadores têm de oferecer uma proposta alternativa de pacto", Caderno de Economia - ZH - 27 de outubro de 1985, mimeo, reportagem de Afonso Ritter, Porto Alegre.

Com os acontecimentos, após a criação da CUT explicitaram-se mais ainda as posturas dos grupos atuantes no setor metalúrgico de São Paulo. A Oposição Sindical Metalúrgica posicionava-se integralmente a favor da criação da CUT naquele momento e muitas das teses da nova central foram certamente inspiradas na sua atuação enquanto oposição sindical. O outro grupo da extinta chapa 3 de oposição - União Metalúrgica - de 1981, começava a assumir a postura da Unidade Sindical conforme a declaração da sua principal liderança, o deputado federal Aurélio Perez do PMDB (pertencente ao PC do B) que admitia estar desanimado diante das divergências e do grande "racha" do movimento sindical, defendendo a unidade a todo custo, aliando-se neste ponto ao seu inimigo histórico, o PCB.⁽⁷⁷⁾ Pouco tempo depois, esse mesmo grupo passava a apoiar a diretoria do Sindicato, fortalecendo, ainda que tardiamente, o seu processo de modernização conservadora.

Em novembro de 1983, a divisão do movimento sindical firmou-se do outro lado. Nos dias 4, 5 e 6 foi realizado na Praia Grande outro congresso nacional das classes trabalhadoras e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve uma atuação destacada e foi eleito para a coordenação nacional. Criada esta coordenação nacional das classes trabalhadoras "...para a qual foram eleitas 25 entidades sindicais que juntamente com as confederações presentes coordenarão a luta dos trabalhadores a nível nacional...", consumava-se a divisão no movimento sindical brasileiro uma corrente representando o velho sindicalismo modernizado e outra o novo sindicalismo.

(77) Cf. declaração de Aurélio Perez ao Jornal "O Estado de São Paulo, agosto de 1983.

Com isto, finalmente, efetivou-se em nível nacional a modernização conservadora do sindicalismo brasileiro, tendo como exemplo e à frente desse processo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cujo presidente preparava-se para mais um lance na sua carreira sindical, agora em nível nacional, à frente de uma central sindical de linha moderada.

No plano específico do Sindicato, a modernização efetivada, após a greve de julho e a divisão do sindicalismo brasileiro, deveria voltar ao seu "leito" normal, dado pela ampliação das relações entre direção sindical e base metalúrgica, firmada numa política de ação pulverizadora dos movimentos nas fábricas em torno dos problemas do arrocho salarial e do desemprego que deveriam ser superados ou pelo menos minimizados.

A ação pulverizadora dos movimentos nas fábricas, principalmente nos grandes estabelecimentos era uma alternativa política aos movimentos de massa e de conjunto da categoria, passando à caracterizar o sindicalismo desenvolvido no setor metalúrgico de São Paulo, mais preocupado com os resultados da luta econômica. Isso ficou evidenciado, durante o período da modernização conservadora a partir de 1980, e particularmente pela atuação do Sindicato em torno da campanha salarial de 1983, através do slogan "Uma campanha contra o arrocho" em busca de resultados favoráveis à categoria. E os resultados da campanha foram considerados como uma vitória: "...Nesta campanha salarial saímos vitoriosos. Nosso reajuste passou por cima da lei do governo, com o abono de emergência. Obtivemos ainda uma série de conquistas econômicas,

sociais e sindicais. E isto não é tudo: na fábrica e nas ruas a luta contra o arrocho continua...“<78>

No fundo, por detrás dessas questões, estava um projeto, um processo, que se tornava realidade ou melhor se efetivava. Referimo-nos, agora, ao projeto político-sindical da esquerda tradicional, que por meio do Sindicato, buscava superar sua fragilidade política, agravada cada vez mais, pelas dimensões especificamente políticas, retratadas internamente, pelas fraturas à direita e à esquerda do centro do velho partido (PCB) e externamente pela presença do Partido dos Trabalhadores, originado do novo sindicalismo.<79> Enquanto o PCB se fragmentava, sua política sindical efetivava-se. Em dezembro de 1983, o Comitê de Ação Metalúrgica-SP do PCB lança o documento “O Caminho da Vitória é o Caminho da Luta”, conclusivo da sua atuação entre o final de 1979 e 1983, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que mostra bem a avaliação positiva do seu projeto.<80>

No essencial o documento afirmava que o Sindicato, agora na vanguarda das lutas, havia recuperado seu papel histórico entre os trabalhadores e na sociedade. De um Sindicato grande passou a ser também um grande Sindicato devido ao processo de renovação e fortalecimento iniciado em 1980. Vejamos mais algumas passagens reveladoras do projeto efetivado: com relação à questão da unidade sindical “...Temos

(78)Cfr. “O Metalúrgico”, ano 43, nº 368, novembro de 1983, p.2

(79)Cf. “NOSSO NOVO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO” - VALIOADE - 01/11/83 até 30/10/84 - A LUTA CONTRA O ARROCHO CONTINUA. Documento do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, novembro de 1983.

(80)Um exemplo relevante dessa questão pode ser visto na coletânea de documentos, artigos, entrevistas, panfletos, textos de análise conjuntura) reunidos em “Há o que fazer - a esquerda na Nova República” - organização de David Capistrano, Ubiratan de Paula Santos e Breno Altman. Os itens do livro são reveladores das divergências: O afastamento do velho partido, nas ruas pelas diretas, Contra o pacto das elites, Em busca de uma alternativa.

demonstrado um claro empenho de unidade de ação sindical, enfrentando e resolvendo os problemas segundo os interesses da categoria. Se apoiamos a disputa da direção da CNTI, se participamos do Conclat de São Bernardo, se tivemos uma participação marcante no Conclat da Praia Grande, todas estas iniciativas sempre se pautaram pelo programa de lutas afirmado em sucessivas reuniões de metalúrgicos que enriqueceram o programa de atuação da atual diretoria sindical"(p.5)

Com relação à formação e à eleição da chapa 1 em 1981, "Mais uma vez ficou evidente e cristalino o quanto foi acertado o programa da chapa 1 em 1981, de combate à política econômica do Governo e de alternativas para a crise. Os adversários da política de renovação falharam, entre outros motivos, por não entenderem as modificações ocorridas no Sindicato e as idéias em que se baseavam tais mudanças.

Com relação à atuação específica no ano de 1983, importante pelo caráter definidor da modernização conservadora, "...O ano de 1983 tem sido um ano de muitas lutas para o Sindicato. Soubemos combinar de maneira inteligente e criativa nossa proposta de luta contra a recessão, o desemprego e o arrocho **com iniciativas de resistência de organização e qualificação dos ativistas, realizando dezenas de greves localizadas** (grifo nosso) contra o facção e participando das grandes lutas contra a política econômica, pela democracia e participação dos trabalhadores. Os congressos realizados desde o VI Congresso dos Metalúrgicos da Capital, até o Conclat de Praia Grande, foram momentos importantes de nossa participação(p.7). "...Temos que constar que, apesar da crise e seus efeitos perversos sobre a ação sindical, no que diz respeito ao nosso

Sindicato, conseguimos avançar o trabalho a partir de um programa de lutas claro e de um grande empenho organizativo junto aos trabalhadores nas fábricas(p.8)... A campanha salarial de 1983, a primeira em que se combinou ativamente seu caráter específico com o conjunto das lutas sindicais e políticas permanentes, sob o signo da luta contra o arrocho, trouxe um aumento significativo da participação dos trabalhadores nas assembleias, reflexo direto das lutas de fábrica, dos congressos, da greve geral do dia 21 de julho, da luta política contra os decretos-lei na categoria e em Brasília(p.8)".

Com relação às propostas de greve geral anunciadas pela CUT, "Os metalúrgicos souberam rechaçar as propostas estreitas de uma greve geral proposta pela CUT ou mesmo as propostas de uma greve metalúrgica, pois entenderam que a luta contra o arrocho é uma luta de todo o movimento sindical brasileiro e não pode ser decretada... Apesar da divisão orgânica do movimento sindical em duas correntes - CUT e Conclat, as propostas de luta de ambas convergem para a necessidade de unidade e ação conjuntas(p.9)."

Com relação ao processo de renovação do Sindicato, o seu papel em nível nacional e em nível da categoria invadindo o campo de atuação as forças políticas de oposição sindical "O processo de renovação mostrou sua força nos últimos três anos. O Sindicato cresceu em baixo, nas fábricas e em cima, ampliando seu respeito e influência dentro do movimento sindical brasileiro e no cenário político nacional. Todas as medidas tomadas no sentido de melhor equipar o Sindicato para seu enraizamento nas fábricas mostraram sua justeza e necessidade. A

influência da diretoria cresceu sensivelmente junto à categoria, invadindo o terreno de todas as forças políticas que atuam na categoria. O esquema de alianças que propiciou esta renovação manteve-se e reforçou-se... (pp. 9-10)."

E por último, a chamada pela unidade e continuidade do trabalho da diretoria do Sindicato, para o enfrentamento do futuro, principalmente diante da nova eleição sindical de 1984 e da sobrevivência da oposição sindical metalúrgica que havia colocado em risco o *status quo* anterior; confrontava com a política sindical em todos os níveis e poderia ser ainda uma alternativa de direção. "O nosso empenho na Formação da nova chapa deve ser no sentido da afirmação política do caminho da continuidade e no sentido de ampliar o leque de forças para a próxima diretoria, mantendo a unidade e reforçando a política de renovação. O caminho do divisionismo e da partidarização do sindicato deve ser repellido. Para nós o trabalho unitário e conjunto no Sindicato tem que continuar, reforçado e cimentado nas lutas e nas diversas opções corretas que fizemos juntos... A manutenção desta unidade e deste dinamismo é a pedra de toque para que possamos completar com êxito a incorporação de novas forças e personalidades sindicais a este esforço que foi o nosso e de toda a equipe atual, durante as lutas vitoriosas que a categoria travou ultimamente" (p.10).

Aqui finaliza o documento, a partir do qual fazemos um comentário final. As correntes político-sindicais ligadas à esquerda tradicional, com destaque à atuação e concepção do PCB, foram as responsáveis pelo processo e pela efetivação da modernização conservadora e na

continuidade do seu trabalho, preparavam um outro lance: a substituição bem arquitetada, sem traumas e rupturas do velho dirigente sindical e a tomada do poder de direção do maior sindicato da América Latina. Fato acontecido alguns anos depois. Lentamente, a modernização conservadora transformar-se-ia em uma concepção derivada do seu processo: a do sindicalismo de resultados. Esta, sim, podemos afirmar, constituir-se-á na vertente mais próxima do sindicalismo de caráter neoliberal, tema para um próximo trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar, por meio da apreensão articulada entre a dimensão estrutural e a dimensão política do movimento operário e sindical do setor metalúrgico do Município de São Paulo, a forma de sindicalismo aí desenvolvida. Partimos da idéia de que a estrutura da Indústria Metalúrgica, base sobre a qual se desenvolve o sindicalismo, mas não explica por si só, a questão sindical. A chave está na análise da dimensão político-sindical que determinou a gestação (até 1979), o processo e a consolidação da modernização conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1980-83).

No primeiro capítulo, constatamos que o complexo industrial metalúrgico do Município apresenta as seguintes características: concentração industrial mediatizada pela forte presença de pequenos e médios estabelecimentos industriais; significativa dispersão industrial em grande extensão territorial; e diferenciação operária, tendo em vista a presença de indústrias modernas em contraste com indústrias tradicionais, assim como a própria heterogeneidade do mundo do trabalho na ordem industrial capitalista, vista pela divisão do trabalho na fábrica, pelas variáveis sexo, instrução, idade, qualificação, classes de salário etc.

Essas características do complexo metalúrgico do Município obscurecem a compreensão do problema sindical pois sugerem tanto a divisão sindical em uma mesma base territorial (entre um sindicalismo dependente do Estado, minoritário e pouco enraizado nas fábricas), e um

sindicalismo independente, de massas e enraizado nas fábricas, como outras possibilidades que não necessariamente o velho e o novo sindicalismo.

Ainda no primeiro capítulo, indagamos em que condições pode ocorrer um comportamento homogêneo e unitário no interior da heterogeneidade do mundo do trabalho. No caso dos metalúrgicos de São Paulo, a questão emerge quando se analisam as condições de vida, trabalho e salário da maioria dos metalúrgicos, evidenciando-se fortes motivos para o desenvolvimento da solidariedade e unidade entre eles. Ou seja, a situação sócio-econômica dada pela questão salarial, além de aproximar os metalúrgicos, coloca a necessidade do desenvolvimento de um sindicalismo combativo e aguerrido, firmado no confronto com a política econômica e salarial do Governo, cuja finalidade era a manutenção das condições de exploração do trabalho e a acumulação capitalista em crise, desde meados da década dos 70.

A aparente contradição entre a heterogeneidade estrutural (sugerindo a divisão sindical) e a necessidade de unidade de ação sindical, para responder aos problemas mais fundamentais de existência do trabalhador metalúrgico, se resolve a partir de 1978/79, quando ocorre uma opção política pela divisão sindical entre as correntes de oposição da esquerda sindical. Essa divisão afastou a possibilidade de surgimento do novo sindicalismo no setor metalúrgico de São Paulo e gestou a modernização conservadora do Sindicato, cujas origens estavam no sindicalismo brasileiro do pós-30.

No segundo capítulo mostramos, a partir da análise da atuação político-sindical durante e após as greves de 1978 e 1979, que a diversidade política e ideológica dos grupos atuantes, militantes e lideranças presentes no setor, desempenhou papel essencial na gestação da modernização conservadora do Sindicato. A Oposição Sindical Metalúrgica ressentia-se da heterogeneidade política desde sua formação, ainda na década dos 60. Com a rearticulação das correntes da esquerda tradicional do PCB (núcleo principal), MRB, outros militantes independentes e do PC do B, foi criada uma corrente de oposição moderada (o PC do B ingressa mais tarde nessa corrente), cuja política em torno da unidade sindical, e de atuação dentro do Sindicato, aproximava-a da direção conservadora do Sindicato dos Metalúrgicos, cuja figura central era Joaquim dos Santos Andrade, presidente da entidade desde 1965.

Até 1979, a atuação do Sindicato era nitidamente conservadora, bastante próxima do Sindicato atrelado do pós-30. A partir daquele ano, o Sindicato, respaldado pela esquerda sindical tradicional, começou a vivenciar o processo de modernização conservadora. Afirmamos no decorrer do trabalho que o Sindicato por si só era incapaz de promover esse processo, em virtude de sua composição conservadora, aspecto só superado a partir da atuação da esquerda tradicional no Sindicato com base no seu projeto de "modernização", cujos limites eram dados pelo sindicalismo político do pré-64, e os avanços, pela proposta de organização nas grandes fábricas, experiência extraída do novo sindicalismo e da oposição sindical metalúrgica.

Assim, a esquerda tradicional encontrava na política de alianças com a "equipe principal" do Sindicato, centrada na figura de Joaquim, uma forma de compensação e contraposição de sua fragilidade política. Meio privilegiado para a sua rearticulação como força política e influente na sociedade, compreendemos com isso o porquê do afastamento da esquerda tradicional do campo da oposição sindical e da esquerda mais autêntica. É fato que a OSM tinha, no contexto, uma concepção de luta sindical oscilante entre o objetivo de conquista do Sindicato e uma política que desconsiderava a atuação no Sindicato, dada uma postura contrária a estrutura sindical oficial, além de um entendimento distorcido da história do sindicalismo do pré-64, por não conseguir ver a diferença entre o velho sindicalismo na versão conservadora, atrelada ao Estado, e o sindicalismo político na versão da esquerda tradicional, desmantelado pelo governo militar. Tudo isso contribuía para afastar os militantes da Unidade Sindical e esvaziar a própria Oposição. O sindicalismo político era o referencial histórico e concreto que a Unidade Sindical procurava reeditar de forma mais aperfeiçoada e "modernizada".

Concluimos o capítulo afirmando, que a diversidade política dos metalúrgicos do Município e a divisão das oposições, antes, durante e após as greves de 1978 e 1979, gestaram a modernização conservadora do Sindicato, cujo efeito principal foi frear e restringir a expansão do novo sindicalismo em São Paulo.

O capítulo 3 explicita através de cuidadoso acompanhamento documental, o processo de modernização conservadora do Sindicato a

partir de 1980 e sua consolidação em 1983. O processo desenvolve-se no contexto de aguçamento da crise econômica, particularmente da recessão 1981-83, e do refluxo das greves operárias e sindicais. Verificamos que o movimento dos metalúrgicos de São Paulo, em resposta a essa situação, apresentava certa peculiaridade marcada pela atuação na fábrica, impulsionada pela Oposição Sindical Metalúrgica quase que exclusivamente até 1979. A partir de 1980, o Sindicato passa a ampliar o seu trabalho, "redescobrimo" a fábrica, principalmente as grandes metalúrgicas, como lugar privilegiado para a ação sindical e para a recuperação da legitimidade e do apoio da base metalúrgica perdidos no pós-64.

Peculiar nesse caso, a luta entre trabalho e capital contava com a disputa política em torno do poder sindical; disputa essa reproduzida em nível da fábrica e em todas as formas de organização existentes nos locais de trabalho. Destacamos a importância das comissões de fábrica, bandeira central da OSM que passa a ser disputada pelo Sindicato e que teve papel decisivo, em relação a outras formas também importantes de organização na fábrica (CIPAS, comissões de fiscalização etc.), no encaminhamento dos movimentos do período. O movimento nas fábricas e a disputa política entre Sindicato e Oposição acabaram por caracterizar a forma de ser do sindicalismo metalúrgico do Município, em contraposição a outros casos, onde os movimentos de conjunto, (como greves gerais de categoria e a presença de uma certa unidade sindical na prática) são verificados.

As divergências entre Oposição e Sindicato reconfiguraram a questão sindical em São Paulo com relação aos anos anteriores a 1979. O

Sindicato, a partir de 1980 e principalmente a partir da "nova" diretoria eleita em 1981, vai encontrar na atuação fabril e na politização perante a Sociedade e o Estado as bases do processo de modernização conservadora. A aproximação do Sindicato à fábrica era um aspecto essencial da política sindical do PCB, cujo plano de ação de "modernização" do Sindicato, além do enraizamento sindical nas grandes empresas, passava por um processo de profissionalização da vida sindical, por meio do ingresso de intelectuais e profissionais de diversas áreas desempenhando papel de assessoria técnica e sindical. Destaca-se, como verificamos na pesquisa, o trabalho no campo da imprensa e da informação sindical.

Esses foram os meios principais para implantar o projeto de "modernização" do Sindicato e combater a OSM na sua base principal: a fábrica. Com a "nova" diretoria a partir das eleições de 1981 - e aqui registre-se que mais uma vez a divisão das oposições sindicais ("OSM Santo Dias" e "União Metalúrgica") favoreceu a vitória "apertada" do Sindicato no segundo escrutínio -, o projeto da esquerda tradicional concretizava-se, pois, os militantes no cargo de diretores e funcionários do Sindicato tinham condições de desenvolvê-lo diretamente.

Por isso entendemos que, a partir de 1982, o Sindicato passa para a ofensiva, no sentido de aprofundar e consolidar a modernização conservadora. A OSM, após a derrota nas eleições de 1981, sobrevive nas fábricas e desenvolve sua atuação política e sindical firmada na crítica persistente à dupla face moderno-conservadora da ação do Sindicato. Essa disputa aparece em quase todas as questões referentes ao movimento

operário quer fossem as comissões de fábrica, as CIPAS e outras formas de organização na fábrica, quer fossem as questões referentes a central sindical, a política econômica, a política partidária etc.

O trabalho da OSM era dificultado pois já não enfrentava um Sindicato desorganizador das lutas e totalmente atrelado ao Estado, mas um Sindicato que buscava "modernizar-se" e passar à ofensiva absorvendo, a sua maneira, as bandeiras da Oposição.

O auge desse processo, no nosso entender foi marcado pela conduta do Sindicato na preparação e na eclosão da greve do dia 21 de julho de 1983. A primeira tentativa de greve geral explicitamente política no Brasil após 1964 e, apesar de o movimento abranger mais o Estado de São Paulo, com destaque para a região metropolitana e grandes cidades do interior, teve saldo político positivo para o conjunto da classe trabalhadora ao não ser aprovado o Decreto nº 2.045 de aprofundamento do arrocho salarial.

Argumentamos, a partir do evento da greve geral de julho, que o Sindicato atingia o ápice da sua feição "modernizante", porém os desdobramentos político-sindicais posteriores mostravam os seus limites e reafirmavam a feição conservadora. Em relação a essa questão o fato de o Sindicato perspectivar, com a greve, a aproximação com o governo e outras instâncias políticas em busca da negociação e do diálogo "pelo alto", e assumir uma posição contrária à criação da CUT, mostrava uma atuação pendular e oscilante entre o avanço e o recuo, revelando a dupla face moderno-conservadora do Sindicato. A consolidação ou efetivação da

modernização conservadora demarcava os limites da ação do Sindicato, que se de um lado implicava organizar-se melhor em busca de resultados efetivos na luta sindical, de outro, recuava diante dos momentos de ruptura com a forma de ser do sindicalismo conservador do presente e do passado marcado pela dependência política, ideológica e jurídico-administrativa do Estado. Ou seja, a modernização conservadora do Sindicato reservou-lhe um papel histórico específico e limitado: ser o baluarte, o "ponta-de-lança" do velho sindicalismo brasileiro que desejava mudanças, mas não rupturas e confronto com o Estado.

Com a criação da CUT em agosto e a realização da CONCLAT em novembro de 1983, consagrou-se a divisão do movimento sindical entre o novo sindicalismo autêntico e combativo e o velho sindicalismo de tendência moderada. Evento esse que entendemos ter contribuído para a efetivação da modernização conservadora do sindicalismo brasileiro, cujo exemplo mais significativo foi dado pela experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A modernização conservadora do Sindicato, efetivada após a greve de julho e a divisão do sindicalismo brasileiro, retornou ao seu caminho normal, dado pela política de ação pulverizadora dos movimentos nas fábricas, principalmente nos grandes estabelecimentos industriais, como uma alternativa aos movimentos de massa e de conjunto da categoria. Procuramos mostrar que essa forma de sindicalismo mais voltado para os resultados da luta econômica em cada fábrica passou a caracterizar a forma de ser do Sindicato em São Paulo.

Para finalizar, entendemos que por detrás da gestação, do processo e da consolidação da modernização conservadora estava um projeto, que se tornou realidade. Era o projeto político-sindical da esquerda tradicional, que por meio do Sindicato, buscava superar sua fragilidade política, agravada cada vez mais pelas divergências internas à direita e à esquerda do centro do velho partido (PCB) e externamente pela implantação do PT, originado do novo sindicalismo. Enquanto o PCB se desestruturava politicamente, sua política sindical se efetivava. O velho dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, com astúcia, investiu na heterogeneidade política presente no setor metalúrgico e com o apoio da política sindical da esquerda tradicional conseguiu sua manutenção política, preparando-se para mais um lance na sua carreira sindical, agora em nível nacional, à frente de uma central sindical de linha moderada ou de centro-esquerda, conforme sua própria referência.

Lentamente a modernização conservadora transformar-se-ia em uma prática derivada do seu processo: a do sindicalismo de "resultados". Esta sim constituir-se-á na vertente mais próxima do sindicalismo de caráter neoliberal tema pra um próximo trabalho.

ANEXO I

SITUAÇÃO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALÚRGICAS DE SÃO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZAÇÃO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
Metalúrgica ALFA	<ul style="list-style-type: none"> . não cumprimento do acordo coletivo . regularização do depósito/ FGTS cadastramento do PIS . demissões . irregularidade na data do pagamento do salário . insalubridade . comissão de representantes com estabilidade . nomeação de novo gerente . assassinato de operário 	<ul style="list-style-type: none"> . paralização do trabalho por 26 dias . formação de comissão de comando de greve . reunião e assembleia no sindicato . reunião na D.R.T. . organização de um documento com pontos mínimos para o retorno ao Trabalho (Sindicato) 	<ul style="list-style-type: none"> . eleição de Comissão de Fábrica com representantes de cada seção e turno . indicação pela Comissão de Fábrica de um novo gerente . fiscalização/perícia pela D.R.T. sobre condições de higiene e segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento do Sindicato 12/10/78 - Jornal "Movimento" no. 173 29/10/78
J. ALIPERTI	<ul style="list-style-type: none"> . repressão e agressão na fábrica . péssimas condições de trabalho . poluição fora e dentro da fábrica . impedir novas violências . conquistar melhores salários, restaurante para todos, condições de higiene e segurança . comissão de fábrica 	<ul style="list-style-type: none"> . sindicato "toda 5a. feira um membro do sindicato vai permanecer na porta da fábrica para ouvir reclamações" . Oposição Metalúrgica-boletim do jornal "Luta Sindical" distribuído na fábrica denuncia a situação e critica o Sindicato . Eleição da CIPA - Sindicato (vamos eleger uma CIPA p/ valer...) /Oposição (vamos eleger uma CIPA que defenda os interesses dos trabalhadores...) . Abaixo-assinado por Restaurante 	<ul style="list-style-type: none"> - - - - - - 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento do Sindicato 1981/1982 - Documento da Oposição-boletim "Luta Sindical" 1981/1982 - Jornal "O São Paulo" - Notícias Populares

SITUAÇÃO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALÚRGICAS DE SÃO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZAÇÃO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
ARNO	<ul style="list-style-type: none"> . problemas de condições de trabalho . demissões . garantia no emprego . comissão de fábrica 	<ul style="list-style-type: none"> . documentos e boletins denunciando demissões . introdução da questão da Comissão de Fábrica p/ defender os interesses dos trabalhadores junto a empresa (oposição Metalúrgica) . documento do Sindicato chamando para a reunião na Sub-Sede . sindicato e Direção da Empresa discutiram garantia no emprego e comissão de fábrica . orientação para eleição da CIPA . oposição utiliza em documento exemplo de outras empresas que fizeram greve contra demissões . documento Sindicato-chamando para o 60. Congresso dos Metalúrgicos de S.P./ com data de reunião por fábrica no Sindicato/escolha de representantes 	<ul style="list-style-type: none"> - - - - . Eleição da CIPA - 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento "Por dentro das Fábricas" (oposição) 1980 - Documento do Sindicato - Doc. Oposição 14/12/82
ARTOK	<ul style="list-style-type: none"> . luta pelos direitos dos trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> . folheto chamando para reunião na igreja de Vila Alpina 		<ul style="list-style-type: none"> - Folheto
ASAMA Indústria de Máquinas S/A (destaque)	<ul style="list-style-type: none"> . (destaque) 	<ul style="list-style-type: none"> . (destaque) 	<ul style="list-style-type: none"> . comissão de fábrica com estatuto assinado pela empresa e comissão 	<ul style="list-style-type: none"> - Jornais da Comissão de Fábrica (no.1,no.2,no.3) - Documentos Internos da C.F.
BARBARA	<ul style="list-style-type: none"> . aumento de 8% no salário . consertos dos banheiros . alimentação 	<ul style="list-style-type: none"> . formação de Comissão de trabalhadores para negociação durante a paralisação do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> . movimento foi enfraquecendo, a comissão foi se desfazendo . demissão de um membro da comissão 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento-Oposição 1978

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
BARRA MANSA		<ul style="list-style-type: none"> panfleto da Oposicao Metalurgica convocando para reuniao na igreja - discussao dos problemas da fabrica 	-	- Folheto Oposicao 1979
BERNARDINI S.A. IND. COM.	Atraso do pagamento	<ul style="list-style-type: none"> trabalhadores formaram uma comissao e encaminharam ao sindicato pedido de providencia proposicao de greve nao houve solucao atraves do sindicato paralizacao por 2 hs do trabalho (60% de participacao) operacao tartaruga 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa pagou os salarios, o movimento esvaziou demissao de trabalhador 	- Documento "Greve na Bernardini" 02/1979
BISELLI	<ul style="list-style-type: none"> atraso de pagamento pessimas condicoes de trabalho (seguranca e saude) diferenca de salario para trabalho igual demissoes 	<ul style="list-style-type: none"> proposta de mobilizacao, formacao de comissao e greve a direcao da empresa procurou a C.F. com proposta de demitir mais de 100 operarios a comissao propoe discussao com os demais e convoca reuniao na * 	-	- "Por Dentro das Fabricas" Oposicao Metalurgica. 1981/82/83
CATO	demissoes	<ul style="list-style-type: none"> documento Oposicao Metalurgica - chama para reuniao na igreja-Nova Penha 	-	- Documento Oposicao Metal 1981
	demissoes	<ul style="list-style-type: none"> 600 trabalhadores paralizaram a producao reuniao na D.R.T./Sindicato e Empresa representante do Sindicato todos os dias na porta da Fabrica apoiando a luta 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Documento do Sindicato 02-83 - Documento da Oposicao /83

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
CALOI	<ul style="list-style-type: none"> . denuncia da violencia e autoritarismo da Direcao da Empresa . luta contra exploracao . horas extras 	<ul style="list-style-type: none"> . denuncia boletim do Sindicato 		<ul style="list-style-type: none"> - Boletim do Sindicato
CATERPILLAR (destaque)	<ul style="list-style-type: none"> . reivindicacoes salariais e gerais 	<ul style="list-style-type: none"> . preparacao da greve (Jun 78) . formacao de comissao de negociacao - presenca do Sindicato e um agente da D.R.T. . Negociacao: Sindicato/Comissao (50)/Gerencia de R.I. 	<ul style="list-style-type: none"> . formacao de Comissao de Fabrica 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento produzido pelo Grupo de Fabrica 1979 (destaque)

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
COMPONENT S.A.	<ul style="list-style-type: none"> . regularizacao do F.G.T.S. (Deposito) . regularizacao do pagamento do salario . ferias . higiene (banheiros) . seguranca no trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> . documento chamando para reuniao dos trabalhadores na igreja Sao Judas Tadeu . reuniao entre comissao de fabrica e a empresa para discussao dos pontos reivindicados 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Jornal "Luta Sindical" marco/81 - Sem Fonte
DOMUS	<ul style="list-style-type: none"> . ausencia de equipamento de seguranca . nao recebimento de adicional de insalubridade . banheiro (chuveiros) . demissoes 	<ul style="list-style-type: none"> . denuncia em boletim da Oposicao Metalurgica: "O que devemos fazer?" 	-	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim Oposicao Metal. Nov.1982
DRECO	<ul style="list-style-type: none"> . luta pela antecipacao do pagamento com aumento de 20% . problema de restaurante . ameaca das chefias 	<ul style="list-style-type: none"> . formacao de grupos de trabalhadores/contato com o gerente . paralizacao do pessoal noturno 	reconhecimento da Comissao de Trabalhadores como representativa da fabrica inteira	<ul style="list-style-type: none"> - Documento interno de Fabrica (04/1982)

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
ELEBRA		. documento Oposicao Metalurgica chama para greve geral dia 21		- Documento Oposicao
	. problemas: superproducao, discriminacao com as trab.gravidas, proibicao de ida ao banheiro e medico, poluicao, prepotencia dos encarregados	. documento Sindicato - convite para reuniao na SUB - SEDE.		- Documento Sindicato
ELETROLUX	. desrespeito ao PISO SALARIAL . demissoes . estabilidade no emprego . 40 hs/semanais sem reducao de salario	. denuncia em boletim OPOSICAO . chama para luta e organizacao (COMISSAO DE FABRICA)	-	- Documento Oposicao (dez/83)
ELETE	. salario baixo, insalubridade, seguranca, higiene	. boletim oposicao denuncia situacao e informa nova Tabela de Salario		- Documento Oposicao (nov/81)
ELUMA	. pagto. correto do reajuste de salario . pgto. do adicional de insalubridade . estabilidade no emprego (ate 31/12) . reconhecimento da Comissao de Negociacao com estabilidade	. greve interna, assembleia na fabrica . negociacao SINDICATO/COMISSAO (democraticamente eleita) e EMPRESA	. a Empresa teve que aceitar negociar com Sindicato/Comissao	- Documento do Sindicato 1982

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
ERICSSON	<ul style="list-style-type: none"> . Empresa quer reduzir custos (20%) com demissoes . problemas - automatizacao dos servicos, rotatividade do pessoal, corte das promocoes, aperto do ritmo de trabalho. . reivindicacoes-estabilidade, aumento salarial, boicotes a horas extra e comissao de fabrica 	<ul style="list-style-type: none"> . boletim chama p/ reuniao e discussao e propoe formacao de Comissao de fabrica para melhor reivindicar 	-	- Documento Oposicao (jul.83)
FORD BRASIL S/A (IPIRANGA)	- (destaque)	- (destaque)	<ul style="list-style-type: none"> . Constituicao de Comissao de fabrica com regulamento assinado pelo Sindicato/Comissao e Empresa (30 ago 1982) 	- Documentos varios: Oposicao e Sindicato
FUNDICAO BRASIL	<ul style="list-style-type: none"> . Queremos trabalhar sem pressoes dos chefes . Comida pessima/intervalo p/cafe . Horas Extras . A CIPA nao funciona . Comissao de fabrica: A comissao que existe esta parada 	<ul style="list-style-type: none"> . denuncia situacao (boletim) . deveremos conquistar uma verdadeira comissao de fabrica 	-	- Boletim Oposicao Metal. Jun.83
GUTHANN	-	<ul style="list-style-type: none"> . documento oposicao-chamando p/ reuniao na Mooca 	-	- Documento Oposicao
HAUPT	-	<ul style="list-style-type: none"> . boletim do Sindicato -organizados vamos parar; vamos bater o cartao e depois permanecer parados nos locais de trabalho. . negociacoes com a presenca do 	-	- Boletim Sindicato 1982

SITUAÇÃO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALÚRGICAS DE SÃO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZAÇÃO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
TEMAS CESAR	. fim do restaurante	. que a empresa se comprometa a marcar a data de volta do restaurante em papel assinado, encaminhando ao Sindicato e afixado no quadro de aviso	-	-
LAMINACAO BRASIL E PAPAIZ	-	. documento convocando p/ reuniao na Igreja (V.Alpina) p/ discutir dias parados, fundo de greve e demissoes	-	- Documento Oposicao
LORENZETTI	. reducao obrigatoria de jornada de trabalho . . demissoes	. denuncia:boletim da Oposicao		
MASSEY FERGUSON (destaque)	- (destaque)	- (destaque)	. comissao de Fabrica com Regulamento (setembro 1978)	
MATARAZZO	. proximo a data do reajuste salarial a empresa demite trabalhadores . . estabilidade no emprego, refeicoes decentes, Sindicato ativo, CIPA de luta...	. boletim informa a situacao	-	- Documento Oposicao 1982
	. CIPA	. chama trabalhadores p/ eleicao da CIPA (Por uma CIPA de luta) esclarecendo suas funcoes (bole-		- Documento Oposicao (fev.83)
METALGRAFICA	. reajuste dos salarios . . denuncia s/ atitudes dos chefes	. documento da reuniao da Fabrica (discussao da campanha Salarial)	-	- Documento Oposicao 12/09/80

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
	<ul style="list-style-type: none"> . material de seguranga . problema do "gancho" . insalubridade, higiene . pagamento na hora de servico 			
	<ul style="list-style-type: none"> . atendimento medico . pagamento de premios . nao tem CIPA . chuveiros 	<ul style="list-style-type: none"> . chama p/ a mobilizacao e organizacao de Comissao de Fabrica 	-	- Documento "Por dentro das Fabricas"
METALIT	<ul style="list-style-type: none"> . Movimento Reivindicativo 	<ul style="list-style-type: none"> . greve (dez. 1978) . reuniao Empresa/Sindicato (greve ilegal) . assembleia no Sindicato com 110 trab. de fabrica aceitaram proposta patronal 	<ul style="list-style-type: none"> . demissoes de lideres do Movimento 	- Documento Oposicao (78)
METAL-LEVE	<ul style="list-style-type: none"> . salario mais digno e melhores condicoes de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> . denuncia no boletim o lucro da Empresa publicado Gazeta Mercantil 	-	- Documento Oposicao Abril 1980
	<ul style="list-style-type: none"> . fim das demissoes e readmissao . remuneracao das ferias . nao compensacao de 14 minutos . comissao de fabrica eleita 	<ul style="list-style-type: none"> . denuncia no documento o lucro da Empresa publicado na Gazeta Mercantil . e a proposta de formacao do CCB e "KANBAN" 	-	- Documento Sindicato 1982
MONARK dados	<ul style="list-style-type: none"> . demissoes/100 empregados 	<ul style="list-style-type: none"> . greve contra as demissoes . assembleia dos trabalhadores de- 	?	- Documento/Sindicato Set. 1982

SITUAÇÃO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALÚRGICAS DE SÃO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZAÇÃO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
M.M.M. Motores Diesel Ltda.	<ul style="list-style-type: none"> nao cumprimento de acordo de 2 anos de estabilidade p/ a Comissao de Fabrica Demissao de membro da Comissao (Luis Esteves) 280 demitidos P.O. 20% de antecipacao salarial (R.O.) 1 ano de estabilidade (R.O.) 	<ul style="list-style-type: none"> denuncia-doc. do sindicato " mexeu com o LUIS ESTEVES, mexeu com o Sindicato" convocacao de reuniao para discutir problema e a OSM. (eleicoes) greve das 7 as 12 hs reivindicando readmissao denuncia e discussao sobre a postura da Comissao de Fabrica que esta aceitando proposta da Empresa informacao de Boletim (OSM) ocupacao da fabrica por 1600 trabalhadores - "so somos da fabrica quando atenderem nossas reivindicacoes" 		<ul style="list-style-type: none"> - Documento Sindicato 1980 - Folheto-Comissao Fev. 1981 - Folheto-Comissao ***. 1981 - Documento Chapa 2-OSM 1981 - Boletim da OSM. Regiao Sul- fev. 1984
NIPOBRAS	<ul style="list-style-type: none"> demissao de 2 trabalhadores que denunciaram a forma de eleicao da CIPA 	<ul style="list-style-type: none"> Documento/denuncia 		<ul style="list-style-type: none"> - OSM. - folheto Jul/1982
PADO	<ul style="list-style-type: none"> contra a compensacao da greve de 21 de julho luta pela Comissao de fabrica 	<ul style="list-style-type: none"> documento de fabrica ZECA CADEADO NA LUTA CONTRA O FACA0 (denuncia e chamamento para mobilizacao) "Voces estao compensando por que?" 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento ZECA CADEADO/1983 NA LUTA CONTRA O FACA0 No.2 	
PAPAIZ	<ul style="list-style-type: none"> baixos salarios, tempo de banheiro 	<ul style="list-style-type: none"> chamada para reuniao na Igreja de V. Alpina-Sub.Comando de V.Pru-dente 	<ul style="list-style-type: none"> - Documento 1980 	

SITUAÇÃO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZAÇÃO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
PHILCO (FORD)	<ul style="list-style-type: none"> . Empresa quis destruir a C.F. demissões e pressões . Demissões . Garantia de emprego e Liberdade de organização na fábrica . Evitar demissões 	<ul style="list-style-type: none"> . documento de fábrica denunciando situação-Comissão de Negociação Relativa a questão salarial . Organizar uma comissão p/ negociar com a DIRETORIA DA PHILCO contra as demissões . "Temos que lutar contra qualquer demissão..." . Documento chamando para mobilização "arrancar dos patrões uma comissão de Fábrica que defenda nossos direitos" . "Com a nossa organização dentro da fábrica conseguimos adiar o o facão" Grupo de Operários da PHILCO . Documento do Sindicato.-"SE A PHILCO DISPENSAR TODO MUNDO VAI PARAR"/orientações do Sindicato. . greve contra a demissão "GRUPO DE OPERÁRIOS DA PHILCO" . 1) qualquer demissão avise o Sindicato que estará de plantão na porta da fábrica. 2) se for demitido, convença os trab. a greve imediatamente. 3) não assine nada sem necessidade de lutar 	<ul style="list-style-type: none"> . A C.F. não se manteve 	<ul style="list-style-type: none"> . Docum.-Philco 78 . Docum. OSM 06/11/81 . Docum.-Operários da Philco OSM Maio 1982 . Docum. OSM Nov.1982 . Docum.-Grupo de Trabalhadores da PHILCO 16/05/83 . Docum. do Sindicato Maio 1983 . Docum. Grupo de Trabalhadores da PHILCO/maio 1983. . Boletim do Sindicato

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
PIRATININGA (MAQUINAS)	<ul style="list-style-type: none"> 1. atraso de pagamento 2a. Parcela 130., vale atrasado! 	<ul style="list-style-type: none"> 1. "se no dia 25 o vale atrasar operacao tartaruga 2. pegando no pé da Piratininga 3. greve 4. Mesa Redonda solicitada pelo Sindicato na DRT. Segundo o Sindicato os trabalhadores, entram na Fabrica e cruzam os bracos 5. Forma de Luta - "Bilheteinho - Leia e passe adiante" 6. Documento chama reuniao na Igreja V. Liviero 7. Comissao de Fabrica - encontro com os diretores 8. Greve ate a vitoria 9. Assembleia de Fabrica-documento criticando o sindicato 10. Carta ao Min. do Trabalho 11. Comissao de Fabrica e Sindicato vao ao Ministerio do Trabalho 12. "Livrinho" - 35 DIAS DE GREVE 	<ul style="list-style-type: none"> 1. adiantamento, vale de fevereiro em março, e pagto. de janeiro! 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Por Dentro das Fabricas-OSM 14/10/80 2. Artigos de Jornal 1980 3. Documento OSM-Sector Sudeste 4. Documentos 27 fev.81 5. Documento Sindicato dos Metalurgicos-Ass. Joaquim 28 jan 81 6. Documento 23 fev 81

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1970 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
PRENESA	. demissoes	. chamado para mobilizacao e organizacao contra as demissoes		. Documento OSM maio/1982 out/1982 e nov/1982
STEVENSON	. denuncia de ameaca de demissoes	. orientacao em caso de demissao na Igreja Sao Francisco de Sales . "Vamos nos preparar para garantir o emprego" . "Nossa organizacao vai segurar o facao" . "Vamos dar um gelo nos dedos-duro" . Vamor eleger uma CIPA combativa . criacao de caixa de sugestoes pela empresa		. Documento Sindicato Abril 82 . Documento da Empresa
SPRECH-SCHUN	. demissoes	. paralizacao do trabalho e ocupacao da empresa por parte deles. . apoio do sindicato - uniao de luta, assinado pelos trabalhadores da fabrica		. Documento Sindicato 29 fev 84
SOLON	. insalubridade e demissoes .. negociacoes ...perseguições de encarregados	. processo juridico pela insalubridade .. Comissao de Fabrica e diretoria da Empresa	. demissoes	. OSM 1979 (documento) .. OSM jun 1981 ...OSM AGO 1982
SOFUNGE	. condicoes de trabalho . insalubridade . baixos salarios	. denuncia em documento		. OSM 1981
SIEMENS	(destaque)	. comissao de fabrica greves na empresa		. Com. de Fabrica Ed. Vozes (depoimento)

SITUAÇÃO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALÚRGICAS DE SÃO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZAÇÃO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
SENER	.. aumento do ritmo de trabalho, trabalho de menor, insalubridade, CIPA não é eleita...	.. chamada para a organização e luta		.. OSM Setor Sudeste Documento 7/12/81
SANDWIG	.. problemas de faixas salariais condições de trabalho	.. Comissão de Fábrica-discussão sobre a organização na fábrica, Inter fábricas, Sindicato, ideia do gerente da empresa		.. Documento - Experiência de fábrica ?
TECNOFORJA	.. salario	.. operários em greve - 26 dias de resistência	-	.. Documento de Operários 14/11/79 OSM
TELEFUNKEN	.. demissões	.. denuncia em documento	-	.. OSM Chapa 2
TOSHIBA	(destaque)	.. Comissão de Fábrica 1978	-	.. Comissão de Fábrica-Ed. Vozes
VILLARES	.. Salario ..discriminação no restaurante .. Luta pela C. Fábrica ... demissões (440 empregados) ... readmissão ... estabilidade da Comissão de Fábrica.	.. greve ..denuncia Boletim ..diretos do sindicato conduz reunião ...greve		.. Documento 1978 .. "Por Dentro das Fábricas" OSM JUN 1982 ...PIQUETAO OSM- Região Sul
VOLKS	.. denuncia o sistema de representação da VOLKS	.. não a representação pelega .. discutir a formação de uma verdadeira C.F. .. denuncia Sindicato Pelego "Luta com a Oposição"		.. Documento OSM-1980
VULCANIA	.. atraso de salários	.. greve/apoio da Pastoral Operária de Itaquera		.. Boletim-OSM

SITUACAO E MOVIMENTO NAS FABRICAS METALURGICAS DE SAO PAULO (1978 - 1983)

EMPRESA	PROBLEMAS E REIVINDICACOES	FORMAS DE ENCAMINHAMENTO E ORGANIZACAO	RESULTADOS	FONTE/ DATA
ZANETTINI	. reducao da jornada de trabalho	. assembleia de fabrica para decidir assunto. . Comissao de Fabrica (C.F.) . 1) C.F. eleita por todos os trabalhadores . 2) C.F. deve negociar e a decisao e da Assembleia . 3) Assembleia substitui membros da C.F. . 4) Membros da C.F. devem ter estabilidade . 5) C.F. independente da atual estrutura do sindicato . 6) As C.F. de um mesmo bairro deve se encontrar p/ encaminhar lutas na regio . Critica a posicao do Sindicato quanto ao controle das C.F.		. Documento OSM 17/11/81
YAMASAKI	. falta de higiene, ambulatorio, banheiros e alimentacao (leite)	. denuncia sindicalize-se e lute com a oposicao		. OSM - 1980 "POR DENTRO DAS FABRICAS"

ANEXO II

ANEXO II

Depoimentos sobre o tema: "Mudança Empresarial e Estratégia Operária e Sindical"

Coordenação: Prof. Arnaldo Nogueira

Depoimento nº 1: Luis Antonio Medeiros - Representante da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

Depoimento nº 2: Hélio Bombardi - Representante da Oposição Sindical Metalúrgica

São Paulo, 08 de outubro de 1982

FEA/PUC-SP

Depoimento nº 1: LUIS ANTONIO MEDEIROS - representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - 08/10/1982

Companheiros. Eu queria esclarecer que só vim ao debate em consideração aqui ao professor que é um estudioso do nosso movimento. Eu só recebi o convite ontem a noite e realmente tive que abandonar uns três ou quatro compromissos para vir para cá. Mas, mais ou menos às 11 horas nós vamos ter que estar em frente de fábrica pra convidar os companheiros para conversar sobre a nossa campanha salarial e a assembléia que vamos ter. Nós estamos em campanha salarial e estamos negociando. Então eu vou dizer alguma coisa, mas realmente eu não fiz uma preparação para falar para vocês que são estudiosos da matéria, que são intelectuais. Então é um pouco difícil e diferente eu falar aqui em relação a eu falar para uma assembléia de trabalhadores. Mas de qualquer maneira eu vou tentar transmitir para vocês algumas das nossas experiências. Eu penso o seguinte: a democratização do mundo é uma coisa irresistível. A democratização na relação entre as pessoas, entre as camadas da sociedade, entre as classes é uma tendência natural no mundo e ela vai vir que a gente queira, que a gente não queira. Mesmo na sociedade brasileira, depois de 17 anos de arrocho político, econômico e em todos os sentidos, nós hoje estamos em véspera de eleições, nós hoje estamos com cinco partidos políticos constituídos, estamos assistindo um debate de idéias muito grande. Isto é democracia e ajuda indiscutivelmente os trabalhadores na sua luta.

Porém a questão da democracia dentro da fábrica brasileira, dentro das empresas, eu vou dizer para vocês sem medo de errar: Ela não existe.

nós_eticamente_vivemos_na_idade_da_pedra. O trabalhador brasileiro, qualquer um, não precisa ser operário não, ele chega hoje num emprego, amanhã ele pode estar despedido. O patrão diz que ele está despedido por justa causa e o trabalhador entra na justiça e demora 2 ou 3 anos. O patrão ou o encarregado pode dar uma suspensão quando quiser e não tem o dever_de_provar que o cidadão estava errado. Ele simplesmente não gostou do cara, redige ali uma suspensão para o companheiro. Redige uma advertência e dá ao companheiro quando quiser. Quer dizer, a ditadura dentro das empresas é algo muito acentuado. Ela é muito mais do que dez atos institucionais nº 5. É claro que esta tendência à democratização da sociedade de qualquer forma, vai existir dentro das fábricas e os operários, independentemente da vontade de quem dirige a classe operária, vão sentir isto. É uma tendência natural, uma questão de auto defesa e ele vai procurar as suas próprias formas de organização. Podem ser os SINDICATOS, GRUPOS CLANDESTINOS NAS FÁBRICAS etc... Agora, se organizar na empresa não pode, a lei não permite isso.

Eu, como diretor de sindicato, tenho um problema numa empresa. Então eu peço uma entrevista com Diretor de Relações Industriais. Ele por sua vez pode ou não me receber. Isto depende da vontade dele. Se ele quiser me receber, ele me recebe. Ele não é obrigado a me receber. O que eu posso fazer é uma notificação para ele ir à Delegacia Regional do Trabalho. Ele, para atender a esta citação pode enrolar até um mês. Na Delegacia Regional do Trabalho ele não tem nenhum compromisso de acertar as contas com o sindicato. Ele pode chegar lá e dizer: "eu não vou cumprir nada disso tchau... abre um processo". E este processo demora 2 ou 3 anos, e as vezes devido a burocracia chega a demorar 10

anos para sua solução no tribunal. Então voce vê que é bem arcaico o relacionamento entre patrão e empregado. E aí a DEMOCRACIA praticamente não existe. No sindicato nós temos que cuidar de 13.000 empresas e nós temos apenas 24 diretores. A lei não permite mais, que 24 diretores. Nós temos 400 mil metalúrgicos em São Paulo e apenas 24 diretores para representá-los. Independente da categoria, os Sindicatos têm 24 diretores, se tiver 30 mil como os marceneiros, ou se tiver 600 mil, não interessa são 24 diretores.

Muitos dos problemas que acontecem dentro das fábricas, como por exemplo, questões de INSALUBRIDADE DO TRABALHO, QUESTÕES DE SEGURANÇA no trabalho, questões de ATRASO de pagamento, questões de HIGIENE não existem meios de resolver. Não há canais de comunicação entre empregado e empregador. Não tem como resolver e encaminhar estes problemas. Os trabalhadores têm que buscar um canal legal que é o sindicato. E nós não temos como fazer isso porque somos apenas 24 diretores. E estes problemas poderiam muito bem ser resolvidos a nível da empresa. São questões tão pequenas que podem muito bem ser resolvidas dentro da empresa. Eu já tive que ir em algumas empresas para resolver problemas tais como: o trabalhador atrasava 1 minuto ele perdia o domingo. Chegou a ter 10 companheiros que perderam o descanso semanal remunerado. Quer dizer isto cria um clima dentro da empresa que também não é favorável ao empregador, porque ninguém vai trabalhar bem, produzir bem, se se sentir profundamente insatisfeito. As injustiças sociais são gritantes. Se existir um canal de comunicação dentro da empresa onde estes problemas possam ser encaminhados e resolvidos, os dois lados vão ficar mais satisfeitos. A produtividade vai aumentar, os companheiros

trabalharão mais satisfeitos. O trabalhador passa 10 horas e meia dentro de uma fábrica, sem contar o transporte (2 horas para chegar à fábrica). Quer dizer são 12 ou 13 horas que você se deica àquela unidade de produção. É necessário encontrar uma maneira de convivência ali dentro para resolver estes pequenos problemas.

Há uma resistência, dentro do mundo empresarial, à idéia de sindicato. Nenhum empregador gosta de sindicato, seja ele autêntico, não autêntico, pelego, não pelego. Eu digo nenhum e talvez esteja fazendo até uma certa injustiça. É que o empresariado brasileiro é realmente atrasado. Alguns deles tem até mentalidade de donos de escravo. A concepção dele é de que a empresa no seu conjunto é toda uma máquina. Os operários são peças desta máquina. Um dia esta peça não está boa, ele joga fora, pega outra e encontra para a substituição uns tres ou quatro no mercado brasileiro.

Em relação às multinacionais, a gente pode dizer o que quiser, que elas exploram o país, mandam o lucro pra fora, mas, a mentalidade desse pessoal é muito mais arejada. Eu prefiro (não sei se é a mesma experiência do Vicente em São Bernardo), dez mil vezes trabalhar enquanto diretor do Sindicato, com uma FORD, do que trabalhar com a J. ALIPERTI. Vocês já ouviram falar na J. ALIPERTI? Aquele negócio é um horror ela é cercada de arame farpado, com guardas com um tremendo "cacetão", com fardas escuras. Você vai na FORD é um negócio todo pintadinho, um negócio todo bonito, o guarda não sai de revólver na mão, o papo dele é diferente. A J. ALIPERTI não permitia nem que o Sindicato distribuísse boletim na porta da fábrica. Nós tivemos que

levar para lá 40 companheiros, 40 homens pra lá e dissemos: "a rua é nossa, a praça é nossa, pô, lá dentro pode ser até de vocês mas aqui é nosso". Sabem, saiu um cacete prederam, 2 ou 3 companheiros mas nós conquistamos o local.

Na FORD os caras oferecem até cafezinho. Mas nós não podemos aceitar o cafezinho. É claro. Mas é outro tratamento, eles dizem: "fiquem aí a vontade, distribuam o seu boletim e tudo bem" quer dizer o tratamento e o tipo de envolvimento é outro. Então você tem agora a Comissão de Fábrica da FORD. E foi um tipo de negociação que tem seus limites. Onde ela vai sair ganhando com essa história da COMISSÃO? Ao mesmo tempo que nós vamos sair ganhando, pelo seguinte: na FORD daqui de São Paulo onde eu acompanho foram resolvidas questões, por exemplo, de equiparação de SALÁRIO. Equiparação de salário é o seguinte: tú é ferramenteiro e tu também é ferramenteiro, só que tu ganhás 700 pau por hora e outro ganha 500 pau por hora, mas vocês fazem o mesmo trabalho. Então vocês têm direito ao salário igual, não é verdade? Isto aí é muito grande dentro da empresa brasileira. Agora na FORD a COMISSÃO está resolvendo estas questões. Está resolvendo a questão da alimentação, transporte, milhares de questões que existtiam lá. Agora de um outro lado, a FORD está saindo ganhado com isso porque o pessoal está contente. Se sente na sua própria casa. Passa a ter anos pela empresa e portanto passa a produzir mais. E tem mais um outro massêta: é a idéia dos direitos e deveres. O pessoal da COMISSÃO vem e diz "olha nós temos o direito a isto, isto e isto. A FORD diz "tudo bem, nós vamos cumprir este pedido de vocês e vocês devem dizer aos seus companheiros que para eles adquirirem seus direitos devem cumprir seus deveres. O dever dele é

trabalhar mais, conservar o banheiro limpo, não estragar papel higiênico, se comportar da tais e tais maneiras. Tem o verso e reverso, a empresa sai ganhando com isto.

Só para dar um fechamento na questão. O Hélio apesar de ser um companheiro da oposição, fez oposição à mim eu considero um companheiro de muito valor. Um companheiro de luta como todos os trabalhadores. Ele tem muita experiência em relação as comissões. no ano 78 me parece inclusive que participou de uma das comissões. Agora eu queria falar um pouco sobre as experiências que nós tivemos agora no mês de agosto. No mês de agosto em São Paulo nós fizemos 12 greves, com 13.000 metalúrgicos parados. As reivindicações principais destas greves dos companheiros eram: estabilidade de emprego, em primeiro lugar, e a seguinte era COMISSÃO de FÁBRICA. Nestas greves de certa forma nós conseguimos as duas coisas. Nós não conseguimos estabilidade por um ano é claro mas conseguimos por 3 meses, 4 meses. E o sindicato adquiriu a seguinte postura. Quando a firma entra em greve, nos só vamos conversar com a direção da firma acompanhado de uma comissão de trabalhadores. É uma questão de princípio nossa. Só conversamos com voces da direção da firma, acompanhado de uma COMISSÃO DE TRABALHADORES. Só que para esta comissão de trabalhadores ir lá conversar com a direção da empresa nós também pedimos garantia no Emprego. Eu pessoalmente por ser diretor do Sindicato tenho uma certa garantia no Emprego. A não ser que o governo faça intervenção no Sindicato. E esses companheiros, que nos acompanhariam também teriam que ter garantia no emprego. Por que se não eles conversavam com o empregador e depois que terminava a greve o empregador mandaria eles embora. Em todas estas fábricas nos conseguimos

estabilidade por 2 ou 3 meses. Agora depois que acabou a greve, a grande dificuldade residia no seguinte: olha, nós estamos acostumados aqui no Brasil que tudo vem de "cima pra baixo", o tenente manda no sargento, o sargento manda no cabo, o cabo no soldado, quer dizer de cima para baixo. Quando fôr de baixo para cima vai ser uma resistência monstruosa. Então você imagina o seguinte: o supervisor sempre foi acostumado só a mandar a só ditar, a só fazer cumprir ordens. Um líder da produção que também herdou da educação dele na escola desde criança, na fábrica a educação desse cidadão foi só também mandar, só fazer os outros cumprir ordens. Todo mundo gosta de mandar. Vamos pegar aí os técnicos, as gerências, e de repente esse pessoal se encontra numa situação diferente que é um grupo de trabalhadores com estabilidade na empresa que diz: peraí companheiro, vamos discutir um pouco pô, o negócio não é este, como diz o outro: o buraco é mais embaixo". Vamos dar uma discutida neste negócio.

Isso companheiro, forma uma resistência monstruosa, você imagina companheiro o que é isto: um monte de supervisor, de técnico, de "diabo a quatro" boicotando uma Comissão. Você imagina o que pode acontecer com estes companheiros. E pressionando também a direção da empresa, porque muita gente da direção da empresa aceita, mas muitas vezes a pressão que vem dos intermediários é tão grande que a própria direção da empresa se vê forçado a tomar medidas e pagar por exemplo os tres meses de estabilidade para o trabalhador da Comissão e mandar todo mundo para a rua. A situação na MONARK é esta, nós conseguimos estabilidade para a comissão de fábrica até dezembro, mas ao mesmo tempo aquele pessoal que era acostumado a "dar esporro em todo mundo", que era acostumado a dar

suspensão porque dormiu mal, acordou de mal de humor, era acostumado a fazer tudo; a comissão de fábrica passou a discutir estas questões. E a resistência então é muito grande e daí eu vejo que quem está na UNIVERSIDADE é claro não vai trabalhar na fábrica como ferramenteiro, torneiro mecânico. Vai trabalhar como técnico, homens de departamento, departamento de pessoal. daí que eu vejo a importância do papel de vocês. Sabem tem que entender que esta relação entre Capital e Trabalho ela tem que se democratizar. Ela tem que evoluir. E as vezes a questão é que ela evolui independentemente de quem tiver colocando barreira.

Essa democratização ela é irresistível. Se as pessoas não entendem isto, o negócio estoura, dá morte. Dá num IRÃ. E eu entre IRÃ e a ESPANHA, eu prefiro a ESPANHA.

Eu não sei eu transmiti aquilo que eu queria transmitir e não sei se era isso que vocês estavam esperando. Mas é esta a contribuição que eu pude dar para o Debate de hoje.

Depoimento nº 2

Hélio Bombardi: representante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

A idéia é o seguinte, está se falando muito em democracia. E esta palavra acaba se tornando meio mágica, quer dizer, tanto na propaganda política, no rádio, no jornal e fundamentalmente no local de trabalho. Esta é a grande questão. Para mim enquanto não houver a democracia no local de trabalho (a democracia dentro da fábrica, onde se dá a questão da exploração) praticamente não vai ser possível ter uma democracia de fachada, ao nível político, se ao nível da produção não houver democracia. Esta é uma premissa básica, a primeira que tem que se levantar. Quer dizer enquanto não existir de fato a democracia dentro das empresas, dentro das fábricas, falar em democracia no geral, é muito simples. No Brasil vem se democratizando e daí. Quando se fala em democracia tem que se partir da unidade de trabalho, quer dizer qualquer país que não tiver democracia a partir da relação de trabalho na fábrica para todos os níveis da sociedade, não dá para falar que estamos vivendo numa Democracia.

Eu acho que o Luis Antonio deu alguns exemplos e tem vários outros exemplos que poderiam mostrar muito bem para nós, como agem as fábricas de uma maneira geral. E às vezes aqui o que muda é a relação entre pequena, média e grande empresa.

Na pequena geralmente a direção é mais pessoal, familiar, e você tem uma relação mais direta com os donos ou com quem representa os

donos. Quer dizer você está trabalhando, de repente chega um cara e diz "ei você não está fazendo isto certo". Não seria hierarquicamente seu chefe, seu superior. Às vezes é um diretor, um diretor-presidente, o irmão do diretor que está passando e conhecendo a firma. É uma relação pessoal e esta relação normalmente é uma relação atrasada, pelo menos nas fábricas que eu tenho passado é uma relação mais atrasada em relação às grandes empresas. Porque acaba sendo uma direção de família e esta direção normalmente é uma direção conservadora. É muito difícil para ela aceitar idéias e coisas novas dentro d fábrica. Sejam idéias de representação sindical, representação operária, de CIPA, quer dizer todas as idéias que sejam no fundo idéias de LUTA, acabam sendo muito difíceis. Se a empresa funcionou assim durante 30 anos por exemplo, por que ser diferente? É o que mais se ouve. Então tem uma questão de banheiro sujo eles dizem: há trinta anos que o banheiro funciona assim, e você vem reclamar ou só meia dúzia de "gato pingado" que reclama. Quer dizer é uma relação muito diferente da grande empresa.

A média empresa se situa no meio das duas. Mas às vezes é uma média empresa com tecnologia avançada, o comportamento dela é de grande empresa. Quando é uma média empresa com mão de obra muito desqualificada, muito artesanal, que é o caso onde eu trabalho atualmente, aí a relação ainda continua sendo pessoal. As hierarquias dentro das fábricas são muito pequenas, quer dizer, há um diretor-presidente, diretoria e chefes. Tem mais "cacique do que índio". Todo mundo é chefe. Sabe ele faz hora-extra, não ganha porque é chefe. Tem este tipo de coisa, quer dizer às vezes compensa para a fábrica elevar o cara para chefia. Porque ele não vai ganhar hora-estra, sábado ele vai

trabalhar, ele fica à noite, é responsável pelo maquinário. Ele acaba sendo no fundo o anteparo do choque entre a empresa e o operário.

É normalmente as condições de segurança, higiene, as condições sociais são péssimas. Por exemplo, onde eu trabalho, 90% ganha um piso salarial (Piso Salarial dos Metalúrgicos), em torno de 24 mil cruzeiros. Já dá para ter uma idéia, tem muita gente analfabeta etc. A fábrica no fundo é muito atrasada.

A grande empresa é diferente, mesmo quando ela se instalou no Brasil, ela já vem de certa forma com toda uma discussão, uma experiência dos países de origem. Então a direção é impessoal. Isto em termos de LUTA é muito melhor, porque, você nunca vai ver o seu patrão. Nunca você vai encarnar numa figura, o seu patrão é a fábrica. São todos aqueles que estão exercendo a função de dono da fábrica. E esta experiência eu tive quando eu trabalhei na Massey-Fergusson do Brasil, que na época se localizava no Campo Limpo, e hoje está junto, numa "holding": a PERKINS em São Bernardo. Está na área do Vicente do Sindicato de São Bernardo. Na verdade eu trabalhei lá 7 anos e eu vi, fora nas épocas de briga, o diretor-presidente duas vezes. Isto traz uma relação impessoal na luta. E isto é muito importante porque há sempre uma idéia de certa forma no operário, do paternalismo, do "bater nas costas", a partir do contatado direto com o patrão. isto em determinados momentos, dependendo da luta, acaba iludindo o trabalhador.

Numa grande empresa a coisa já vem em bloco, em cada seção já existe na verdade suas normas, todas as normas já estão prontas já vem

por exemplo diretamente do exterior para cá, levemente adaptados ao Brasil e funcionam. Lá na Europa, o cara não chega atrasado, então aqui não chega também atrasado. A Massey-Fergusson era um exemplo disto: um minuto de atraso para os horistas (que é o peão da produção) desconta-se o domingo. Quer dizer não tinha "colher de chá". Para o pessoal mensalista acaba de certa forma tendo uma outra interpretação. O cara podia chegar atrasado.

E de certa forma o relacionamento dele dentro da fábrica é um pouco diferente, trabalha 40 horas, semana inglesa. Na Massey-Fergusson era assim, o pessoal da fábrica entrava às 7 horas, saía às 17:36 com uma hora de almoço. O pessoal do escritório entrava às 8 horas e saía às 17 horas com uma hora de almoço.

Além disto o horista, tem mês como fevereiro, que ele ganha menos.

A minha idéia é a seguinte, explorado tanto é o peão da fábrica como o cara do escritório. Os dois são explorados. Agora oprimido fundamentalmente é o peão da fábrica. Essa é uma diferença que eu consigo ver.

E acima destes dois, tem a questão da gerência, das chefias intermediárias. Na Massey-Fergusson, o chefew de estágio (chefe de um pedaço da linha de montagem). O encarregado da linha de montagem, o feitor da linha de montagem, o supervisor, o gerente, o gerente de divisão e o diretor. Quer dizer é uma hierarquia, que eu só consegui

chegar lá em cima na época da greve, para discutir com este pessoal. E no plano geral toda esse pessoal da chefia que fez a gerência da firma, está ao lado do patrão. isto é muito importante ser frisado. Agora em casos de conflito, em ocasiões de luta, aí que a gente consegue sentir as coisas. Em muitas destas oportunidades, esses gerentes, esses chefes intermediários, esses técnicos, muitos deles acabam individualmente ingrossando a luta dos operários. Tem uma série de exemplos em firmas, onde há uma rede de comunicação. Onde eu trabalhei, teve uma greve de 9 dias em 1978, uma das grandes greves aqui em São Paulo, e a gente conseguiu a comissão de fábrica na época, com estabilidade e tudo, apesar de que não adiantou nada, mas conseguimos de certa forma.

A gente conseguiu organizar uma rede de comunicação dentro da fábrica, muito importante, tinha um diretor que passava informações para gente. Tinha gerente que marcava ponto para discutir fora da fábrica alguma coisa que a fábrica planejava fazer. E principalmente na área técnica, com o pessoal administrador (chamando essa área de técnica porque de certa forma às vezes ele tem uma relação muito grande com a produção) a gente acabava fazendo muitas discussões. E por incrível que pareça, esse pessoal todo juntamente com as secretárias, porque no fundo a secretária acaba sendo o grande elo de ligação, que se quiser pode estar a serviço do movimento operário. E não é só a nossa luta, fundamentalmente é ela, mas com muita contribuição desse pessoal de gerência, chefias intermediárias.

Lógico que onde eu trabalhei foram um ou dois gerentes que tomaram esta atitude, mas é importante frisar isto porque em muitas das ocasiões

que a gente discute com o pessoal eles falam assim: "mas o que um gerente, um técnico pode fazer?" Pode fazer muita coisa, depende do compromisso dele em relação à fábrica, em relação à empresa. É lógico que ele também vai querer preservar seu cargo. Não vai discutir isto dentro de uma assembléia na fábrica. Mas é possível, desde que ele esteja comprometido com os trabalhadores, ele pode fazer um monte destas coisas.

Então na verdade, antecipando a discussão, o que eu acho importante é este tipo de coisa, este compromisso entre a administração e os operários. Pelo menos para quem estuda nesta área e vai para dentro da fábrica eu acho que teria que ter isto muito em mente. Hoje é muito mais fácil que em alguns anos atrás, quando era muito mais difícil este relacionamento, este contato com o pessoal.

O cara do escritório, aí que vem a diferença, no fundo ele é neutro e acaba sendo a classe média da fábrica, no seguinte sentido: ele vai para o lado que tem mais força, ele só assume a luta no momento em que ele sente que aquele lado pode ganhar.

Está é a experiência que a gente tem dentro da fábrica. Teve momentos que a gente teve que tirar o pessoal de dentro do escritório. E tinha cara que vinha sentado na cadeira, carregado por quatro peões que colocava a cadeira no meio do pátio. Isso é muito importante. Quando não ia voltar atrás mesmo, que a gente queria conquistar algumas coisas, aí os caras se aminavam. Aí eles chegavam de manhã "e vamos lá, feche as portas etc..." Na medida em que eles sentiram a força ele acaba

realmente assumindo a luta, ainda com toda a dificuldade natural do cara do escritório que fundamentalmente aspira a ascensão social. Muito mais que qualquer operário, ferramenteiro, etc.

Porque o ferramenteiro sabe que o máximo que ele pode chegar é ferramenteiro mesmo. Não existe escala para ele dentro da fábrica. Agora o cara que começa como auxiliar de posto, daqui um pouquinho ele está estudando. Faz a PUC à noite, sobra uma vaguinha de encarregado de setor de custo, daí um pouco ele já vai trabalhar na exportação, ou importação. Quer dizer, ele tem dentro da cabeça a questão de ascensão social. E isto é normal dentro d fábrica. E isto para o pessoal da produção é muito mais difícil porque a escala é muito mais rígida. Um técnico quando entra dentro da fábrica, ele já entra como encarregado. Ele não vai fazer ferramentaria, usinagem, tornearia para chegar depois a encarregado. Ele já entra na função de encarregado, principalmente os técnicos, que vem da maioria das faculdades que existem. Na Massey-Ferguson, tinha uns 20 estagiários destes. Uns 4 ou 5 no final do ano ficaram na firma e já eram promovidos à chefe. Isto então é um lado da história da chefia.

Agora voltando um pouco para a questão da democracia. O que eu acho fundamental é o seguinte: está se tornando um fio histórico do movimento operário. Na verdade sempre houve lutas e sempre houve tentativas de organização dentro das empresas.

Se a gente pensar até o período de 30, por exemplo, a representação sindical dentro da empresa já era uma representação

direta. E amarrando com isto, existiam as casas sindicais que eram nos bairros. O cara saia do serviço, antes de chegar em casa passava na casa sindical, conversava, discutia, via o que estava acontecendo nas outras fábricas, no movimento sindical e praticamente ia para casa sabendo de todo o movimento.

A estrutura sindical editada por Getúlio Vargas, a partir de 30 e que ficou pronta em 1943 é a que existe até hoje. isto é, a estrutura sindical ligada ao Ministério do Trabalho que pode intervir a qualquer momento dentro dos sindicatos. E a estrutura é vertical, quer dizer, o sindicato dos metalúrgicos não pode se ligar ao sindicato dos químicos, ao sindicato dos têxteis ou da construção civil. Só pode se ligar em federações e confederações, também por categoria. De outro lado tem o imposto sindical, que permite fazer com que um sindicato pequeno, tenha uma diretoria grande e permite uma intensa burocratização, permite uma intensa corrupção de todo o pessoal, o "pelego", que há muitos anos serve ao sistema. Por uma simples questão: ele não depende do trabalhador para manter o sindicato, ele depende fundamentalmente do imposto sindical e eventualmente da contribuição assistencial que são duas taxas diferentes. A gente por exemplo, vê sindicatos em SP. como construção civil, que tem uma sede luxuosíssima, carpete alto que o cara vai até se equilibrando, mármore etc. é uma sede que parece dos donos da construtora e é dos trabalhadores da construção civil. No entanto é um sindicato que tem 3.000 associados, sendo que a gente sabe muito bem que São Paulo tem em torno de 200.000 trabalhadores na construção civil. O que permite ele manter aquilo? O que permite é fundamentalmente o

imposto sindical e a contribuição assistencial, que é recolhida de toda a categoria independente do cara aceitar ser associado ou não.

Então a questão da democracia tem muito a ver com isto também. O sindicato no Brasil ele é estruturado para não permitir a participação do operário e do trabalhador e sem entrar nas maiores polêmicas (*quer dizer podemos entrar depois), mas basta ver que o orçamento do Sindicato dos Metalúrgicos no ano passado era uns 850 milhões. Deste 850 milhões, a contribuição de mensalidades era 118 milhões se eu não me engano. Quer dizer, do total de dinheiro uns 10 ou 15% provém da contribuição mensal dos associados.

Agora aí, remete a uma outra questão de democracia. A questão da comissão de fábrica que é uma coisa que durante muitos anos foi propagandeada. E em todo aquele período "negro" entre 1969 e 1974, por vários motivos e principalmente pela repressão, tanto a patronal como a policial, os operários não tinham muitas condições de se organizar nos sindicatos. Os sindicatos de certa forma eram intensamente vigiados e de certa forma também acabavam não tendo como responder a questão das necessidades mais imediatas dos trabalhadores nas fábricas.

E acabou se formando através de várias espécies de militâncias, desde o pessoal que tinha passado por organizações clandestinas, o pessoal da igreja progressista, a chamada Pastoral Operária, e por outro lado muitos companheiros novos que estavam entrando na luta. Isto acabou formando dentro da fábrica o tal do grupo de fábrica. Era um primeiro momento da forma com que a gente acabava vendo a luta. Quer dizer um

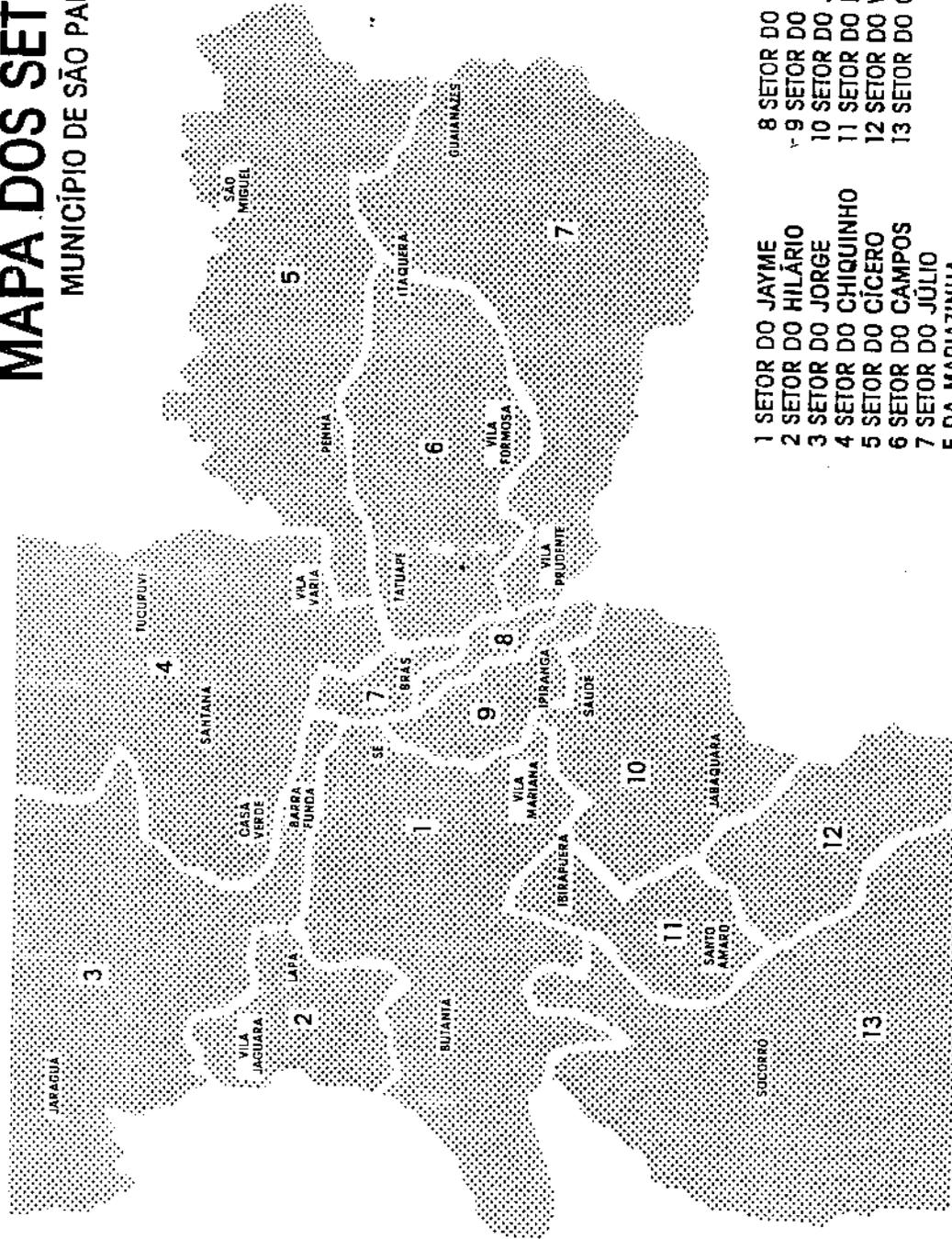
cara que tinha acabado de sair de um Partido X, de um Partido Y, de igreja que diz que tinha que lutar por um mundo melhor. Então o cara tava ali dentro da fábrica e ele queria ver como é que ele lutava. E mesmo os tipos de materiais que rodavam dentro da fábrica era muito interessantes. O material que mais rodava dentro da fábrica era recorte de jornais, e boletins de igreja. E isso confundia o patrão, em determinados momentos, porque a presença da igreja, ele não conhecia muito esta igreja que estava vindo aí. Quer dizer é de igreja, então deixa, se pegava o cara no ato não mandava embora, se mandava embora não mandava prender. Acabava tendo uma certa tolerância mas muito mais no sentido de saber como enfrentar um problema novo desse. Isso vai de 1969 até 1974/75, quando as coisas começaram a ganhar intensidade dentro do movimento. Em 1978 explode tudo isto. Explode porque naquele momento o sindicato reunia uma parcela muito pequena dos trabalhadores, e não tinha o poder de representação nas fábricas, tanto é que nas grandes greves de 1978 em São Paulo não passaram pelo sindicato. É um dado muito objetivo. Em segundo lugar o sindicato não tinha formas de controle sobre o movimento porque normalmente era um movimento bastante explosivo. Daquela forma: "o que dá ou desce", o pessoal não abria mão mesmo. A questão era bastante explosiva, chegava em níveis que as próprias lideranças dentro das fábricas, tinham dificuldades de manter o controle da coisa. Porque se não a coisa ia mesmo para a pancadaria, para o quebra-quebra. E a terceira coisa é a seguinte: já estava sendo gestado na prática as formas de comissão de fábrica. Da experiência que eu tive, que foi essa basicamente o que a gente conseguiu sentir foi o seguinte: os patrões a partir de 1978 compreenderam que eles teriam que arrumar canais para participação dos operários. Ou eles arrumavam canais

de participação para os operários ou eles estavam arriscados a sempre, a estar defrontando com uma série de problemas que não constavam de todo o planejamento de sua empresa.

ANEXO III

MAPA DOS SETORES

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



- 1 SETOR DO JAYME
- 2 SETOR DO HILÁRIO
- 3 SETOR DO JORGE
- 4 SETOR DO CHIQUINHO
- 5 SETOR DO CÍCERO
- 6 SETOR DO CAMPOS
- 7 SETOR DO JULIO E DA MARIAZINHA

- 8 SETOR DO GERALDINO
- 9 SETOR DO NICOLAU
- 10 SETOR DO JOÃO E DA NAIR
- 11 SETOR DO LUÍS ANTÔNIO
- 12 SETOR DO WALTER
- 13 SETOR DO GRIGÓRIO

AÇÃO SINDICAL - 10

AÇÃO SINDICAL - 11

ANEXO IV

SINDICATO DOS
TRABALHADORES
METALÚRGICOS
DE SÃO PAULO



PRINCÍPIOS PARA CONSTITUIÇÃO
DE
COMISSÃO DE FÁBRICA

FUNÇÕES DA COMISSÃO

Compete a Comissão de Fábrica representar os empregados juntamente com o Sindicato nas negociações dos problemas internos tanto referente a reclamações, reivindicações ou sugestões. Uma vez que houver negociação entre a empresa e a Comissão e no entender do Sindicato for assunto pertinente a sua representação, poderá o Sindicato avocar tal negociação.

* * *

ESTRUTURA

O número de representantes deve levar em conta os seguintes aspectos:

- * - Extensão da empresa
- γ - Número de empregados
- - Setores, departamentos ou unidades existentes.

A Comissão de Fábrica deve ter um coordenador escolhido entre os seus membros ou eleito pelo voto geral da empresa.

PROCESSO ELEITORAL

Para que a Comissão de Fábrica seja legitimamente reconhecida pelos trabalhadores, pela empresa e pelo Sindicato, entendemos que deva ser eleita democraticamente e o processo eleitoral conduzido conjuntamente pelas partes.

* * *

COLEGIO ELEITORAL

Fazem parte do colégio eleitoral todos os empregados da empresa, excluindo-se os cargos de chefia, em destaque. Podem votar todos os empregados sem tempo de carência no emprego.

* * *

CANDIDATOS

Podem candidatar-se todos os empregados excluindo-se os não votantes. Qualquer tempo de carência deve ser fruto de entendimento na mesa de negociação.

* * *

DURAÇÃO DO MANDATO

A duração do mandato da Comissão de Fábrica é de 2 anos, podendo este prazo ser alterado mediante entendimento nas negociações.

ESTABILIDADE PARA OS MEMBROS

Os membros da Comissão de Fábrica devem gozar de estabilidade durante o tempo em que exercerem mandato e mais um tempo de carência ao final do mandato.

REVISÃO DO REGULAMENTO

No final de cada mandato é recomendável avaliarmos o regulamento e se necessário fazer algumas alterações, corrigindo possíveis falhas e adequando-o às necessidades impostas pela realidade.

* * *

OBS FINAL

Deve-se levar em conta os aspectos de cada local de trabalho e de cada empresa, sobre os itens acima enunciados, bem como para outros que poderão surgir no decorrer das negociações.

Temos por objetivo esclarecer alguns aspectos importantes sobre as Comissões de Fábrica.

Em primeiro lugar é necessário esclarecer que as Comissões de Fábrica são hoje uma realidade em muitas empresas e que o reconhecimento destas por parte da direção das empresas é mais uma forma de instituímos um canal efetivo de comunicação entre os empregados e a direção da empresa, bem como de aprimorar o relacionamento entre a empresa e o empregado. Incentivamos ainda que este canal venha a melhorar o relacionamento entre os empregados e suas respectivas chefias, com base na cooperação mútua, evitando assim tensões, desentendimentos e confrontos, uma vez que solucionará problemas internos através do entendimento direto, dando-lhes pronta atenção na medida em que estes ocorrerem. No nosso entender as Comissões de Fábrica são regulamentadas por estatutos que devem ser negociados com as empresas, analisando-se sempre a realidade de cada uma delas.

Acreditamos, com certeza, de que as empresas sensíveis às mudanças no relacionamento das relações de trabalho que hoje ocorrem em todos os níveis e por entender que, nos mais diversos tipos de empresas, independente da origem do seu capital ou do seu porte, saberão entender a importância destas comissões e entender que as Comissões de Fábrica passam a superar tabus e saem da timidez para se tornar uma realidade.

JOAQUIM DOS SANTOS ANDRADE

- Presidente -

TESES DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA
SOBRE COMISSÕES DE FÁBRICA

1. CARACTERÍSTICAS E ORIENTAÇÕES DAS COMISSÕES

a) As comissões devem ser eleitas por todos os trabalhadores com representantes de todas as seções. Estas comissões tem-se demonstrado mais firmes diante dos patrões do que aquelas indicadas em parte ou no todo pelas chefias.

b) A Comissão deve negociar as decisões são da assembleia.

c) A Assembleia de Fábrica pode destituir a Comissão e as reuniões por seção podem destituir os representantes que não estiverem satisfazendo.

d) Os membros das Comissões devem ter estabilidade de acordo com os interesses dos trabalhadores.

e) A Comissão precisa ter seus próprios meios de sustentação: finanças, boletins, local de funcionamento, etc.

f) As comissões devem manter sua independência em relação à atual estrutura sindical.

g) Várias comissões de uma região formam um INTER-FÁBRICA, cujo papel é definir melhor a função das comissões baseado nas experiências, e junto com os demais companheiros encaminhar as lutas na região.

h) As comissões devem lutar contra as tentativas de desvio do seu caminho por aqueles que querem transformá-la em CIPA's, Comissões Paritárias (operários e patrões numa só comissão). Todos os que estão contra as Comissões de Fábrica acabam defendendo a atual estrutura sindical.

l) As Comissões devem se tornar órgãos permanentes de luta a fim de quebrar definitivamente a estrutura sindical atual e constituir o sindicalismo independente.

2. AS COMISSÕES E O SINDICATO

a) Um sindicalismo nascido das comissões não é paralelo porque a atual estrutura sindical é contra os trabalhadores. As Comissões são as sementes de um sindicalismo de base, independente e representativo.

b) As direções sindicais devem estar orientadamente a serviço das Comissões e não o inverso. Quanto mais forte forem as Comissões, mais forte serão as direções. A ligação das Comissões com as direções sindicais devem ser feita em cada caso específico.

c) Com uma direcção sindical que pratica a verdadeira democracia operária, a relação será natural e de fortalecimento dos dois lados.

d) Em todos os casos, as Comissões devem participar da vida sindical unidas com o objetivo dos companheiros de fábrica.

3. A OPOSIÇÃO DIANTE DAS COMISSÕES

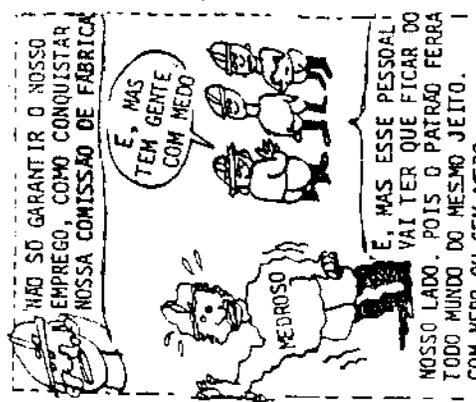
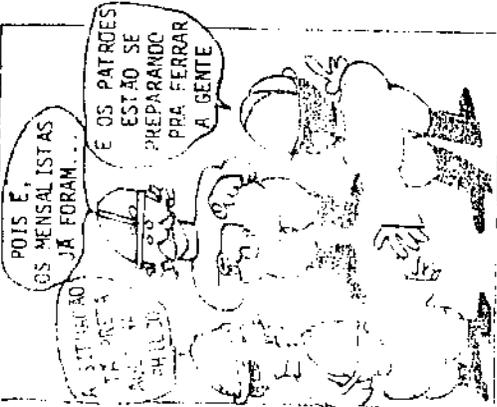
a) A Oposição deve propagandar e orientar a formação de grupos e Comissões mesmo onde não existam trabalhadores de oposição.

b) Deve lutar para que as Comissões se tornem uma conquista da classe operária.

OPERAÇOS DA PRICCO

N.º 21 VOL. 3º

LUTANDO PELA COMISSÃO



E, MAS ESSE PESSOAL VAI TER QUE FICAR DO NOSSO LADO. POIS O PATRÃO FERRA TODO MUNDO DO MESMO JEITO. COM MEDO OU SEM MEDO.

COLABORAÇÃO DA
OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA-SP
AOS COMPANHEIROS DA PRICCO.

Jan/84

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

I - LIVROS, ARTIGOS E TESES

Almeida, M.H.T.

- "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas", Debate e Crítica nº6, São Paulo, Ed. HUCITEC, julho 1975
- "Desarrollo Capitalista y Accion Sindical", in Revista Mexicana de Sociologia nº55, vol. II, México, 1978
- "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", in ALMEIDA, MHT e SORJ.B. (org), Sociedade e Política no Brasil pós-64, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983
- "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil", Dados Revista de Ciências Sociais, R.J., vol.24, nº2, 1981
- "Novas Demandas, Novos Direitos: Experiências do Sindicalismo Paulista na Última Década" in Dados, Revista de Ciências Sociais, R.J., vol.26, nº3, 1983
- "MODUS IN REBUS - Partidos e classes na Queda do Estado Novo", Almeida MHT e Martins, C.E., mimeo, São Paulo, 1974

ANTUNES, R.

- "Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil (um Estudo sobre a Consciência de Classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora)", São Paulo, Cortez Editora, 1982
- (org), "Por um Novo Sindicalismo", Cadernos de Debate 7, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980
- "Crise e Poder", São Paulo Ed. Cortez/Autores Associados, 1984
- "A Rebelião do Trabalho - O Confronto Operário no ABC Paulista: As greves 1978/1980", São Paulo, Editora da Unicamp/Editora Ensaio, 1988
- "Trabalhadores têm de oferecer uma proposta alternativa ao pacto", Entrevista, Caderno de Economia - ZH, Porto Alegre, 27/10/1985

ANDRADE, R.C.

- "Movimento sob o Nacional- Populismo no Brasil", mimeo, CRÍTICA, 1978

ALVES, M.H.M.

- "Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)", Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1984

BRAVERMAN, H.

- "Trabalho e Capital Monopolista - a Degradação do Trabalho no Século XX", Rio de Janeiro, Zahar 1981

- BUROWAY, M.
- "Toward Marxist Theory of the Labor Process - Braverman and Beyond", mimeo
- BOITO Jr., A.
- "O Sindicalismo de Estado no Brasil", Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1988
- CARONE, E.
- "Movimento Operário no Brasil (1945-1964)" vol.II, São Paulo, DIFEL, 1981
- COSTA, S.A.
- "O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-64)", São Paulo, Ed. do Grêmio Politécnico, 1981
- "Estado e Controle Sindical no Brasil," SP, T.A. Queiroz, 1986
- CHASIN, J.
- "As Máquinas Param: Germina a Democracia", in Revista Ensaio nº7, São Paulo, Ed. Escrita, Abril 1980
- "A Esquerda e a Nova República", Revista Ensaio nº14, Ed. Ensaio, S.P., 1984
- CORREA, H.
- "O ABC de 1980", Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980
- "A Classe Operária e seu Partido", Ed. Civilização Brasileira, 1980
- CAPISTRANO FILHO, D.; SANTOS, U. de P. e ALTMAN, B
- "Há o que Fazer - a esquerda na nova República" - São Paulo, Ed. HUCITEC 1986
- DOBB, M.
- "Os Salários", São Paulo, Ed. CULTRIX
- ENGELS, F.
- "A Situação da Classe Trabalhadora Em Inglaterra" Porto, Edições Afrontamento, maio, 1975
- ERICKSON, K.P.
- "Sindicalismo no Processo Político no Brasil" São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979
- FERNANDES, F.
- "A Revolução Burguesa no Brasil", R.J., Zahar, Ed. 1975
- FLEURY, A.C.
- "Rotinização do Trabalho: o Caso das Industriais Mecânicas", in Fleury A.C. e Vargas, N. (org) Organização do Trabalho - Uma Abordagem Interdisciplinar, São Paulo, Atlas 1983
- FAUSTO, B

- "Trabalho Urbano e Conflito Social" S.P., DIFEL, 1976
- FREDERICO, CELSO
 - "Vanguarda Operária", São Paulo, Ed. Símbolo., 1979
- (org) "A Esquerda e o Movimento Operário (1964-1984)" vol 1, São Paulo, Ed. Novos Rumos, 1987
- FARIA, HAMILTON
 - "A Experiência Operária nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário", Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1986
- GRONDIM, M. e VIEZZER, M.
 - "Diagnóstico dos Motivos de Sindicalização", mimeo, dezembro de 1980
- GRONDIM, M.
 - "Perfil dos Dirigentes Sindicais na Grande São Paulo", São Paulo, CECODE, 1985
- GORZ, A.
 - (org) "Crítica da Divisão do Trabalho", S.P., Martins Fontes, 1980
- GRAMSCI, A
 - "Obras Escolhidas", II e III Parte, São Paulo, Martins Fontes, 1978
- "Sindicalismo y Consejos", in GRAMSCI, A. e BORDIGA, A, Debate sobre los Consejos Obreros de Fábrica, Barcelona, Ed. Anagrama 1975
- "Conselhos de Fábrica, Sindicatos e Partidos", in CARA à CARA, ano 1, nº2, 1978
- GOMES, A.M. de C.
 - "Burguesia e Trabalho (Política e Legislação Social no Brasil de 1917 à 1937)", R.J., Ed. Campus, 1979
- HOBSBAWM, E.
 - "Mundos do Trabalho", R.J., Paz e Terra, 1987
- "Os Trabalhadores", R.J., Ed. Paz e Terra, 1981
- "Trajetória do Movimento Operário", in TRABALHADORES, Campinas, Fundo de Assistência à Cultura 1989
- HUMPHREY, J.
 - "As Raízes e os Desafios do (novo) Sindicalismo da Indústria Automobilística", Estudos Cebrap nº26, São Paulo, 1980
- "Fazendo o Milagre - Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística", Rio de Janeiro, Vozes/Cebrap 1982
- "Sindicato um Mundo Masculino", in Novos Estudos Cebrap, vol 2, nº1, abril de 1983

- "Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências no Movimento Trabalhista", in Estudos Cebrap 23, R.J., Ed. Vozes, 1979
- "A Fábrica Moderna no Brasil", in Revista de Cultura e Política nºs 5/6, CEDEC, R.J., Ed. Paz e Terra, 1981
- IANNI, O
 - "O ABC da Classe Operária" São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980
- KRISCHKE, P.J. (org)
 - "Brasil do "Milagre" à "Abertura", S.P., Cortez Editora, 1982
- KUCINSKY, B.
 - "Abertura História de uma Crise", Brasil Hoje nº5, São Paulo, Ed. Brasil Debates 1982
- LOPES, J.B.
 - "O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação", in Sociedade Industrial no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1964
 - "Desenvolvimento e Mudança Social", São Paulo, Ed. Nacional, 1970
- LENINE, V.I.
 - "O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo", in Obras Escolhidas, São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1979
 - "Sobre os Sindicatos", coletânea, São Paulo, Ed. Livramento 1979
- LOYOLA, M.A.
 - "Os Sindicatos e o PTB", R.J., Vozes/Cebrap, 1980
- LEITE, M.P. e SOLIS, S.S.F.
 - "O Último Vendaval: A Greve dos 700.000", Cara à Cara, Ano I, nº2, 1978
- LEITE, M.P.
 - "Reivindicações Sociais dos Metalúrgicos" Cadernos CEDEC nº3, São Paulo, 1984
- LOSOVSKI, A.
 - "Marx e os Sindicatos", Antologia, Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1975
- LULA: RETRATO DE CORPO INTEIRO"
 - Depoimento, in Nova Escrita/Ensaio nº9, Ano IV, São Paulo, Ed. Escrita, 1982
- LUKÁCS, G
 - "La Crisis del Sindicalismo en Italia" in Revolucion Socialista y Antiparlamentarismo, Cuaderno de Passado y Presente 41, Cordoba, Ed. Siglo XXI, 1973
- MACEDO, MURILO
 - "Política Salarial", Ministério do Trabalho, 1982

- "As Necessidades de Modernização Institucional na Área Sindical no Brasil", Palestra proferida na ESG, R.J., 29 jul 1982
- MANTEGA, G. e MORAES, M.
 - "Acumulação Monopolista e Crises no Brasil", R.J., Paz e Terra, 1979
- MELLO, J.M.C.
 - "O Capitalismo Tardio", mimeo, Campinas 1973
- MARX, K.
 - "O Capital", Livro 1, vol. 1 e vol. 2, Civilização Brasileira, 1975
- MARX, K. e ENGAS, F.
 - "Sindicalismo", coletânea, Ched Editorial, 1980
- MARANHÃO, R.
 - "Sindicato e Democratização", São Paulo, Brasiliense, 1979
- MARONI, A.
 - "A Estratégia da Recusa (Análise das Greves de Maio/78)", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982
- MARTINS, H. de S.
 - "O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil", São Paulo, HUCITEC, 1979
- MOISÉS, J.A.
 - "A Estratégia do Novo Sindicalismo", Revista de Cultura e Política, nº5/6, CEDEC, ed. Paz e Terra, 1981
- NOGUEIRA, A. e ANTUNES, R.
 - "O que são Comissões de Fábrica", S.P., Ed. Brasiliense, 1981
- NOGUEIRA, A.
 - "Conflito e Administração" in Bruno L. e SACCARDO, C., Organização, Trabalho e Tecnologia, S.P., Atlas, 1986
 - (org.) - Depoimentos de Luis Antonio Medeiros (Direitor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e Hélio Bombardi (Militante do Oposição Sindical Metalúrgica), in debate "Mudança Empresarial e Estratégia Operária e Sindical", coordenação, Arnaldo Nogueira, mimeo, out 1982
 - "Participação Sindical", mimeo com ilustrações de BIRA, elaborado a partir de "Motivos de Sindicalização em São Paulo" de Marcelo Grondim e Moema Viezzer
- OLIVEIRA, F.
 - "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Seleções Cebrap 1, São Paulo, Edições CEBRAP, 1977
 - "Economia da Dependência Imperfeita", R.J., Graal, 1977
- PEREIRA, V.M.C.
 - "O Coração da Fábrica", R.J. Ed. Campus, 1979

PEREIRA, J.C. - "Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo", S.P., Cia. Ed. Nacional, 1967

RODRIGUES, L.M.

- "Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974

- "Industrialização e Atitudes Operárias", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980

- "Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro", in Rev. Adm. Emp. (RAE) 19 (4) out/dez - 1979, R.J., FGV

- "Os Rumos de um Novo Sindicalismo", in Jornal da Tarde 07-04-1979

- "Sindicalismo Corporativo no Brasil", in Jornal da Tarde de 29-11-1980

RATTNER, H.

- "Pequena e Média Empresa no Brasil", São Paulo, Símbolo, 1979

- "Pequena Empresa - O Comportamento Empresarial na Acumulação e na Luta pela Sobrevivência", vol. 1 e 2, S.P., CNPQ/Editora Brasiliense, 1985

SADER, E.

- "Quando os Novos Personagens Entraram em Cena - Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

SADER e SANDRONI, P.

- "Lutas Operárias e Táticas da Burguesia (1978-1980)", in Cadernos PUC nº7, 1981

SINGER, P.

- "A Crise do Milagre", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

STURMTHAL, A.

- "Consejos Obreros", Barcelona, Ed. Fontanella 1971

- "Sindicatos em uma Época de Crise", Rio de Janeiro, Ed. Vozes/CEDEC, 1984

TAVARES, M.C.

- "Estrutura Industrial e Empresas Líderes", FINEP, mimeo, 1978

TROYANO, A.

- "Estado e Sindicalismo", Ensaio e Memória nº12, São Paulo, Símbolo, 1978

TRAGTENBERG, M.

- "Administração, Poder e Ideologia", São Paulo, Ed. Moraes, 1980

- "O "racha" do Conclat: A quem Interessa?", in Folha de São Paulo de 25-08-1983

TOURAINE, A.

- "Poder e Decisão na Empresa" in Friedman, G. e Naville, P. "Tratado de Sociologia do Trabalho", vol II, São Paulo, CULTRIX/EDUSP, 1973

TOURAINE, A. e MOTTEZ, B.

- "Classe Operária e Sociedade Global" in Friedman, G. e Naville P. "Tratado de Sociologia do Trabalho", vol. II, São Paulo, CULTRIX/EDUSP, 1973

VIANNA, L.W.

- "Liberalismo e Sindicato no Brasil", R.J., Paz e Terra, 1976

- "A Classe Operária e a Abertura", São Paulo, CERIFA 1983

- "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências" BIB, Rio de Janeiro, (3), 1978

- "Fábrica e Sistema Político", Dados, Revista de Ciências Sociais vol.24, nº2, R.J., 1981

- "Atualizando uma Bibliografia: Novo Sindicalismo, Cidadania e Fábrica", BIB, Rio de Janeiro, nº17, 1984

VARGAS NETO, J.G.

"Punhos Fechados e Mãos Dadas: Luta e Unidade no Movimento Sindical", in Presença, Revista de Política e Cultura nº1, São Paulo, Ed. Caetés, 1983

WEFFORT, F.

- "Sindicatos e Política", mimeo, tese, USP, 1972

- "Origens do Sindicalismo Populista (a conjuntura do após guerra)", São Paulo, Estudos CEBRAP nº4, 1973

- "Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964", mimeo, São Paulo, 1974

II - FONTES

A) Arquivos, Documentos e Jornais Sindicais

- ARQUIVO DO CENTRO PASTORAL VERGUEIRO (CPV), pesquisa sobre o Movimento Operário e Sindical (Trabalhadores Metalúrgicos) do Município de São Paulo - 1970-1983.

- BOLETIM DO DIEESE, ANO I, Fevereiro de 1982 ao ANO II, dezembro de 1983 (publicação mensal).

- CADERNOS DO TRABALHADOR, nº2", Forjando o Aço Forjando a Luta", dez 1980; nº4, "Nas Raízes da Democracia Operária (a história da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo)", maio 1982 e nº5 "Cala Boca Peão!", nov. 1983, São Paulo, Edição do GEP-URPLAN.

- CADERNOS POLÍTICOS 1 - "A Lição da Greve - Chega de Pelegos", São Paulo, Brasil Debates, 1979.
- CHEGA DE AVENTURAS: UMA ANÁLISE DA NOSSA ÚLTIMA GREVE (CIDA, BIGODE, BIRA, TELMA) São Paulo, 30 de novembro de 1979.
- COMISSÃO DE FÁBRICA: UMA FORMA DE ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA, R.J., Vozes 1981.
- CONSTRUIR O SINDICATO LIVRE, COMITÊ DE LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO SINDICATO LIVRE, São Paulo, julho de 1983.
- COMISSÃO DE FÁBRICA - DOSSIÊ CPV 1984.
- CORREIO SINDICAL DE UNIDADE nº 7 e 8, 1980.
- CAMPANHA SALARIAL 82 e 83, documentos do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo.
- CONSTRUINDO A NOVA ESTRUTURA SINDICAL, seminário, Secretaria de Formação Nacional, CUT.
- 6º CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO - Os Trabalhadores e a Crise: "Ação Sindical", "Política Econômica" e "Desemprego e Salário", documentos do Sindicato 29.04 à 01.05.1983.
- DEBATE COM A COMISSÃO DA FORD, in Voz da Unidade nº262, São Paulo, 10 à 16 de agosto de 1985.
- DEPOIMENTOS: LUIS ANTONIO MEDEIROS (diretor do Sindicato e HELIO BOMBARDI (Oposição Sindical Metalúrgica), São Paulo, mimeo, 1982.
- INFORMATIVO POPULAR LATINO AMERICANO - I.E.E. - PUC-SP nº9, 10, 11 de 1981.
- JORNAL DO SINDICATO, O METALÚRGICO, órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Paulo. Números Consultados entre 1978 e 1983.
- JORNAL "LUTA SINDICAL" órgão da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Números Consultados: nº1/1976 ao nº41/1983.
- JORNAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) ANO I nº 0, setembro de 1983.
- AS LIÇÕES DA GREVE de Antonio Flores e Luis Vergatti (Trabalhadores metalúrgicos de oposição sindical, panfleto), mimeo 1979.
- METALÚRGICOS DE SÃO PAULO - DOCUMENTOS - 1979-1983: UM PROJETO, UM PROCESSO, UMA REALIDADE, COMITÊ DE AÇÃO METALÚRGICA DO PCB, São Paulo, dez 1983.

- O METALÚRGICO - Suplemento Semanal - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo - Números consultados: nº1 de 25/03/82 ao nº78 de 28/03/1984.
 - "MOVIMENTO OPERÁRIO: NOVAS E VELHAS LUTAS", debate com militantes sindicais de São Paulo, in ESCRITA/ENSAIO, ANO III, nº6, S.P., Ed. Escrita 1980.
 - NOSSO NOVO ACORDO COLETIVO, validade 01/11/83 até 30/10/84 - doc. do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo.
 - RELAÇÕES TRABALHISTAS, CAPÍTULO II, in Brasil 1986 - Relatório sobre a Situação Social do País, Balanço NEPP - UNICAMP, 1986.
 - REVISTA DO SINDICATO - Publicação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo (nº1 e nº2, 1983).
 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1983 - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo
 - RELATÓRIO GERAL DAS RESOLUÇÕES DO 1º CONCLAT, São Bernardo do Campo, 2 de setembro 1983.
 - SINDICATO LIVRE X SINDICATO DE ESTADO, Grupo de Trabalho Político da Região SUL/S.P., São Paulo março 1983.
 - TRABALHORES: MUITAS LUTAS, UMA Só CLASSE, cadernos de formação nº2, 13 de maio - NEP, São Paulo, 1985
- B) JORNAIS E REVISTAS (Grande Imprensa, Alternativa e Partidária)
- ESTADO DE SÃO PAULO - 1978-1983 (números do período)
 - FOLHA DE SÃO PAULO - 1978-1983 (acompanhamento diário)
 - JORNAL DA TARDE - 1978-1983 (números do período)
 - ISTO É - ESPECIAL - 28/12/1983, nº366
 - MOVIMENTO - (1980-1981)
 - VOZ DA UNIDADE - (1980)
- C) DOCUMENTOS OFICIAIS
- CONSOLIDACÃO DAS LEIS DO TRABALHO, Ed. Síntese 1975
 - CENSO INDUSTRIAL - 1980 - IBGE/SEPLAN
 - IX RECENSEAMENTO GERAL - 1980, Dados Gerais das Atividades Industriais; Segundo Microrregiões, Municípios e Gêneros de Indústria
 - SINOPSE DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS RAIS, Data Base 31/12/1984, Grupo 14, Local: São Paulo.

ERRATA

CAPÍTULO 1

- 1) Na página 19 onde se lê 3 milhões, o correto é 1,5 milhão, aproximadamente.
- 2) Na página 36, na última coluna da Tabela 3, (Valor da Trans formação Industrial) o correto é:

Indústria de Transformação.....	2.099.773.023 (100%)
Indústria Metalúrgica.....	41,6%
Metalúrgica.....	11,7%
Mecânica.....	12,7%
Mat. Elétrico e Comunicações.....	7,6%
Mat. de Transporte.....	9,6%

CAPÍTULO 2

- 1) Na página 97, 3º parágrafo, deve-se ler "... promover a modernização necessária a sua manutenção ..."

CAPÍTULO 3

- 1) Na página 110, 1º parágrafo, deve-se ler "... a questão dos salários não aparece com exclusividade ..."
- 2) Na página 171, 2º parágrafo, ao final do trecho entre aspas, considerar a nota (78).
- 3) Na página 173, a referência (78) da nota de rodapé, substituir pela referência (79) e a de número (79) substituir pela referência (80).